

**PUC**  
**CAMPINAS**  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

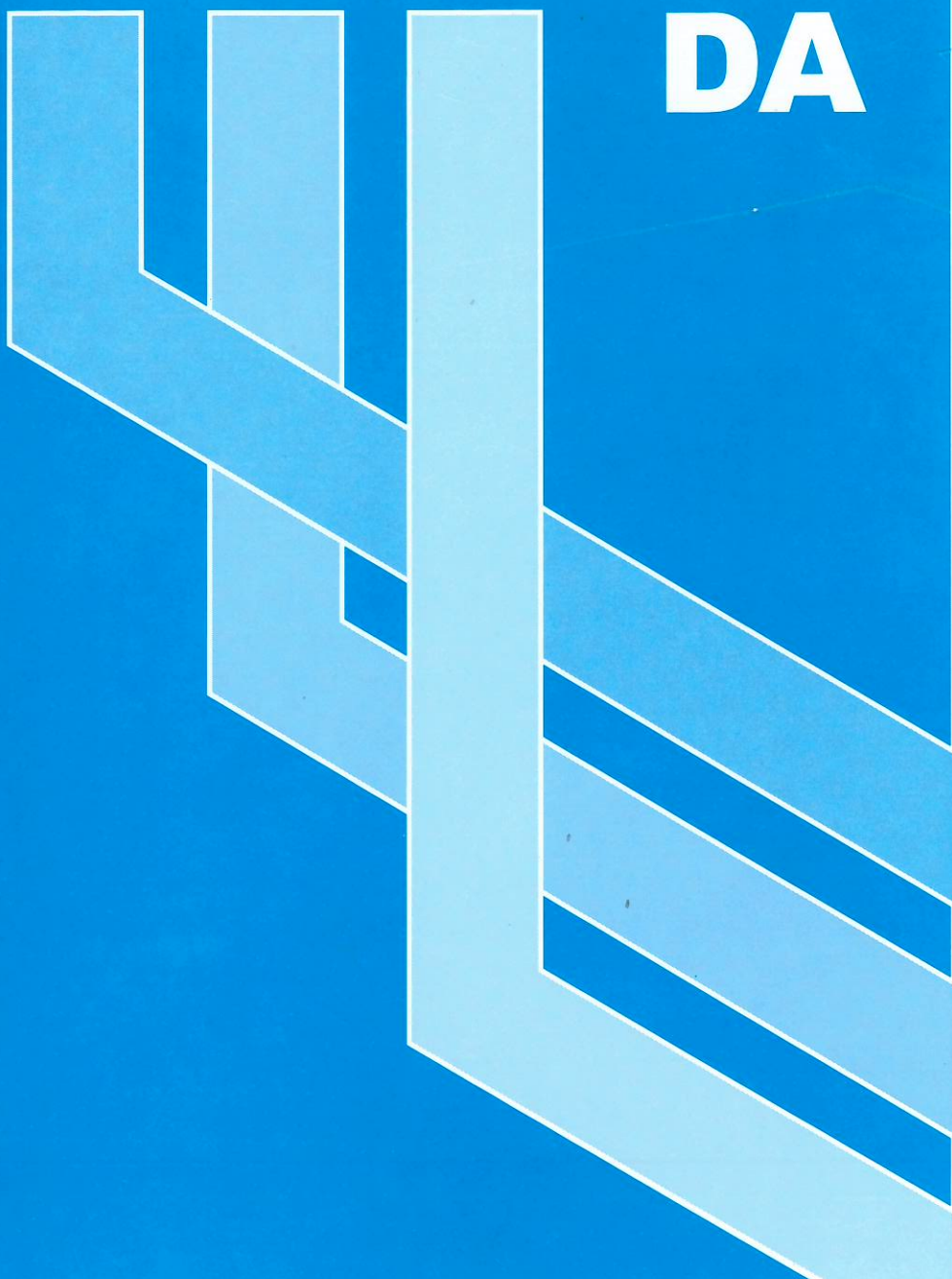
ISSN-0104-1495

VOLUME 15

NÚMERO 2

JULHO/DEZEMBRO 2006

# CADERNOS DA



**FA  
C  
E  
C  
F**

## CADERNOS DA FACECA

Publicação semestral do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

### Diretor / Director

Prof. Antonio Carlos de Azevedo Lobão

### Editora / Editor

Profa. Dra. Nelly Maria Sansigolo de Figueiredo

### Conselho Editorial / Editorial Board

#### Membros docentes / Faculty Members

Prof. Dr. Antônio Marcos Favarin  
Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho  
Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor Mattos  
Prof. Dr. Gentil Canton  
Prof. Dr. Gideon Carvalho de Benedicto  
Prof. Dr. Jorge Américo Silva Machado  
Prof. Dr. José Eduardo Rodrigues de Sousa  
Prof. Dr. José Antônio Bernal Fernandez Olmos  
Prof. Ms. José Homero Adabo  
Prof. Dr. Josmar Gilberto Cappa  
Prof. Dr. Lineu Carlos Maffezoli  
Prof. Dr. Marcos Francisco Crupe  
Prof. Ms. Paulo Antônio da Graça Lima Zuccolotto  
Prof. Dr. Ralph Santos Silva

#### Membros Externos / External advisors

Profa. Dra. Ana Akemi Ikeda  
Profa. Dra. Angela Maria Cassavia Jorge Corrêa  
Prof. Dr. Clóvis Luis Padoveze  
Prof. Dr. José Carlos Marion  
Prof. Ms. José Euzébio de Oliveira Aragão  
Prof. Dr. Silvio Aparecido dos Santos

#### Coordenação de Edição / Managing Editor

Isis Luciane Messias Alves

#### Distribuição / Distribution

Sistema de Biblioteca e Informação da PUC-Campinas - Serviços de Publicação, Divulgação e Intercâmbio

## Triagem / Printed copies

1.300 exemplares

### Direitos de Permissão de Divulgação / Permissions

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados ao Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas. É permitida a reprodução de qualquer matéria desde que citada a fonte.

Authors are fully responsible for signed texts. All rights belong to the Economy and Management Center of PUC-Campinas. Reproduction of texts is allowed, provided the source is mentioned.

### Correspondência / Address

Toda correspondência deve ser enviada ao seguinte endereço:

Correspondence shall be addressed to:

Centro de Economia e Administração - PUC-Campinas  
A/C Conselho Editorial da Revista Cadernos da FACECA.

Rodovia Dom Pedro I, km 136 - Pq. Das Universidades  
CEP: 13086-900 - Campinas - SP - Brasil

Caixa postal 317 - CEP: 13012-970

Campinas - SP - Brasil

Fone: (0xx19) 3343-6776

E-mail: cea.revista@puc-campinas.edu.br

### Composição, revisão e impressão / Typesetting, revision and printing

**Editoração:** Beccari Propaganda e Marketing

Rua Pedro Álvares Cabral, 183 – Bosque

Campinas – SP. Tel.: (019) 3255-6311

E-mail: editora@beccari.com.br

**Impresso por:** Hortográfica Editora Ltda.

Tel.: (0xx19) 3236-1778

E-mail: contato@hortograph.com.br

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e Informação  
SBI - PUC-Campinas

Cadernos da FACECA. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.  
Centro de Economia e Administração. Faculdade de Ciências  
Econômicas, Administração e Ciências Contábeis. Campinas, SP,  
v.1 n.1 (1992)-

v.15 n.2 jul./dez. 2006

Semestral  
Resumo em Português e Inglês  
ISSN 0104-1495

1.Economia – Periódicos. 2. Administração – Periódicos. 3. Contabilidade – Periódicos. I.  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração.  
Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis.

CDD 330  
CDU 33

- 3 Editorial  
5 Homenagem

**ARTIGOS/ARTICLES**

- 7 Do calor dos acontecimentos ao assentamento da poeira: duas interpretações sobre os determinantes da crise dos anos 60  
*From the heat of the happenings up to the settling down of the dust: two interpretations on the determinants of the 1960's crisis*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 15 O processo que permite ao dinheiro tornar-se capital  
*The process that allows money to become capital*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 25 O crescimento da miséria como contraface da acumulação capitalista  
*The growth of misery as a counterface of capitalistic accumulation*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 47 Por quem os sinos dobrarão?: a dicotomia estado/mercado e os resultados das distintas opções por ela ensejadas  
*For whom the bells ring? The state/market dichotomy and the results of the distinct options desired by them*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 53 Ecos do silêncio de Minas: que espécie de escravidão existiu no coração de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX?  
*The echoes of the silence from Minas Gerais state: what kind of slavery existed in the heart of Minas Gerais state in the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries?*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 65 A tendência à exacerbação da mercantilização  
*The trend to the exacerbation of the merchantilization*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto

## **EDITORIAL**

Revista Cadernos da FACECA encerra, com este número, uma etapa de sua história de apoio ao debate sobre questões relevantes para o desenvolvimento de nossa sociedade a partir das óticas da Economia, Administração, Ciências Contábeis e outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Iniciaremos a partir do próximo número um período de renovação da Revista, que, através de novo estatuto, se reestrutura internamente, visando criar as condições necessárias para ampliar o alcance de suas contribuições. A partir do novo número muda também o nome da Revista, de forma a melhor expressar sua missão e objetivos.

Nesta edição a Revista Cadernos da FACECA presta merecida homenagem a um de seus idealizadores, Prof. Dr. Fernão Pompêo de Camargo. Ativo editor e colaborador, o Professor Fernão contribuiu, ao longo desses 15 anos de existência da Revista Cadernos da FACECA, com inúmeros artigos, dentre os quais foram selecionados seis deles, publicados entre 1995 e 2005. São seus artigos mais recentes na Revista, com os quais se pretende oferecer uma amostra da importante contribuição do Prof. Fernão à construção do debate histórico-econômico no Brasil.

Para prestar o merecido tributo ao Professor Fernão e resgatar sua trajetória junto à Revista Cadernos da FACECA, temos a satisfação de contar com a colaboração do Prof. Antonio Carlos de Azevedo Lobão para um retrospecto da carreira do Prof. Dr. Fernão Pompêo de Camargo Neto.

Boa leitura!

**Editora Responsável**

## HOMENAGEM

*“Há homens que lutam um dia e são bons; há homens que lutam um ano e são melhores; há outros, ainda, que lutam muitos anos e são muito bons; há, porém, os que lutam toda a vida, estes são os imprescindíveis”. Talvez não hajam palavras melhores do que essas, escritas pelo poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht, para compreendermos a importância que o Prof. Fernão Pompeo de Camargo Neto teve para a criação e consolidação da revista Cadernos da FACECA.*

*Ciente da necessidade da existência de um instrumento que permitisse a apresentação e discussão de idéias e propostas sobre questões significativas para nossa região e para o nosso país, o Prof. Fernão organizou e viabilizou o lançamento do primeiro número da revista que se tornaria, a partir daí, uma referência, não apenas para professores e alunos da FACECA, mas, também, para estudantes e pesquisadores de todo o país, estando presente nos acervos de mais de 600 bibliotecas e instituições.*

*Ao longo desses 16 anos, desde a criação da revista, o Prof. Fernão foi um incansável trabalhador em prol de seu aprimoramento e divulgação. Como autor de artigos e resenhas, como editor ou parecerista, sua participação pode ser percebida em todas as edições. Por tudo isso já poderíamos colocá-lo na lista daqueles considerados imprescindíveis.*

*O tempo passou, a FACECA cresceu e se transformou no Centro de Economia e Administração. É hora de inaugurar uma nova fase da revista. A partir do próximo número ela passará a se chamar “Economia, Negócios e Sociedade”, com nova diagramação, novo Estatuto e Conselho Editorial, com o objetivo de qualificá-la ainda mais, para que se consolide como instrumento de apreensão e transformação da realidade.*

*E neste momento, nada mais justo do que prestarmos essa homenagem àquele que tanto contribuiu para o seu desenvolvimento. Que os ideais e a luta do Prof. Fernão continuem presentes e que sejam um exemplo para todos os leitores e colaboradores da nossa revista.*

**Antonio Carlos de Azevedo Lobão**  
Diretor do Centro de Economia e Administração

# DO CALOR DOS ACONTECIMENTOS AO ASSENTAMENTO DA POEIRA: DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE OS DETERMINANTES DA CRISE DOS ANOS 60

## *FROM THE HEAT OF THE HAPPENINGS UP TO THE SETTLING DOWN OF THE DUST: TWO INTERPRETATIONS ON THE DETERMINANTS OF THE 1960'S CRISIS*

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>1</sup>

### 1. Considerações Iniciais

O objetivo deste artigo é estabelecer uma comparação entre as análises feitas – com inquestionável capacidade interpretativa, a partir das informações disponíveis, dos fatos ocorridos e com grande percuciência crítica –, em dois momentos distintos, por Maria da Conceição Tavares, com relação aos determinantes da crise de 1963/66.

A primeira dessas análises, tendo como co-autor José Serra, foi feita em 1970, quando, pela exigüidade do tempo transcorrido, não haviam sido reunidas as condições necessárias e suficientes para uma plena avaliação dos acontecimentos que marcaram a crise em referência; e a segunda ocorreu em 1974, com um pouco mais de distanciamento relativamente aos fatos geradores dessa crise, por ocasião da elaboração de sua tese de livre-docência.

As conclusões a que ela chegou nessas duas oportunidades foram bastante divergentes.

Esta divergência pode ser justificada pelo fato de que, envoltos pelos reflexos imediatos dos

acontecimentos em análise e sem disporem, ainda, de informações que permitam uma avaliação mais aprofundada do objeto focalizado, mesmo intelectuais de notória capacidade analítica e dotados de aguçadíssimo senso crítico, como é o caso da Professora Maria da Conceição Tavares, podem chegar a diagnósticos incompletos ou, até mesmo, equivocados.

De outro lado, quando se toma maior o lapso temporal que separa o analista do objeto de sua atenção e se evidenciam mudanças estruturais não visíveis no momento em que se encontravam em processo, bem como já se encontram disponíveis dados estatísticos mais abundantes, ou, ainda, quando o domínio adquirido sobre a manipulação de novos referenciais teóricos permite abordar, sob novos ângulos, as questões enfocadas, torna-se possível tirar conclusões que traduzam uma melhor interpretação daquilo que efetivamente aconteceu.

A propriedade destas considerações fica evidenciada pelas distintas conclusões a que chegou Maria da Conceição Tavares em suas duas obras, cujas abordagens relativas ao que deter-

<sup>(1)</sup> Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas). Doutorando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

minou a crise de 1963/66 são comentadas nos tópicos que vêm a seguir.

## 2. O Diagnóstico Apresentado no Calor dos Acontecimentos

Em 1970, Maria da Conceição Tavares e José Serra criticaram, em *Além da Estagnação*, o esquema teórico em que se apoiava a idéia, espousada por Celso Furtado – que, segundo os autores, ao fazer sua análise nos moldes em que a fez, “parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral – elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista” (p. 167) –, de que a exaustão do dinamismo do desenvolvimento industrial sustentado por um processo de substituição de importações conduziria a economia a uma situação de estagnação estrutural.<sup>2</sup>

Como alternativa à interpretação estagnacionista, oferecem os autores a idéia de que a saturação do processo substitutivo marcou a ocorrência de uma crise de transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista, que, embora gerasse profundas disparidades distributivas, “conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo”. O aspecto paradoxal desse novo surto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, quando este emergiu da crise de 1963/66, é que o processo maciço de exclusão social, dele decorrente, é consequência do próprio dinamismo que o anima.

A crise de 1963/66 foi, na visão dos autores, fruto da cessação do impulso dinâmico decorrente do “pacote” de investimentos vinculado ao Plano

de Metas, que se tomou viável pelo aproveitamento de reservas de mercado pré-existentes. A não efetivação em tempo hábil de um novo bloco de investimentos visando o desenvolvimento de novos setores produtivos – cujo papel seria similar ao da onda de inovações de Schumpeter – provocou o declínio das taxas de crescimento.

A primeira fase da crise (1963) foi marcada por tentativas do Governo de promover distribuição de renda a favor dos assalariados simultaneamente com a adoção de medidas de contenção para o combate à inflação<sup>3</sup>. O resultado dessa combinação de medidas tão contraditórias (conjugando políticas de desenvolvimento com o ajustamento) foi nitidamente depressivo. Pode-se, assim, dizer, com os autores, que “À tendência à desaceleração se somou uma crise de conjuntura, cuja natureza se relacionava com a busca de soluções para a própria desaceleração”.

Os determinantes da crise seriam, conforme o diagnóstico feito em *Além da Estagnação*, a falta de recursos para financiar os novos investimentos (como consequência do esgotamento do padrão de financiamento do Plano de Metas, responsável pelo “boom” de investimentos do período de 1957/61) e a inadequação da estrutura da demanda ao perfil da produção resultante do bloco de investimentos efetuados no ciclo anterior (a enorme concentração de renda na cúpula comprimiu as rendas das camadas de renda média, virtuais consumidoras dos produtos dos setores recém-implantados, especialmente dos bens duráveis de consumo, o que determinou um alto grau de ociosidade na capacidade produtiva até então instalada).

Em síntese, para os autores, a irrupção da crise ocorreu por faltarem recursos para o financiamento dos novos investimentos requeridos para

<sup>2</sup> A própria evolução dos acontecimentos se encarregou de demonstrar a impropriedade da interpretação de Furtado, à medida que, já a partir de 1968, a economia brasileira recuperou-se, entrando em forte ritmo de crescimento, sem que se tivesse necessidade de proceder drásticas transformações estruturais como as que ele sugeriu em *Um Projeto para o Brasil*, publicado no próprio ano de 1968. Detalhes sobre as proposições feitas por Furtado podem ser vistos no referido livro.

<sup>3</sup> Ver, a esse respeito, *A Fantasia Desfeita*, em que Celso Furtado descreve como, no final de Setembro de 1962, foi, por indicação do Ministro San Tiago Dantas, convidado pelo Presidente João Goulart para ser Ministro Extraordinário do Planejamento, com a missão de produzir, num prazo de três meses, um plano de governo (p. 153-65). A elaboração do Plano Trienal – que, segundo seu autor, “foi o primeiro exercício do que posteriormente se chamaria terapêutica gradualista de tratamento da inflação” (p. 158) – representou um grande desafio, uma vez que “se tratava de demonstrar, contra a ortodoxia dos monetaristas espousada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia a relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva”. (p.158)

a sustentação de uma alta taxa de crescimento econômico e pela inadequação do perfil da demanda então existente para permitir que o grau de ocupação da capacidade de produção criada no período 1957/61 fosse suficientemente elevado para gerar um volume minimamente satisfatório de excedentes produtivos.<sup>4</sup>

Assim sendo, a viabilidade da manutenção do dinamismo econômico dependeria do processamento de uma mudança na estrutura da demanda – através da promoção da concentração da renda nas mãos das camadas médias e altas da população – e de uma severa compressão dos salários da massa trabalhadora de menor qualificação, buscando, deste modo, criar melhores condições de lucratividade aos capitais investidos nos setores produtivos recém-implantados.

De outro lado, o problema do financiamento não estava restrito ao volume dos recursos que deveriam ser mobilizados, estendendo-se, inclusive, à forma como ele veio a ser feito.

Ao longo do período em que foi implementado o Plano de Metas, constituiu-se o financiamento inflacionário – que se processou por intermédio de uma deliberada opção pela expansão dos meios de pagamento e do crédito – no mecanismo central de financiamento. Esta maneira de financiar as inversões públicas e privadas se revelou bastante pragmática e funcional, beneficiando especialmente setores que, via reajustes de preços, lograram expandir suas margens de lucro. Assim, ao se adotar este processo de financiamento, lograva-se manter – por meio da valorização dos ativos reais em razão da desvalorização da moeda e pelo desfrute de economias externas proporcionadas por mecanismos de socialização dos custos de certos insumos básicos e bens de capital – artificialmente elevada a rentabilidade esperada do capital. Como consequência disso,

verificou-se uma tendência ao sobreinvestimento na criação de capacidade produtiva, o que acarretou uma generalizada redução na relação produto-capital marginal.

Entretanto, esse padrão de financiamento perdeu sua funcionalidade à medida que escaparam de controle os mecanismos de propagação da inflação. Os resultados últimos deste fato foram a queda da rentabilidade esperada dos investimentos, a cessação dos ganhos ilusórios proporcionados pela escalada inflacionária e, em razão do estrangulamento financeiro provocado nas empresas, a absoluta escassez de recursos para investimento. A conjugação dessas circunstâncias acarretou uma sensível compressão das taxas de investimento dos setores público e privado, provocando expressiva queda na demanda efetiva, o que veio a resultar, em razão da ampliação das margens de capacidade ociosa no parque industrial, no desencadeamento e no aprofundamento da crise econômica.

A segunda fase da crise (1964/66), iniciada logo após o golpe de 1964, foi marcada por um aprofundamento, em grande parte deliberado, da recessão e por reformas estruturais.

Dando início a esta nova fase, medidas claramente recessivas foram intencionalmente tomadas, compreendendo: uma quase total frenagem do financiamento dos mecanismos, prevalentes desde a década dos 50, relativos às políticas cambial, de crédito, salarial, e do déficit público; um sensível aumento da carga fiscal; cortes nos gastos públicos; e novas restrições creditícias. Em concomitância, foi instituída uma vigorosíssima política de compressão salarial de consequências ambivalentes, uma vez que, a um só tempo, aliviou os custos com que arcavam as empresas e comprimiu a demanda corrente (p.171).

<sup>(4)</sup> Esta visão dos 'determinantes da crise dos anos 60 – que para Maria da Conceição Tavares já estava superada em 1974 quando apresentou sua tese de livre-docência – é ainda, de certa maneira, sustentada por John Wells em sua tese de doutorado, apresentada em Cambridge em 1977, na qual ele afirma: “**if the immediate cause of the recession was the credit squeeze, related to external disequilibrium and inflation, the more fundamental cause of the economic crisis lay in the failure of the economy to accommodate all of the competing demands (for rising levels of investment, private consumption and government expenditure.) being made upon it, ...**” (WELLS, John. *Growth and Fluctuation in the Brazilian, Manufacturing Sector*. Cambridge: (Tese de doutorado), mimeo, 1977. p. 237 – Apud Miranda, 1979, p. 127).

A adoção dessas medidas – que se revelaram “funcionais” na efetivação de um ajuste anticíclico e na criação de condições para a transição para “uma nova etapa de desenvolvimento capitalista” – levou à liquidação de diversas empresas marginais, financeiramente mais débeis, possibilitando uma reconcentração nos setores industrial e comercial, que implicou a conseqüente eliminação da capacidade de produção “excedente” existente no sistema, melhorando significativamente, pelo menos em termos dinâmicos<sup>5</sup>, a eficiência produtiva. De outro lado, uma substancial redistribuição funcional da renda, favorecendo uma maior lucratividade das empresas sobreviventes, decorreu da política de compressão salarial, o que contribuiu para a posterior recuperação e expansão da produção (p. 171).

É, também, digna de nota a implementação, no período, de duas importantes reformas institucionais – a tributária e a do mercado de capitais – que criaram as condições para a montagem de um novo esquema de financiamento para os setores público e privado.

### 3. A Conclusão que se tornou possível após ter-se assentado a poeira

A abordagem da crise de 1963/66 feita por Maria da Conceição Tavares, em *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, tendo em vista a adoção do padrão de acumulação<sup>6</sup> como categoria central da análise, desloca a avaliação das causas da eclosão dessa crise para o campo da estrutura da oferta.

Nessa obra, a autora parte, como Clément Juglar, do princípio de que para se entender a crise

é necessário se compreender o que sucedeu na etapa de prosperidade que a antecede, procurando explicar a crise de 1963/66 a partir das características que marcaram o ciclo expansivo iniciado por volta de 1957, que seriam:

- 1) O bloco de investimentos do Plano de Metas não implica, uma vez efetivado, a introdução de novos produtos no mercado, mas, pura e simplesmente, se constitui num processo de redução do coeficiente de importações, em que se preenche o vazio de um mercado previamente suprido por importações por meio de oferta interna. Nos primeiros anos do ciclo de expansão, a escala dos novos projetos de investimento supera, em geral, a demanda corrente, numa clara indicação da existência de um desajuste entre a estrutura da oferta e a estrutura da demanda.
- 2) O “boom” de investimentos ocorrido no período 1957/61 se dá de forma concentrada no tempo e em alguns poucos setores de pequena expressão na estrutura produtiva anterior e que apre-sentam alta complementaridade inter-industrial (ou seja, que têm condições muito destacadas para estimular o desenvolvimento de outros setores), fundamentalmente os de material de transporte, material.. elétrico e metal-mecânica, representando, “além de um salto tecnológico, um salto na capacidade produtiva existente”.
- 3) Não se tratou de um ciclo de expansão que implicasse um processo de toncentração absoluta favorecendo as grandes

<sup>(5)</sup> Deve-se ressaltar a ocorrência, no período, de um acelerado processo de desnacionalização decorrente da internalização, pelas empresas multinacionais, de maciças remessas de capitais de curto prazo para financiamento do seu capital de giro, favorecidas pela Instrução nº 289 da extinta SUMOC.

<sup>(6)</sup> A autora vincula a modificação histórica dos padrões de acumulação aos processos que atuam no sentido da mudança das relações entre as diferenciações da estrutura produtiva e a distribuição social da renda (p.23-4), o que tem a ver com a evolução das “características fundamentais de articulação endígena entre distribuição da renda e progresso técnico” (p. 25), em que se encontra presente a preocupação com a resolução, em termos dinâmicos, da “contradição entre produção e realização de um excedente” (p. 25). Em sua dissertação de mestrado: *O Plano Trienal – O canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo*, José Carlos da Rocha Miranda afirma que “Padrão de acumulação se define pelo caráter das relações inter e intra-departamentais, pela estrutura e forma de financiamento interno e externo, pela estrutura de controle do capital, pela dinâmica das relações entre as classes sociais e entre as distintas frações do capital, bem como pela natureza das relações estabelecidas com o exterior.” (nota 10, p. 120)

empresas. Tratou-se, isto sim, de uma etapa em que se verifica uma “concentração relativa de mercado em favor das grandes empresas nacionais, públicas e privadas, que não competem com as estrangeiras em preços ou em diferenciação de produção, particularmente nos setores mais pesados da indústria de bens de capital e de insumos estratégicos”. Nos setores de bens de consumo diferenciado, de material elétrico e de transporte, predominam as novas empresas internacionais. Todavia, como no período o mercado expande-se em ritmo acelerado, mesmo as empresas menores encontram espaço para se estabelecerem e prosperarem, até em setores bastante competitivos. (cf. Tavares, 1985, p. 118-9)

Desse modo, em virtude dessas três características básicas apontadas, a influência do bloco de investimentos novos efetivados no período **é muito mais marcante sobre a estrutura da capacidade produtiva industrial do que sobre a estrutura da demanda.** (cf. Tavares, op. cit., p.119-20)

As novas estruturas implantadas tendem a instabilizar o ciclo econômico, ocasionando, por ocasião da fase recessiva, momentos de concentração absoluta (em que as grandes empresas mantêm a sua taxa de lucro em detrimento das pequenas). Mesmo que o setor público houvesse mantido a mesma taxa de investimento autônomo, uma vez complementada a implantação do referido bloco de projetos, os efeitos desaceleradores seriam profundos e inevitáveis. Após preenchida a lacuna existente, em termos de demanda reprimida por importações, se pôde sentir uma redução do ritmo de expansão inicial da demanda corrente, pelos produtos dos setores novos, que se viu agravada pela retração da procura induzida por investimentos privados, “ao entrar em digestão” a nova capacidade produtiva dos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Como decorrência dos fatores apontados, houve

uma súbita redução do ritmo de acumulação e da taxa de expansão do conjunto do setor industrial.

Todavia, a desaceleração verificada não desembocaria necessariamente na crise, não fora a existência desensíveis problemas – inerentes à estrutura de crescimento industrial brasileira e que foram agravados pela progressiva taxa de inflação verificada a partir de 1959 – de desajuste dinâmico da estrutura da demanda à capacidade produtiva recém-instalada (em que se constata a existência de desproporções inter e intra-setoriais) e de realização e financiamento de um potencial de acumulação crescente. Trata-se de problemas que se constituem em “faces distintas do mesmo processo de acumulação, que se reforçam mutuamente, tanto na etapa expansiva do ciclo como na sua etapa de declínio”. (Tavares, op. cit., p.125)

O desajuste dinâmico entre as estruturas da oferta e da procura industriais se deve ao fato de que os setores recém-implantados estavam, de forma geral, superdimensionados para o atendimento à demanda corrente, em virtude dos fatos de que as escalas mínimas necessárias à operação das novas plantas eram superiores às dimensões do mercado e, especialmente, de que se atraiu para um mesmo setor de investimento várias empresas (em especial filiais estrangeiras de diversas procedências), acirrando-se, assim, a disputa pelas oportunidades existentes no mercado. Se o ritmo de crescimento da demanda se mantivesse, haveria uma gradual absorção do excesso de capacidade produtiva planejada, com aumento da produtividade do trabalho e do estoque de capital empregados, e, além disso, permanecendo rígidos os preços, desde que os salários médios se mantivessem estáveis, não deveriam sobrevir, do ponto de vista microeconômico, problemas apreciáveis, tendo em vista a perspectiva de ascensão das margens de lucro (idem, p. 125).

Entretanto, de um ponto de vista macroeconômico e dinâmico, a questão se apresenta de modo totalmente distinto, uma vez que, esgotadas as reservas de mercado que existiam, para a sustentação da taxa global de acumulação e de crescimento da indústria não seria suficiente resolver, pela manutenção de altas margens de

lucro, os problemas da demanda corrente em cada setor ou empresa. Encarando a questão por este ângulo, para tentar manter na mesma cadência a taxa de acumulação e de expansão do parque industrial brasileiro, far-se-ia necessário poder garantir uma estrutura de crescimento “equilibrado” intersetorial, o que era muito difícil pelo fato de que o abrupto crescimento recente da capacidade produtiva instalada gerava acentuadas desproporções entre a estrutura produtiva e a dinâmica de expansão da demanda dos setores recém-implantados (idem, p. 126).<sup>7</sup>

No decurso da execução do Plano de Metas ocorreu, embora com taxas distintas, um crescimento simultâneo dos três departamentos (DI, DII e DIII)-com dominância do setor de bens de produção e com o setor de bens duráveis de consumo (especialmente indústria automobilística) desempenhando um papel subordinado, mas bastante relevante –, respondendo a dinâmica intersetorial entre eles estabelecida pela aceleração do crescimento. Todavia, o término da instalação do DII (produção de bens de consumo capitalistas) implicou na desaceleração do DI (produção de meios de produção), trazendo como consequência a queda do ritmo de expansão da taxa de acumulação e, portanto, do ritmo de crescimento da economia. Esta tendência, acrescida por uma brusca redução no investimento público (esgotamento do padrão de financiamento do Plano de Metas), determinou uma redução no ritmo de expansão do consumo dos trabalhadores, conduzindo à saturação das oportunidades de inversão no período seguinte, o que repercutiu negativamente sobre o nível de atividade econômica. (cf. Miranda, 1979, p. 125)

Constatou-se, então, que a passagem do auge a uma fase descendente do ciclo pode ser atribuída aos efeitos de um desbalanceamento acentuado das taxas de acumulação nos três departamentos, que ocasionou uma superacumulação de capital no seio dos mais dinâmicos,

interpondo barreiras intransponíveis à própria continuidade do processo acumulativo na esfera produtiva (a superacumulação seria esterilizada por uma queda no grau de utilização da capacidade produtiva instalada). Assim sendo, na fase expansiva do ciclo, todos os setores aumentam, embora desigualmente, suas massas de lucros, que vão sendo reinvestidas de forma crescente na esfera produtiva, agravando-se, desse modo, a defasagem existente entre as taxas de acumulação dos diferentes departamentos, sendo que os mais dinâmicos passam a enfrentar problemas de realização dinâmica da sua capacidade de acumulação, diante do esgotamento das possibilidades de realizarem seus excedentes de capital em frentes de expansão produtivas (cf. Miranda, op.cit., p.125-6). Gera-se, assim, a existência, de uma grande massa de capital “sem fronteira de expansão real” que é desviada para a órbita financeira. Sendo canalizada para esta órbita, “a massa de lucro do sistema não se vê aumentada, mas é recortada em favor do capital financeiro, acentuando a componente especulativa que acompanha a fase recessiva” (Miranda, op. cit., p.135).

Verifica-se, conseqüentemente, que a contrapartida do refluxo continuado de capital do circuito produtivo para o financeiro-especulativo é o aumento do custo do dinheiro, que é repassado para os preços e contratos de financiamento.

Dessa forma, “as empresas ao resolverem os problemas de realização de suas massas de lucros, a nível microeconômico, aprofundam o impasse maior (macroeconômico) do sistema” (Miranda, op. cit., p.135), uma vez que o incremento do potencial de acumulação é esterilizado, já que não contribui para a expansão da taxa real de investimentos da indústria, nem, tampouco, há possibilidade, através da via fiscal ou financeira, de se reorientar os excedentes para setores deficitários como o setor público (cf. Tavares, 1985, p.140-1). Em suma, temos que “o excesso de capacidade e o excesso de poupança interna das

<sup>7)</sup> Pede a autora atenção para a distinção existente entre este tipo de problema, de desproporção dinâmica – que leva à desaceleração e a uma tendência ao estancamento relativo –, e a crise de demanda corrente, basicamente conjuntural, de curto prazo, que afetou a indústria no primeiro Semestre de 1963, a qual resultou de brusco agravamento “das contradições no financiamento corrente da produção, ou seja, no âmbito da circulação do excedente”. (Tavares, 1985, p. 133)

empresas sem aplicação nos respectivos setores têm um efeito depressivo sobre a taxa de investimento privado. Quando este começa a cair, arrasta consigo uma queda na taxa de emprego e nos níveis de demanda efetiva, que por sua vez leva à quebra das empresas marginais nesses setores". (Tavares, op. cit. p.141)

#### 4. Conclusão

Como ficou demonstrado nos tópicos anteriores, enquanto em *Além da Estagnação* Maria da Conceição Tavares diagnosticava a crise de 1963/66 como determinada por **limitações na estrutura da demanda e no financiamento**, o seu enfoque, em **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**, sobre as causas da eclosão da crise se dirige para o campo da **estrutura da oferta**, ao constatar ela a existência de um processo de **desajustamento dinâmico da estrutura da demanda à capacidade produtiva instalada no período 1957/61**, ao

mesmo tempo em que se tornavam evidentes **problemas relativos à realização dinâmica de um cres-cente potencial de acumulação**.

#### 5. Bibliografia

FURTADO, C. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 133 p.

\_\_\_\_\_, *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206 p.

MIRANDA, J.CR. *O Plano Trienal: O canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo*. Campinas, 1979. 162 p. Dissertação (Mestrado em Economia)-DEPE/IFCH/UNICAMP

TAVARES, M.C. e SERRA, J. *Além da Estagnação*. In: TAVARES, M.C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.155-207

TAVARES, M.C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. 160 p.

# O PROCESSO QUE PERMITE AO DINHEIRO TORNAR-SE CAPITAL

## *THE PROCESS THAT ALLOWS MONEY TO BECOME CAPITAL*

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>1</sup>

### 1. Introdução

O objetivo deste artigo é procurar desenvolver, com base nos quatro primeiros capítulos do Livro 1 de *O capital*, nos *Grundrisse*, no *Capítulo Sexto* e em textos de alguns dos intérpretes de Marx, de forma simples e encadeada, para que possa servir de texto didático para alunos de cursos de graduação em Economia, considerações introdutórias sobre os conceitos de valor de uso e valor de troca e uma síntese do processo pelo qual, no regime capitalista de produção, o produtor direto, por não ser proprietário dos meios de produção que utiliza, se vê constrangido a entregar ao capitalista, em troca das condições de trabalho que este lhe proporciona, uma parcela (a mais-valia) do valor que cria através de seu trabalho.

Ao apropriar-se da mais-valia produzida pelo trabalhador, o capitalista promove uma valorização de seu capital.

### 2. Valor de Uso e Valor de Troca

O motivo de se considerar o valor de troca como sendo a forma obrigatória de expressão do

valor derivado daquilo que Marx, escrevendo a Engels, em 24 de agosto de 1867 (*in* BADIA, 1972:174-175), reputou ser a mais importante contribuição do Livro 1 de *O Capital*, ou seja, a distinção por ele estabelecida entre valor de uso e valor de troca como uma interpretação da duplicidade de caráter do trabalho, na qualidade de atividade particular produtora de valor de uso, ou como atividade social produtora de valor.

A produção numa sociedade capitalista é uma produção mercantil, na qual o que fundamentalmente move um produtor a produzir não é o atendimento de suas próprias necessidades ou das de seus vizinhos mais próximos, e sim a possibilidade que passa a ter de poder trocar seus produtos, no mercado, por outros de que tenha necessidade. Esses produtos se constituem, portanto, em mercadorias e o mercado é o elo de ligação entre os possuidores de mercadorias. Assim, numa sociedade mercantil – capitalista, é somente na qualidade de possuidoras de mercadorias – proprietárias de coisas, portanto – que as pessoas mantêm entre si relações de produção diretas.<sup>2</sup> Nestes termos, “a coisa adquire as propriedades de valor, capital, dinheiro, etc., não por

<sup>(1)</sup> Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/ PUC-Campinas) e doutorando em Economia do IE/UNICAMP.

<sup>(2)</sup> As relações de produção mantidas por uma certa pessoa e o seu caráter social específico são decorrência da forma social de que se revestem as coisas que estão sob seu controle. A este respeito considera Rubin que: “a reificação das relações de produção’ entre as pessoas é agora complementada pela ‘personificação das coisas’. A forma social do produto do trabalho, sendo resultado de incontáveis transações entre os produtores mercantis, torna-se um poderoso meio de exercer pressão sobre a motivação dos produtores individuais de mercadorias, forçando-os a ajustar seu comportamento aos tipos dominantes de relações de produção entre as pessoas nessa dada sociedade.

suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção às quais está vinculada na economia mercantil. Assim, as relações sociais de produção não são apenas ‘simbolizadas’ por coisas, mas realizam-se através de coisas”. (RUBIN, 1980:26). No seio da sociedade mercantil, “uma coisa não é apenas um ‘hieróglifo social’, não é apenas um ‘receptáculo’ dentro do qual se ocultam as relações sociais de produção entre as pessoas. Uma coisa é um intermediário das relações sociais, e a circulação das coisas está indissolúvelmente vinculada ao estabelecimento e realização das relações de produção entre as pessoas” (RUBIN, 1980:24). À medida que as coisas assumem propriedades sociais específicas – de valor, dinheiro, capital, etc. – a sua circulação não só exprime relações de produção entre os homens, ao servirem de elo de ligação entre eles, como também as cria e organiza (RUBIN, 1980:24-25).

No âmbito do mercado uma mercadoria pode ser trocada por certa quantidade de outra mercadoria na direta proporção dos seus respectivos valores. Como é, então, estabelecido o valor de uma dada mercadoria? É através da troca que a sociedade arbitra o valor de cada uma e de todas as mercadorias.

Toda troca supõe a existência de um vendedor e de um comprador. O comprador, colocando-se como consumidor, leva em conta numa mercadoria a utilidade (o valor de uso) que ela tem para ele. O vendedor, por sua vez, colocando-se do ponto de vista do produtor, considera, numa mercadoria, o trabalho que ela lhe tenha custado (que gera valor de troca quando se o compara com as quantidades de trabalho contidas em outras mercadorias disponíveis no mercado). Assim, “a relação básica da sociedade mercantil, a relação entre os possuidores de mercadoria, reduz-se à ‘relação em que o homem só entra na posse dos produtos do trabalho alheio, desprendendo-se do produto do seu’” (RUBIN, 1980:30).

Numa troca, para se estabelecer a equivalência entre duas mercadorias, deve-se deixar de lado as qualidades particulares a elas ineren-

tes – ou seja, seus valores de uso (a utilidade que têm) –, considerando-se tão somente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas.

É a isto que se refere Marx, no primeiro capítulo do Livro 1 de *O capital*:

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Vejamos o que é esse resíduo dos produtos do trabalho. Nada resta deles a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias”. (MARX, 1980:44-45)

Considera ainda Marx, especificando melhor os seus conceitos, que o trabalho que se constitui em substância criadora de valor é o trabalho humano, homogêneo, gerado por uma força de trabalho única – constituída, todavia, de inúmeras forças de trabalho individuais, equiparadas entre si na medida em que representam uma força média de trabalho social – que precise, quando atuando, apenas do tempo em média necessário para a produção de uma mercadoria. É o caso do trabalho desenvolvido por um operário medianamente qualificado, que trabalhe com intensidade média, usando, com o grau social médio de destreza, os instrumentos de produção geralmente utilizados num dado momento histórico.

Retomando a questão do valor, considera Marx:

“Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor de uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista da grandeza do valor, só interessa quantitativamente e depois de ser convertido em trabalho humano puro e simples. No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo, sua quantidade, a duração de seu tempo. Uma vez que a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela contido, devem as mercadorias, em determinadas proporções, possuir valores iguais.” (MARX, 1980:52-53)

Procurando especificar de forma mais clara a “forma comum de valor” ou “substância social comum”, diz Marx:

“Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra em seu valor. Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria, a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar ao valor aí escondido”. (MARX, 1980:55)

Ao comparar o trabalho do tecelão com o do alfaiate, enquanto trabalhos úteis reduzidos a uma única espécie de trabalho, ou seja o trabalho humano abstrato, afirma Marx:

“A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza. Para expressar o valor do linho como massa de trabalho humano, temos que expressá-lo como algo que tem existência material diversa da do próprio linho

e, ao mesmo tempo, é comum a ele e a todas as outras mercadorias. Fica assim resolvido o nosso problema”. (MARX, 1980:59)

Definida a “substância social comum” (o trabalho abstrato), evidencia-se a idéia de que a quantidade dela contida num objeto, que determina o valor deste, pode ser medida através do tempo de trabalho dispensado na produção do mesmo. Já nos *Grundrisse*, havia Marx estabelecido, de forma clara, a relação entre valor e tempo de trabalho:

“Dizer que o tempo de trabalho ou a quantidade de trabalho é a medida dos valores equivale a dizer que a medida do trabalho é a medida dos valores. Duas coisas só são mensuráveis com a mesma medida se são de igual natureza. Os produtos só podem ser medidos com a medida do trabalho – o tempo de trabalho – porque conforme a sua natureza são trabalho. São trabalho objetivado. (...) Só existem como coisas iguais enquanto existem como atividade. Esta é medida pelo tempo que, por conseqüência, também se converte em medida do trabalho objetivado.” (MARX, 1973:121 )

Em suma, ao se analisar a contraposição do valor de uso (trabalho concreto) e do valor (trabalho abstrato) – os quais se manifestam, respectivamente, como riqueza específica e riqueza genérica –, fica evidente que o valor resulta da objetivação de trabalho abstrato, “substância social comum”, e que a quantidade de valor que uma mercadoria representa no processo de troca a ela foi plasmada através da incorporação de trabalho abstrato. Assim, o valor nada mais é do que trabalho objetivado e as relações entre os valores das distintas mercadorias – isto é, os seus valores de troca – resultam da comparação das quantidades de trabalho abstrato nelas consubstanciado.

### 3. Como o Dinheiro se Transforma em Capital

Numa sociedade mercantil simples, a fim de satisfazer suas necessidades específicas, o

produtor independente vende seus produtos para poder adquirir outros. Tem ele mercadorias que transforma em dinheiro, o qual, em seguida, usa para adquirir novas mercadorias. No circuito M-D-M, assim formado, as mercadorias ocupam o começo e o fim do processo, justificando-se isso pelas diferenças qualitativas (valores de uso) que apresentam nos dois extremos do circuito.

É, pois, no âmbito deste tipo de circulação – a circulação simples que são estabelecidas as relações fundamentais para a existência de mercadorias, embora não esteja ainda caracterizada uma preocupação sistemática de criação de valores de troca, o que só vem a ocorrer com a existência do sistema capitalista, “que postula o valor como fim último e o objetivo mediato de sua prática” (GIANNOTTI, 1966:214). Neste novo sistema, por isso, pela preocupação imediata e mediata que existe pela troca, tudo ganha um preço, passando os produtos da atividade humana a ter um significado caracterizadamente social, atingindo, assim, a mercadoria a plenitude de sua existência, culminando a circulação simples por abranger toda a sociedade burguesa, no seio da qual, “se o capital tem na mercadoria sua primeira aparição, a circulação simples constitui o primeiro fenômeno do capitalismo”(GIANNOTTI, 1966: 214-215).

“A princípio”, diz-nos Marx, “o capital entra em cena como **dinheiro** que há de transformar-se em **capital**, ou que ainda só potencialmente é capital”<sup>3</sup> (MARX, 1985:39). Nestes termos, na sociedade burguesa, o detentor de dinheiro, como pretendente a capitalista, apresenta-se no mercado e troca seu dinheiro por mercadorias e, a seguir, retoma ao mercado com o produto da transação feita, que é, numa nova troca, transformado em dinheiro. Neste novo circuito, designado por Marx D-M-D, o dinheiro não é apenas elemento de mediação, como no circuito anterior, mas o começo e o fim do processo. Ambos extremos do circuito são dinheiro – “forma transfigurada das mercadorias na qual seus valores de uso particulares desaparecem” (MARX, 1980:169). Sendo

o dinheiro qualitativamente homogêneo e não atendendo nenhuma necessidade específica, a razão que justifica o circuito anterior M-D-M falta neste caso.

Analisemos, todavia, mais especificamente, esse circuito D-M-D. Se, no referido circuito, o D inicial tiver a mesma magnitude de valor do D final, o processo carece de lógica, que só passará a ter, do ponto de vista do capitalista – “capital personificado, dotado de vontade e consciência” (MARX, 1980:172) –, se vier a ser expresso na forma D-M-D', onde  $D' > D$ .

Nesta última expressão, a mudança qualitativa do valor de uso é substituída, para justificar o processo, pela expansão quantitativa do valor de troca. Quando ocorre esta fórmula D-M-D', em que  $D' = D + \Delta D$  (valor originalmente adiantado mais um acréscimo, chamado por Marx de “mais-valia” ou “valor excedente”), não só se mantém, durante a circulação, o valor inicialmente antecipado, como, nela, este vai ter sua magnitude incrementada, valorizando-se. Neste momento, o **dinheiro transforma-se em capital**, adquirindo toda a dinâmica específica do mesmo, o qual, numa permanente sucessão do movimento de “comprar para vender com vantagem”, valoriza-se cada vez mais. Passa, então, o detentor de dinheiro, agora como capitalista, a ser o centro desse movimento, cujo conteúdo objetivo – a expansão do valor – passa a ser a sua finalidade subjetiva. (MARX, 1980: 172)

Para que possa ser melhor entendido esse processo, no qual o conteúdo objetivo (meta) é a valorização do valor, vejamos o que Marx diz, ao considerar mercadoria e dinheiro como modos diversos de existência de valor:

“A forma autônoma, a forma dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples, serve apenas para possibilitar a troca de mercadorias, e desaparece como resultado final do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, funcionam dinheiro e mercadoria apenas como modos de existência diversos do próprio valor, sendo o dinheiro seu modo de existência geral, e a

<sup>3</sup>) Os grifos são do autor.

mercadoria seu modo particular ou dissimulado. O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. O valor em expansão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as chegamos às proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através de contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão (...). Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor.” (MARX, 1980: 173-174)

Observa, também, Marx, na seqüência de seus argumentos, que “se o dinheiro não assumir a forma mercadoria, ele não vira capital” e, ainda, que os capitalistas sabem que as mercadorias são, na verdade, “milagroso meio de fazer mais dinheiro com dinheiro”. (MARX, 1980:174)

Mas ainda está faltando alguma coisa! Não está aí, no que já vimos, esclarecido donde surge o acréscimo de valor que é incorporado, dentro do processo de valorização do valor, ao valor inicial.

Assim sendo, a transformação do dinheiro – valor de troca autonomizado – em capital vê-se colocada entre dois pressupostos contraditórios:

- 1. Como a circulação de mercadorias só implica mudança na forma de valor, ela supõe uma troca de equivalentes;**
- 2. Dinheiro ou mercadoria não podem ser transformados em capital fora da esfera da circulação, ou seja, o valor não pode se expandir sem que o possuidor de mercadorias entre em contato com outros possuidores de mercadorias.**

Com referência ao valor de uso, poder-se-ia dizer que “a troca é uma transação em que ambas as partes ganham” (MARX, 1980:177). Entretanto, o mesmo não pode ser dito com relação ao valor de troca. Demonstra-nos Marx, exaustivamente, que o valor não pode ser criado através da circulação ou da troca de mercadorias, afirmando sobre isto que “o valor excedente (mais-valia) não pode originar-se na circulação e que, ao formar-se, algo tem de ocorrer fora dela e nela imperceptível” (MARX, 1980: 185).

Afirma ele, todavia, no segundo pressuposto acima, que o processo de transformação do dinheiro ou de mercadorias em capital não pode ocorrer fora da esfera da circulação.

Marx coloca-nos, então, diante do seguinte dilema:

“Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela a sua origem.” (MARX, 1980:186)

Para encontrar uma forma lógica de sair desse dilema, Marx retoma a análise da fórmula D-M-D', onde fica óbvio que a valorização não se dá na segunda operação M-D', uma vez que nela está apenas representada a conversão em dinheiro de um valor já incorporado na mercadoria. Conclui ele, então:

“A mudança tem portanto de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato D-M, mas não em seu valor, pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode portanto originar-se de seu valor de uso como tal, de seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor; de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (MARX, 1980:187)

Para que a força de trabalho se ponha no mercado, passando a ser mercadoria, existem algumas condições especiais:

1. Por ser o trabalhador livre proprietário de sua força de trabalho, pode esta ser vendida, por sua livre e espontânea vontade, como mercadoria;
2. A relação entre o detentor da força de trabalho e o capitalista nela interessado é uma relação que se dá entre agentes que são livres proprietários daquilo com que transacionam, sendo o contrato, que entre si estabelecem, “o resultado final, a expressão jurídica de suas vontades” (MARX, 1980:196);
3. O trabalhador, para poder dispor de sua força de trabalho, deve ser livre em dois sentidos: livre por ser o proprietário de sua força de trabalho e livre porque desprovido dos meios de subsistência (condições subjetivas de trabalho) e de produção (condições objetivas de trabalho) necessários à objetivação de sua força de trabalho;
4. O trabalhador, por precisar garantir a sua subsistência e por não dispor de qualquer outra mercadoria com que possa transacionar, vê-se obrigado a vender, traduzida em trabalho vivo, a força de trabalho de que é possuidor; e
5. Para que essa relação de compra e venda de força de trabalho possa ser continuamente desenvolvida, faz-se necessário que quem possui a força de trabalho venda-a sempre por um período de tempo determinado, uma vez que vendê-la de uma vez por todas significaria

vender-se a si mesmo, transmutando-se de homem livre em escravo e de vendedor de mercadorias em mercadoria (MARX, 1980:188).

A força de trabalho, como acontece com qualquer outra mercadoria, tem um valor, que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua (re) produção. Isto quer dizer que, como valor, a força de trabalho representa apenas a quantidade de trabalho social médio nela corporificado, equivalendo aos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Para trabalhar o trabalhador despense uma certa quantidade de energia – muscular, nervosa e cerebral – para cuja recomposição há necessidade de ingestão de alimentos, além do desfrute de um certo período de sono. Paralelamente, outras necessidades têm que ser satisfeitas: habitação, vestuário, higiene, saúde, etc. Além disso, para que esta força de trabalho aflixa constantemente ao mercado, é necessário assegurar a multiplicação natural dos trabalhadores, através de meios para sustentar a sua família. Tem, ainda, o trabalhador a necessidade de uma certa dose de cultura e de especialização, que exigirá, no mínimo, para ser adquirida, o dispêndio de tempo. Finalmente, por ser mortal, o vendedor da força de trabalho “tem de perpetuar-se, ‘como todo ser vivo se perpetua, através da procriação’” (MARX, 1980:192).

O trabalho vivo liberado pelo operário só se materializa em mercadorias, incorporando-lhes valor, quando o trabalhador pode dispor, para produzir, de condições objetivas de trabalho (meios de produção). Assim sendo, o capitalista, por deter o controle dos meios de produção, submete o operário, em troca do fornecimento das condições objetivas e subjetivas de trabalho necessárias para que o mesmo possa produzir, a vender-lhe a sua força de trabalho, podendo, assim, dispor da **capacidade viva de trabalho** que ele pode desenvolver, e que serve para a materialização, ao longo de uma dada jornada produtiva, de uma certa quantidade de mercadorias, às quais, através de seu trabalho, incorpora valor. Assim, ao servirem como meio para submeter o trabalho vivo aos

desígnios do capital, **mercadorias** passam a figurar como **compradores de pessoas**. Portanto, passa-se a viver uma situação em que “não é o operário que compra meios de subsistência e meios de produção: são os meios de subsistência que compram o operário para o incorporarem nos meios de produção”. (MARX, 1985:70)

Marx considera que, em estado fluido (trabalho vivo), a força de trabalho cria valor sem ser valor, só se tornando valor quando se encontra no estado sólido (trabalho objetivado). Para que se possa expressar o valor do trabalho humano incorporado em qualquer mercadoria, toma-se necessário exprimi-lo por meio de forma “objetiva”, que, materialmente nada tem a ver com uma mercadoria em si, mas é, ao mesmo tempo, comum a todas elas. Considerando as duas formas de expressão do trabalho encarnadas na força de trabalho, Giannotti comenta:

“De um lado é força viva, capacidade de ação, de outro, mercadoria, trabalho social coagulado, cuja medida é fixada pelo tempo de trabalho abstrato necessário à sua criação e reprodução. E como ‘o trabalho passado incorporado à força de trabalho e o trabalho vivo capaz de efetuar seu custo diário de manutenção e seu dispêndio diário constituem duas grandezas totalmente diferentes’, o valor produzido pela força de trabalho logra ser maior que seu próprio valor”. (GIANNOTTI, 1966:230)

Afirma Marx sobre o emprego, pelo capitalista, na produção, da mercadoria força de trabalho:

“O processo de consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (mais-valia). O consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera de circulação”. (MARX, 1980:196)

A origem do usufruto capitalista está, pois, na apropriação do valor excedente (a mais-valia), que não é desfrutado pelo trabalhador que o

produziu, e cuja produção, como já foi visto, deve necessariamente ocorrer à margem do mercado, fora da esfera da circulação. É forçoso, pois, que haja um espaço específico (seja ele uma oficina, uma fábrica ou outro qualquer) onde a força de trabalho adquirida pelo capitalista possa ser, sob estrito controle, para que dela se evite a ocorrência de qualquer desperdício, usada no processo de produção de mais-valia.

Conduzido pelo capitalista, afastando-se das praças, ruas e vielas onde se processam as transações mercantis típicas da esfera da circulação, é o trabalhador levado ao local onde sua força de trabalho ficará à disposição daquele que a comprou. Ao ser ele, o detentor da força de trabalho, introduzido no reduto da ação do capitalista, passa a pertencer a este último “o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, **fermento vivo**”, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”. (MARX, 1980:210)

Ao ser o trabalhador drenado pelo capitalista, até o máximo limite possível, de todo o seu potencial de geração da “essência valorativa” (o trabalho vivo), que é a fonte de onde emana a mais-valia, revela-se, a existência, pelo menos potencial, de uma séria contraposição de interesses entre o vendedor de sua força de trabalho e aquele que, por controlar os meios de produção, detém o privilégio de usá-la, o que lhe permite apropriar-se da mais-valia por esta gerada no processo produtivo. E, ao se considerar que existe um evidente caráter expropriatório nas relações de troca determinadas pela venda da força de trabalho ao capitalista, passa a saltar aos olhos o porquê do desencontro de propósitos existente (ou latente) entre trabalho assalariado e capital – ou seja, a

(4) O grifo é nosso (FPCN).

contraposição entre os interesses do trabalho vivo com os dos detentores dos meios que permitem a objetivação das formas de trabalho – já estar implícito nas categorias da troca e do dinheiro, como se poderá depreender da afirmação de Marx, nos *Grundrisse*:

“É tão piedoso quanto estulto desejar que o valor de troca não se desenvolva em capital ou que o trabalho que produz valor de troca não se desenvolva em trabalho assalariado,” (*apud* Napoleoni, 1980:63-64)

A respeito desse mesmo assunto, manifesta-se Belluzzo, em *Valor e Capitalismo*:

“Na sociedade capitalista (...) a separação dos produtores diretos dos meios de produção e dos meios de vida implica na generalização da produção mercantil, no fato crucial de que essas mercadorias – força de trabalho e capital – vão se contrapor no processo de troca de acordo com a lei do valor. Mas as transformações dos meios de produção em capital e da massa de produtores diretos em força de trabalho, se é o resultado de um processo de generalização da produção mercantil, é também o ponto de partida para a reordenação das relações fundamentais da sociedade, na medida em que o capital só se contrapõe à força de trabalho como **valor** cuja única finalidade é autovalorizar-se, e só pode fazê-lo sugando trabalho vivo. A lei do valor, a partir desse momento, é lei reguladora do processo de ‘criação de valores’ apenas enquanto lei imanente do processo de valorização do capital. Este momento crucial da análise de Marx nos revela que o surgimento do capital a partir das determinações mais gerais do valor de troca e do dinheiro subverte as relações da sociedade”.<sup>5</sup> (BELLUZZO, 1987:87)

Continuando com Belluzzo, ainda a respeito das condições em que se processa a produção numa economia capitalista, temos que:

“Na sociedade capitalista, o divórcio entre produtores diretos e as condições de produção não só transforma a força de trabalho em mercadoria, como, ao fazê-lo, também transforma essa mercadoria em elemento do capital. O ‘social’ não se contrapõe mais ao trabalhador como algo estranho, ‘senão hostil e antagônico, como algo objetivado e personificado no capital’. Agora a sociedade só é consumidora de trabalho através da operação do conjunto de capitais individuais, isto é, enquanto capital social. Por isso mesmo, o capital como personificação da riqueza abstrata – forma histórica da riqueza social – só pode contrapor-se à força de trabalho como personificação do trabalho abstrato.

A existência do capital, como forma histórica da riqueza social, exige, de maneira radical e avassaladora, que se torne indiferente o caráter útil de cada trabalho, para que reste como determinação essencial apenas o trabalho como valor de uso para o capital. A substantivação do valor de troca no dinheiro, que permite a reiteração e a expansão da troca na sociedade mercantil, contém já, em potência, as determinações mais gerais do capital no sentido em que este ‘completa’ a autonomização do dinheiro frente ao conjunto dos produtores. Não se trata mais, agora, de que os produtores independentes estejam dominados pelo valor de troca, senão que a generalização do valor de troca converte alguns produtores diretos em detentores dos meios de produção e de vida, de um lado, e em assalariados, de outro.” (BELLUZZO, 1987:84-85)

Pouco agora, adiante, continua Belluzzo com sua análise, caracterizando, agora, a metamorfose do dinheiro com sua em capital:

“O dinheiro, antes simples expressão de uma sociabilidade própria de uma sociedade de produtores independentes, se converte,

<sup>(5)</sup> O grifo é do autor.

agora, no **sujeito** de um processo que permite aos detentores de dinheiro (como capital) o comando de meios de produção e de trabalhadores assalariados. É assim que o trabalho vivo, elemento real de toda a produção, só aparece como meio de valorizar os valores existentes e, portanto, como meio de capitalização. É o trabalho acumulado, materializado nos meios de produção, o qual, agindo como capital, se conserva e se acrescenta sugando trabalho vivo, tornando-se valor que se valoriza. É neste sentido que sob o regime capitalista de produção não é o trabalho que usa os meios de produção, mas são os meios de produção que usam o trabalho.

A redução de todo o trabalho a trabalho abstrato, portanto à mera capacidade de trabalhar, é que permite ao capital prolongar quantitativamente o tempo de trabalho além do socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. É o fato de sugar trabalho vivo como mero tempo de trabalho que confere ao capital a possibilidade de obter uma mais-valia durante o processo produtivo que, por isso mesmo, deixa de ser uma simples relação entre *input* e *output* em termos físicos, para se revelar como processo de valorização”.<sup>6</sup> (BELLUZZO, 1987:85-86)

Continua, ainda, Belluzzo:

“É assim como a lei do valor, na sociedade mercantil simples, garantia que o *quantum* total de trabalho consumido se repartisse entre os diversos setores da produção, em proporções tais que permitissem a reprodução anual da sociedade como produtora, da mesma maneira a lei da mais-valia, forma capitalista da lei de valor, é a lei que governa

a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações. Por isso, num sentido bem mais profundo do que aquele que os economistas costumam atribuir à expressão, é a lei fundamental do movimento do modo capitalista de produção, enquanto lei que define a especificidade desse movimento, em oposição aos modos de produção anteriores. Trata-se da lei interna de um regime de produção ‘que não está ligado a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades’, senão unicamente às necessidades de autovalorização do capital. Extraindo mais-valia da massa de produtores diretos que submete, o capital não apenas se acrescenta como também repõe suas próprias condições de existência: ‘o trabalho não só produz, em antítese consigo mesmo, em escala sempre mais ampla, suas próprias condições de trabalho como capital, senão que o capital produz em escala cada vez maior os assalariados produtivos que requer’. O processo de acumulação nasce das entranhas do sistema capitalista, irrompe do antagonismo de suas relações de produção, ao mesmo tempo em que as reconstrói continuamente.” (BELLUZZO, 1987:89-90)

Voltemos, finalmente, ao ponto em que Marx registra o fato de que o consumo da mercadoria força de trabalho ocorre fora da esfera de circulação (“esfera ruidosa, onde tudo acontece na superfície e à vista de todos”, que ele, ironicamente, aponta como sendo “um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem” onde reinam a liberdade, a igualdade, a propriedade e Bentham<sup>7</sup>) e, juntamente com o possuidor de dinheiro e o detentor da força de trabalho, mergulhemos no local onde

<sup>6</sup>) O grifo é do autor.

<sup>7</sup>) Marx está se referindo a Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo, jurista e economista inglês, que notabilizou-se, em 1789, com a publicação de *An introduction to the principles of Morais and Legislation*, em que formula os princípios doutrinários do utilitarismo. Para Marx, “o arquifilisteu Jeremias Bentham” era, n.º século XIX, “o oráculo (...) da inteligência burguesa vulgar, insípido, pedante e loquaz” (MARX, 1980:708), e, a seu ver, “nem o principio da utilidade foi invenção de Bentham”, que “reproduziu, sem espirito, o que Helvetius e outros franceses do século XVIII tinham dito com agudeza intelectual”. (MARX, 1980:708; nota 63).

ocorre a produção, no qual poderemos constatar como o capital produz e é, concomitantemente, produzido, ficando pois desfeito o mistério que envolve a criação do valor excedente (a mais-valia). Ao abandonarem os dois o “paraíso dos direitos inatos do homem”, constituído pela esfera da circulação, adentrando o espaço reservado da produção, “algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama”, uma vez que “o antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado.” (MARX, 1980:196-197).

#### 4. Conclusão

Como ficou demonstrado, no início deste artigo, é no âmbito do mercado que, através da troca, a sociedade arbitra o valor de troca das mercadorias. No ato da troca não são levadas em consideração as qualidades particulares de cada mercadoria (o seu valor de uso), mas atenta-se para o seu valor de troca, que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, o qual é comparado aos requeridos pela produção das demais mercadorias, permitindo o estabelecimento, através das respectivas quantidades de trabalho abstrato em cada uma delas materializado, de toda uma escala de valores relativos.

Pôde-se verificar, ainda, no tópico 3, que, para que o capital possa efetivamente assumir sua posição como tal, transformando-se de grandeza constante em grandeza variável, faz-se necessário que, no âmago do processo produtivo, venha ele a sentir a magia que resulta do contacto direto com o trabalho humano, fonte do valor que lhe é agregado.

Ficou evidenciado, também, que, no decurso do processo de criação do valor, os meios de produção, que se constituem numa das múltiplas

formas pelas quais se expressa o capital, não servem tão somente como base produtiva para a realização do trabalho, mas se prestam, também, concomitantemente, à extorsão pelo capitalista de toda a mais-valia gerada pelo produtor direto através de seu trabalho.

#### 5. Bibliografia

- BADIA, Gilbert. *Lettres sur “Le capital” (Correspondance Marx-Engels)*. Paris: Éditions Sociales, 1972.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Bienal, 1987.
- GARAUDY, Roger. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- MANDEL, Ernst. *Iniciação à teoria económica marxista*. Lisboa: Antidoto, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores S/A, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O capital: Resultado do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- NAPOLEONI, Claudio. *O valor na Ciência Económica*. Porto: Editorial Presença, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.
- ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

# O CRESCIMENTO DA MISÉRIA COMO CONTRAFACE DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

## *THE GROWTH OF MISERY AS A COUNTERFACE OF CAPITALISTIC ACCUMULATION*

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>1</sup>

### 1. Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar – procurando simplificar, dentro do possível, as formulações e os argumentos teóricos empregados, no intuito de torná-los mais acessíveis a alunos de cursos de graduação em Ciências Econômicas – diversos conceitos fundamentais para o entendimento da estruturação e da dinâmica típicas da sociedade capitalista enunciados e comentados por Marx, bem como as interpretações feitas sobre eles por alguns de seus comentaristas. Entre os conceitos mencionados, que se constituem em chaves importantes para o entendimento de sua obra, estão: reprodução simples, reprodução ampliada, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, trabalho necessário, trabalho excedente, subordinação formal e real do trabalho ao capital, modo de produção especificamente capitalista, produtividade do trabalho, composições técnica e orgânica do capital, concentração e centralização do capital, redundância do trabalho, superpopulação relativa (exército industrial de reserva), taxa de exploração, alienação do trabalho etc. A apresentação dessa base conceitual será feita de forma encadeada e convergindo para que se possa, ao final deste artigo,<sup>1</sup> como culminação das citações e dos comentários que ele contém e das análises nele desenvolvidas, chegar à formulação da lei geral de acumulação

capitalista – enunciada por Marx com base em considerações que faz ao nível das relações básicas (de definição) do capitalismo –, a qual é correlativa a uma “lei de miséria”, que mostra que, concomitantemente à expansão da riqueza social, que possibilita à minoria exploradora da sociedade uma vida plena de lazer, de ostentação e de prazeres, segmentos expressivos da população do conjunto da sociedade capitalista se vêem, desde o início da constituição do capitalismo até hoje, condenados à pauperização no seu mais alto grau, com extrema deterioração das suas condições de vida e de trabalho, e submetidas, no tocante a este último, a um alto grau de exploração.

### 2. Produção e a Reprodução das Condições de Vida em Sociedade

Na visão de Marx, a evolução da sociedade é decorrente de um processo de permanente interação entre os homens e a natureza. Segundo ele, é quando começam a produzir os seus meios de subsistência que os homens começam a se diferenciar dos animais, constituindo-se os atos necessários à produção e à reprodução da vida “não só uma exigência ditada pelas necessidades biológicas do organismo humano, como, o que é mais importante ainda, uma fonte de novas necessidades e capacidades. A atividade produtiva

<sup>(1)</sup> Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACECA/PUC-Campinas) e doutorando em Economia do IE/UNICAMP.

está pois na base de toda a sociedade, e isto num sentido tanto histórico como analítico. A produção é 'o primeiro ato histórico'; e 'a produção de vida material...é...condição fundamental de toda a história, que se tem de cumprir, hoje como há milhares de anos atrás, para que a vida humana possa manter-se'. Cada um dos indivíduos, no seu dia-a-dia, recria e reproduz a sociedade a todo o momento; esse fenômeno está na origem tanto da estabilidade da organização social como das infinitas modificações dessa mesma organização". (GIDDENS, 1994:69)

Continuadamente, no cotidiano, as pessoas consomem, entre outras coisas, cereais, legumes, frutas, carne, leite, pão e outros alimentos, vestem roupas e usam calçados, utilizam-se da eletricidade e de água tratada em suas residências, cuidam de sua higiene pessoal e de sua saúde, loco movem-se através de veículos próprios ou dos meios de transporte urbanos, etc. Entretanto, para que isto se torne possível, faz-se necessário que essas mesmas pessoas, através de seu trabalho, dediquem-se a produzir novas quantidades de alimentos, de roupas, de calçados, de medicamentos, de energia elétrica e de outros artigos e serviços. Os meios de produção utilizados nessa renovação dos bens e serviços consumidos mais cedo ou mais tarde se desgastam, mas são logo substituídos por outros novos que saem das fábricas. Há, assim, uma permanente renovação do processo de produção, independentemente das relações sociais pelas quais seja ele regido.

Essa renovação constante do processo de produção é chamada de reprodução. O processo de reprodução não implica, todavia, só uma pura e simples produção de novos produtos para reposição daqueles que foram consumidos, ou mesmo a produção de maior quantidade deles, mas, também, como já foi mencionado, uma renovação constante das correspondentes relações sociais de produção.

### 3. Reprodução Simples e Reprodução Ampliada

A reprodução pode ser de dois tipos: a simples e a ampliada.

A **reprodução simples**, que consiste na "simples continuidade da produção capitalista", implica a repetição do processo de produção sem qualquer modificação de escala; os novos produtos servem tão somente para a reprodução (reposição) dos bens de consumo e dos meios de produção que são consumidos, numa certa comunidade, ao longo de um dado período.

A **reprodução ampliada** implica a repetição do processo de produção em maior escala; a sociedade, além de prover a reposição dos bens materiais e serviços que utiliza para consumo ou como meios de produção, produz quantidades adicionais dos mesmos ou de outros novos produtos e serviços.

Numa sociedade capitalista, onde a força motora do processo de produção é a apropriação de mais-valia por parte do capitalista, a reprodução simples aparece com um cunho de ficção, pois implica uma abstração da preocupação essencial do capitalista, que é a de aumentar cada vez mais seu capital.

Porquê então analisá-la? É importante analisá-la porque entendê-la facilita a detecção e o estudo de alguns traços essenciais do capitalismo.

No decorrer do processo de reprodução são renovados não só os produtos do trabalho, mas, também, são reiteradas as relações que implicam o confronto permanente de interesses, que ocorre no mercado, entre os capitalistas e aqueles que lhes vendem a sua força de trabalho.

Eis a visão de Marx sobre essa questão:

"Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender a sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e com-

prador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado.” (MARX, 1980:672-673)

Através da análise das relações capitalistas que ocorrem no decorrer do processo de reprodução simples, pode-se entender não só qual a verdadeira fonte do salário e da mais-valia, mas, também, donde provém todo o capital. Suponhamos que um capital de R\$ 2.000,00, adiantado pelo capitalista, renda anualmente uma mais-valia de R\$ 400,00, que seja integralmente utilizada por ele no atendimento de suas necessidades pessoais. Se o capitalista não contasse com essa mais-valia, consumiria, no atendimento de suas próprias necessidades, todo o seu capital, o que se daria no decurso de cinco anos. Isto, porém, não acontece porque a quantia de R\$ 400,00 que ele vai gastar, anualmente, para consumo pessoal, é renovada, a cada ano, às expensas da mais-valia criada pelo trabalho não retribuído de seus trabalhadores. Dessa forma, qualquer que seja a fonte primitiva do capital de R\$ 2.000,00 por ele adiantado, no decorrer do processo de reprodução simples esse capital passa a ser integralmente, após cinco anos, fruto do trabalho apropriado sem retribuição pelo capitalista, ou, em outras palavras, “o capital pode realizar, em um determinado período de tempo, às custas de trabalho não-pago, o seu equivalente em valor” (FERNANDES, 1989:94). Cai por terra, portanto, a concepção burguesa de que o capital é originado pelo próprio trabalho do capitalista. No final desse período, usado como exemplo, de cinco anos de reprodução simples, “o trabalhador nada obteve para si, senão a sua subsistência; mas o capitalista viu a sua riqueza material convertida em capital, desfrutou a vida e pôde contar com a continuidade do processo” (FERNANDES, 1989:94).

Num estudo mais acurado do processo de reprodução simples, é comum a constatação de situações em que, para repor as energias necessárias para continuar produzindo, o trabalhador supre a si mesmo os meios de subsistência de que necessita. É algo análogo aos procedimentos que se adota ao se abastecer uma máquina a vapor de carvão e de água ou ao se besuntar com graxa uma engrenagem. Neste caso, “os meios de consumo do trabalhador passam então a ser simples meios de consumo de um meio de produção, e seu consumo individual, consumo diretamente produtivo.” Mas, para Marx, este tipo de ocorrência, constatado em situações extremas e isoladas, “é um abuso que não parece ser inerente ao processo capitalista de produção”, devendo-se ter em conta que:

“A coisa muda de aspecto quando consideramos não o capitalista e o trabalhador isolados, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção isolado, mas o processo de produção capitalista em sua continuidade e em toda a sua extensão social. Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta ele o valor de seu capital global. Com uma cajadada mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital [o salário] que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível para o capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador constitui fator de produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora

da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realize seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. **A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital.**<sup>2</sup> (MARX, 1980: 665-666)

Na reprodução ampliada, ou **processo de acumulação de capital**, o capitalista já não gasta toda a mais-valia de que se apropria, mas só uma parte dela, no atendimento de suas necessidades pessoais. A mais-valia remanescente é por ele empregada na expansão da produção, através da aquisição de mais máquinas e matérias primas e da contratação de novos trabalhadores. A fonte da acumulação é, portanto, neste caso, a mais-valia.

Através da exploração da classe trabalhadora é incrementado o capital e, em função disso, reproduzem-se, sobre uma base ampliada, as relações de produção capitalistas. Assim, podem os capitalistas, a partir da crescente apropriação de mais-valia, aumentar a escala de produção, explorando um número cada vez maior de trabalhadores e, em decorrência disto, podendo lançar mão de ainda maior massa de mais-valia.

Um dos mais importantes fatores que contribuem para a acumulação capitalista é a concorrência, que obriga os capitalistas, sob a ameaça de sofrerem grandes perdas se não conseguirem acompanhar o ritmo e o padrão de evolução apresentado por seus competidores, a aperfeiçoarem o nível técnico dos meios de produção de que disponham e a expandirem a sua produção. Para que não venha a ser superado por seus concorren-

tes, o capitalista deve estar permanentemente preocupado com a busca de novos métodos para alavancar o incremento de sua produção e, em especial, com o acompanhamento das inovações produtivas decorrentes do progresso técnico.

#### 4. Mais-Valia Absoluta e Mais-Valia Relativa

Entende-se por **jornada de trabalho** o tempo diário durante o qual o trabalhador permanece na unidade produtiva em que trabalha à disposição do capitalista. Parte desse tempo de trabalho, o **trabalho necessário**, é gasto pelo trabalhador para (re)produzir o valor de sua força de trabalho (determinado pelo valor do conjunto de bens e serviços necessários à sua própria sustentação e à de sua família), e o restante do tempo, o **trabalho excedente**, é integralmente apropriado pelo capitalista, sob a forma de mais-valia.

Com o intuito de aumentar, por qualquer meio, a quantidade de mais-valia arrancada aos trabalhadores, o capitalista se vale, conforme as circunstâncias, de expedientes diversos. Nos primeiros tempos de desenvolvimento do capitalismo, quando as técnicas produtivas eram ainda incipientes e progrediam lentamente, predominava a busca da expansão da massa de mais-valia através da extensão da jornada de trabalho, incrementando-se, assim, o trabalho excedente obtido (**produção de mais-valia absoluta**).

Todavia, à medida que o conhecimento técnico foi evoluindo, passaram os capitalistas, por imposição das leis imperativas da concorrência, a recorrer também a outros processos para elevar o grau de exploração da mão-de-obra, procurando, pela elevação da produtividade do trabalho, obtida através do crescente aperfeiçoamento das técnicas produtivas, ou pelo barateamento da "cesta de subsistência", reduzir o tempo de trabalho necessário, o que permite aumentar o trabalho excedente obtido (**produção de mais-valia relativa**).

<sup>(2)</sup> O grifo é nosso (FPCN).

A mais-valia resulta, portanto, da materialização em produtos do tempo de trabalho excedente.

Sempre que se reduz o trabalho necessário, cresce o trabalho excedente, ou seja, uma parcela maior do tempo de trabalho que era reservado ao usufruto do trabalhador passa a ser apropriada pelo capitalista. Isto ocorre tanto no caso do prolongamento puro e simples da jornada de trabalho, quando se produz a mais-valia absoluta, quanto no caso da transformação das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que acarretam o aumento da força produtiva deste último, diminuindo, assim, a parcela da jornada de trabalho correspondente ao trabalho necessário. Trata-se, neste último caso, da produção de mais-valia relativa.

Observa-se, pois, que, ao crescer a produtividade do trabalho empregado na produção de bens de consumo usados para a subsistência dos trabalhadores, vai haver uma diminuição na duração do tempo de trabalho empregado na produção desses bens. Isso acarreta uma queda no valor dos meios de subsistência consumidos pelos trabalhadores, o que provoca uma perda do valor da força de trabalho, possibilitando, pois, a ocorrência de uma redução dos salários.

Há, ainda, uma terceira espécie de mais-valia, que pode ser chamada de **mais-valia extra**, que se apresenta como uma variação da mais-valia relativa. Esta modalidade de mais-valia é

obtida por ocasião da introdução, por certos capitalistas, de melhores e mais eficientes máquinas e métodos de produção que os aplicados pela maioria dos concorrentes, o que lhes proporciona uma produtividade do trabalho maior que a média existente no seu ramo de produção. Em decorrência disto, o valor de cada mercadoria que produzem tende a ser inferior ao seu valor social<sup>3</sup>. Como o preço de vendidas mercadorias é determinado por seu valor social, recebem esses capitalistas, ao venderem seus produtos, uma **taxa de mais-valia**<sup>4</sup> superior à dos concorrentes, e essa vantagem se mantém enquanto a concorrência não for compelida – travando muitas vezes verdadeiras guerras de vale-tudo para tomar isto possível -a usar os mesmos métodos.<sup>5</sup>

Observa-se, pois, que o valor das mercadorias produzidas varia na razão inversa da produtividade do trabalho, o mesmo acontecendo com o valor da força de trabalho, o que leva Marx a afirmar:

é impulso imanente e tendência crescente do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador.” (MARX, 1980:367)

Por outro lado, pode-se constatar um incremento na produção de mais-valia, que se dá na razão direta do crescimento da **produtividade do trabalho**<sup>6</sup>.

<sup>3</sup>) O valor de uma dada mercadoria é definido, relativamente ao de uma outra, no decurso da relação social em que essas mercadorias são trocadas, estabelecendo-se, então, nesse ato, os seus respectivos valores sociais, que são determinados levando-se em conta tão somente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas.

<sup>4</sup>) Correspondente à relação entre trabalho excedente (mais-valia) e trabalho necessário.

<sup>5</sup>) Esta situação é, de certa forma, muito semelhante à considerada por Schumpeter quando desenvolve sua visão sobre a concorrência. Na abordagem schumpeteriana, a concorrência capitalista é travada através da contraposição de novas mercadorias às já existentes no mercado, da concepção de novos métodos de produção ou de transporte, da descoberta de novas fontes fornecedoras e de novos tipos de insumos, da conquista e exploração de novos mercados domésticos e estrangeiros, do estabelecimento de novos esquemas de organização industrial e de comercialização pelas empresas capitalistas, etc. Este processo concorrencial, desencadeado e realimentado pelas inovações, que implica a destruição da velha estrutura até então dominante e a construção de uma nova que a substitua, é chamado por Schumpeter de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1984). Esse novo conceito de concorrência concebido por ele traz no seu bojo um conceito de monopólio diferente do tradicional, que se baseia no fato de que, quando um empresário é bem sucedido na introdução de uma inovação, que lhe traga reais vantagens competitivas sobre seus concorrentes, ele vai tentar, durante o maior lapso possível de tempo, usufruir dos lucros extraordinários que passa a ter em decorrência do monopólio temporário que lhe é facultado pelo controle da inovação, o qual se estende até que o acesso aos conhecimentos requeridos para colocá-la em prática venha a se difundir.

<sup>6</sup>) A produtividade do trabalho corresponde à quantidade de produto gerada por um trabalhador num dado período de tempo.

## 5. Subordinação do Trabalho ao Capital

Numa sociedade mercantil, na qual o capital aparece nas suas formas elementares – como dinheiro ou mercadoria<sup>7</sup> –, o capitalista é um mero possuidor de dinheiro ou de mercadoria que, no mercado, vai confrontar-se com outros possuidores de mercadorias visando valorizar o seu capital. Se o montante de dinheiro – “expressão do capital que há de ser capital” (MARX, 1985:40) – por ele utilizado, ao entrar no processo de circulação, for  $x$ , e, no final do processo, ao transformar-se em capital, vier a atingir um valor igual a  $x + \Delta x$ , o valor adicional ( $\Delta x$ ) constituir-se-á numa mais-valia.

Entretanto, apesar de  $x$  ter se transformado em  $x + \Delta x$  sem necessidade do processo capitalista de produção, é nesse processo que a produção de mais-valia vai se apresentar como “o fim determinante, o interesse propulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, isto é, como aquilo em virtude do que o valor original se transforma em capital”. (MARX, 1985:41)

No decorrer do processo de produção capitalista, o capitalista, agindo enquanto tal, procurará extrair do trabalhador, num determinado lapso de tempo, o maior volume de trabalho possível. Para isto, partindo de determinada intensidade do processo de trabalho, procurará ele estender ao máximo a sua duração (buscando, assim, produzir mais-valia absoluta), e, tendo em vista dada duração do mesmo processo, buscará ele aumentar, o mais que puder, a sua intensidade (objetivando, com isto, gerar mais-valia relativa).

A mais-valia absoluta, obtida pela extensão da duração do processo de produção, é não só a base geral sobre a qual repousa o sistema capitalista, mas, também, em virtude da acumulação que propicia, o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa, que é própria de um regime especificamente capitalista e implica uma contínua e total revolução dos processos técnicos de trabalho e das relações entre os agrupamentos sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo produtivo.

Entende-se por **subsunção formal do trabalho no capital** a subordinação ao capital que existe num modo de produção capitalista ainda não plenamente desenvolvido (como, por exemplo, a manufatura), com unidades produtivas de porte relativamente pequeno, e que é precedente ao modo de produção especificamente capitalista, do qual uma das características é a produção em larga escala.

Nessa modalidade de produção, só há condições de se produzir mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, sob a forma de mais-valia absoluta.

Na **subordinação formal do trabalho ao capital**, que se baseia na extorsão de mais-valia absoluta, o operário (vendedor da força de trabalho) cai na dependência econômica do capitalista (comprador da força de trabalho), por ser este último possuidor das condições de trabalho, as quais pode – a seu bel-prazer ou conforme suas conveniências e interesses – tornar acessíveis a qualquer um dos muitos pretendentes que em busca delas se apresentarem. Neste caso, em que o operário se vê forçado a vender a sua força de trabalho para poder subsistir, as suas condições objetivas de trabalho (os meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (os meios de subsistência), que são monopolizados pelo adquirente de sua força de trabalho, opõem-se-lhe como capital. Fica, pois, bem evidenciada a presença de coerção no processo por meio do qual se extorque sobretrabalho do operário.

Nesse modo de produção capitalista não totalmente desenvolvido, o processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, é executado exatamente como vinha sendo até então, nas formas pré-capitalistas de produção, só que passa a estar subordinado ao capital. São inerentes ao próprio processo de trabalho uma relação econômica ao mesmo tempo de hegemonia e de subordinação – uma vez que cabe ao capitalista, ao consumir a força de trabalho que adquiriu, vigiá-la e diri-

<sup>(7)</sup> Constitui uma mercadoria um produto que não foi criado com o fim de ser consumido diretamente, mas com o fim de ser trocado no mercado (MANDEL, 1978:17).

gi-la – e, em paralelo, uma tendência ao desfrute contínuo e intenso do trabalho pelo capitalista, com o mínimo possível de desgaste das condições de trabalho, mobilizando-se todos os meios requeridos para que o produto só incorpore o tempo de trabalho socialmente necessário, ou ainda menos, se possível, tanto no referente à absorção de trabalho vivo, no processo de sua produção, quanto no tocante ao mais proveitoso desfrute que seja possível, ao longo deste processo, do valor consubstanciado no trabalho objetivado (meios de produção) empregado.

Com o surgimento do **modo de produção especificamente capitalista**, que sucede à fase manufatureira do capitalismo, vem a ocorrer um total e continuado revolucionamento “no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho, e na relação entre capitalista e operário” (MARX, 1985:105). É inerente a esse modo de produção a apropriação do trabalho excedente sob a forma de mais-valia relativa.

Com a produção nos moldes especificamente capitalistas, vai-se assistir a um desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, por meio do emprego de alavancas promotoras do incremento da produtividade do trabalho, tais como a cooperação, a divisão do trabalho no interior das oficinas, o emprego da maquinaria, a ampliação da escala de produção e o emprego consciente das ciências (ciências naturais, mecânica, química, tecnologia, etc.) nos processos produtivos, o que permitirá que se possa obter uma situação de “máximo de produto com mínimo de trabalho” (MARX, 1985:107), o que levará as mercadorias a se tornarem, tanto quanto possível, mais baratas. Entretanto, não é sob a forma de **força produtiva do trabalho** que todo esse conjunto de meios que levam ao incremento da produtividade se apresenta, e sim sob a forma de **força produtiva do capital**.

A produção de mais-valia relativa, bastante estimulada pela aplicação das alavancas acima mencionadas, pode ser considerada como expres-

são material da **subsunção real do trabalho no capital** (ou, o que é o mesmo, da **subordinação real do trabalho ao capital**), a qual só ocorre no modo especificamente capitalista de produção.

A subordinação do trabalho ao capital é assim vista por Marx:

“Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles”. (MARX, 1980:483)

E, ainda:

“Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumento de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas, essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador, durante o processo de trabalho, como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure”. (MARX, 1980:483)

Por outro lado, Marx, no *Capítulo VI inédito de O capital*, ao comentar a “produção pela produção”<sup>8</sup> como uma tendência natural da produção capitalista, considera que, apesar dela já ter surgido com a subordinação formal do trabalho ao capital, ela só vai se converter numa condição necessária à relação capitalista num sistema especificamente capitalista, com a ocorrência da subordinação real do trabalho ao capital. Eis como ele o faz:

“**‘A produção pela produção’** – a produção como um fim em si mesma – já entra,

<sup>(8)</sup> Mazzucchelli (1985:32) caracteriza a “produção pela produção” como “a produção ilimitada de valores de uso caracterizados como suportes materiais da mais-valia”.

é claro, em cena com a **subordinação formal do trabalho ao capital**, logo que o objetivo imediato da produção é produzir **a maior quantidade possível de mais-valia**, logo que o **valor de troca** do produto se torna o objeto decisivo. Mas esta ten-dência **inerente** à relação capitalista só se realiza de maneira adequada – convertendo-se numa **condição necessária** inclusivamente do ponto de vista **tecnológico** – logo que se desenvolve o modo **de produção especificamente capitalista**, e, com ele, a **subordinação real do trabalho ao capital**". (MARX, 1985:107)<sup>9</sup>

Cotejando, de uma forma mais incisiva, a subsunção formal com a subsunção real do trabalho no capital, Napoleoni afirma:

"... poder-se-ia dizer que, em substância, com a subsunção formal do trabalho no capital, temos um capitalismo ainda incompletamente realizado, no qual foram colocadas algumas premissas fundamentais para sua realização: ou seja, o trabalho foi separado dos meios de produção, foi incluído dentro de um processo de trabalho que é tão somente meio para um processo de valorização. Portanto, o capital já domina inteiramente a forma, mas ainda não é completamente a matéria; ou seja, esse processo de trabalho não se tornou ainda homogêneo ao capital. Em outras palavras (e essa seria a forma mais exata): o capital subsumiu a si o trabalho enquanto determinação econômica, mas ainda não o subsumiu a si enquanto determinação material, ou seja, enquanto conjunto de meios de produção. Quando se chega à subsunção real, o capital subsumiu a si o trabalho também materialmente, isto é, também o capital considerado em sua base material subsumiu o trabalho, enquanto antes o capital havia subsumido o trabalho apenas em sua determinação material. Essa é a distinção entre as duas fases". (NAPOLEONI, 1981:72-73)

Continuando esta análise, Napoleoni procura, recorrendo a uma consideração feita a esse respeito por *Marx no Capítulo VI ...*, estabelecer como ponto de transição entre a subsunção formal e a real a mudança na escala de produção, observando que ela, após a intervenção do capital no processo de produção, não apenas passa a ser maior do que a que ocorria antes, mas deixa de ser uma escala constante para ser uma escala em contínua expansão.

## 6. Composição Orgânica do Capital

Durante a acumulação capitalista expande-se o capital como um todo; porém, suas partes componentes, designadas por Marx como **capital constante** (o valor dos meios de produção) e **capital variável** (a soma global dos salários), apresentam, nesse movimento de expansão, variações desiguais e, em decorrência disso, há uma modificação na composição do capital.

Marx analisa isto da seguinte forma:

"A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de compo-

<sup>9</sup> Os grifos são todos do próprio autor.

sição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica". (MARX, 1980:712-713)

A distinção estabelecida por Marx entre essas duas espécies de capital (constante e variável) é fundamental na teoria do valor por ele formulada, sendo consequência da concepção de que a produção de mais-valia é operada, não pelo capital em seu conjunto, mas tão somente por sua parte variável, que se transforma em força de trabalho e que é responsável pela criação de valor, através da atuação do trabalho vivo, que ela libera, sobre a massa de trabalho objetivado que constitui o capital constante.

A esse respeito, pronuncia-se Napoleoni:

"Não se considera aqui, naturalmente, que o capital constante seja irrelevante para a formação de mais-valia; pelo contrário, quanto maior for a massa de meios de produção relativamente à força de trabalho, e quanto mais avançada for a tecnologia que eles incorporam, tanto maior será a força produtiva do trabalho e, portanto, tanto maior será a formação de mais-valia relativa. Mas, enquanto a quantidade e a qualidade do capital constante são uma condição da formação de mais-valia, o capital variável é a única parte do capital donde provém a 'essência valorativa', onde a influência do capital constante só pode ter lugar na medida em que, com a sua quantidade e qualidade, se torne disponível uma quantidade maior ou menor de trabalho vivo (ou seja, de valor de uso da força de trabalho) para a formação de mais-valia". (NAPOLEONI, 1980:68)

Em decorrência disso, o valor do produto gerado no processo produtivo pode ser decomposto em três partes: o valor do capital constante, o valor do capital variável e a mais-valia. O trabalho vivo, desenvolvido pela força de trabalho, é, pois, responsável pela realização, ao longo do processo produtivo, de três operações: conserva o valor do capital constante, reproduz o valor do capital variável e produz mais-valia.

A **composição orgânica do capital** é a relação entre o capital constante (c) e o capital variável (v), determinada pela razão entre o valor dos meios de produção empregados e o valor do conjunto da força de trabalho usada na produção. Ela varia conforme o ramo industrial e nas diferentes empresas de um mesmo ramo. Ela é tanto mais elevada quanto maior for o número de máquinas correspondentes a cada trabalhador, quanto mais sofisticadas e mais caras elas forem e quanto maior for a quantidade de matéria-prima transformada; e é tanto mais baixa quanto maior for o predomínio do trabalho vivo, correspondendo, portanto, a cada trabalhador, um menor número de máquinas, mais simples e menos dispendiosas, e quanto menor for o volume de matéria-prima processada.

A composição orgânica do capital (c/v) cresce especialmente em função da acumulação do capital decorrente da absorção de mais-valia relativa, que altera sensivelmente a composição técnica do capital, provocando a diminuição relativa da participação do capital variável e o aumento relativo do envolvimento do capital constante.

## 7. Concentração e Centralização do Capital

A mais poderosa alavanca da acumulação é o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, que pode ser avaliado através da capacidade que tenha um trabalhador de poder, num dado período de tempo, transformar volumes crescentes de meios de produção em produto, através do mesmo, ou de menor, dispêndio de força de trabalho. Ou, então, pode-se dizer, o que dá no mesmo, que a massa de meios de produção que uma mesma quantidade de trabalho vivo transforma aumenta na razão direta do aumento da produtividade deste último (o que corresponde a uma "diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos"). (MARX, 1980:723)

O constante aumento da composição orgânica do capital, que se depreende existir paralelamente a esse incremento da produtividade do

trabalho, só vem a se viabilizar dentro de um processo continuado de acumulação de capital, que permita a criação de condições para que se possa passar a produzir em escalas cada vez maiores. Isto só se torna possível no **modo de produção especificamente capitalista**, em que a conversão contínua da mais-valia em capital vem a se patentear na magnitude crescente do capital que é empregado no processo de produção e vem a se tornar a base da produção em maior escala. Pode-se, pois, dizer que “com a acumulação de capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista [desenvolve-se] a acumulação de capital.” (MARX, 1980:726)

Todo capital, visto isoladamente, implica uma maior ou menor concentração de meios de produção, com o correspondente comando sobre um contingente maior ou menor de trabalhadores. A ampliação da massa de riqueza que funciona como capital nas mãos de determinados capitalistas individuais portadores de montantes significativos de recursos, quer atuem eles isoladamente ou de forma associada, **concentra** a riqueza, vindo a gerar as condições básicas para o aumento da escala de produção e para o emprego do método de produção especificamente capitalista.

A produção em larga escala leva, geralmente, vantagem sobre a que se dá em pequena escala. Os capitalistas que detêm grandes massas de capital têm melhores condições de introduzir, em suas empresas, inovações técnicas e maquinaria que possibilitem que seja substancialmente aumentada a capacidade de produção instalada, e, ainda, ao organizarem linhas de produção, podem tirar vantagens, em termos de aumento de produtividade e da divisão e especialização do trabalho. Tende a haver, em consequência, um barateamento dos seus produtos relativamente aos produzidos por unidades produtivas menos capitalizadas e organizadas, as quais, em consequência disto, apresentam-se como menos competitivas.

Ao par disso, os grandes capitalistas têm muito maior facilidade na obtenção de empréstimos em dinheiro, em maiores montantes e em condições muito menos gravosas, passando o crédito

a representar uma de suas principais armas no processo de concorrência.

De outro lado, quando ocorre a supressão da autonomia de determinados capitais individuais, ou seja, quando se verifica a expropriação de um capitalista por outro capitalista, ou, ainda, ao haver a transformação de muitos capitais de pouca monta em poucos capitais de maior expressão, temos o que se chama de **centralização do capital**, cujas duas mais poderosas alavancas são a concorrência e o crédito. Observa Marx, procurando mostrar o alcance da centralização: “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, se tivesse que esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem”. (MARX, 1980:729)

Através da aceleração dos efeitos da acumulação, a centralização amplia e agiliza as transformações na **composição técnica do capital** (relação entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem colocados em ação), ocasionando um aumento do capital constante em detrimento da magnitude do capital variável, o que leva a uma redução na procura relativa de trabalho, o qual, em contrapartida, se torna sensivelmente mais produtivo.

Como efeito da centralização vai haver uma maior rapidez no processo de acumulação social através da exploração de novos inventos e descobertas e da introdução de aperfeiçoamentos industriais em geral. Os novos capitais formados no decorrer dos processos de concentração e de centralização atraem, relativamente à sua magnitude, cada vez menos trabalhadores, e, por sua vez, o velho capital, ao ser periodicamente reproduzido com o emprego de uma crescente massa de meios de produção e em condições técnicas cada vez mais evoluídas, afasta, em números cada vez mais expressivos, os trabalhadores que antes empregava.

Vemos, assim, que, como resultado da concentração e da centralização de capitais, um

número cada vez mais reduzido de capitalistas passa a controlar os destinos de contingentes cada vez mais numerosos de trabalhadores.

## 8. A Crescente Redundância do Trabalho Vivo

Nas formas capitalistas menos evoluídas, a apropriação do trabalho excedente derivada da extensão da jornada de trabalho (visando produzir mais-valia absoluta) criou a base necessária de recursos para a ocorrência de profundas transformações nas condições técnicas e sociais do processo de trabalho.

Na medida em que a crescente acumulação, via concentração e centralização, gera as condições para a produção em escalas cada vez mais amplas, ficam estabelecidas as condições apropriadas para que o capital venha a revolucionar as bases técnicas de produção, criando o mundo adequado à sua própria valorização: o **modo de produção especificamente capitalista**, no qual, como já foi visto, o trabalho vivo se encontra realmente subordinado ao trabalho morto (trabalho objetivado), e uma das principais preocupações existentes é a de incrementar a produtividade do trabalho, acentuando o ritmo da produção de trabalho excedente, a qual se processa, agora, prioritariamente, sob a forma de mais-valia relativa.

O aumento da força produtiva do trabalho é, como já pudemos constatar, uma função do crescimento da composição orgânica do capital (que implica uma expansão do valor dos meios de produção mobilizados relativamente ao valor da força de trabalho empregada) e do grau de avanço tecnológico incorporado nos meios de produção. Pode-se, então, dizer que, relativamente a uma mesma quantidade de trabalhadores, quanto maior fora incidência de trabalho passado (trabalho morto) empregado no processo produtivo, maior será o valor da produção. Isto se deve ao fato de que o trabalho despendido no passado, agora transformado em meios de produção, é plasmado no valor do produto final, através do cada vez mais célere “toque mágico” do trabalho vivo, que se constitui, mesmo se reduzido tempo-

ralmente, no processo produtivo, a um mero átimo, na fonte exclusiva de onde emana toda a “essência valorativa”.

Portanto, à medida que ocorrem a ampliação continuada da escala produtiva, a elevação progressiva das composições técnica e orgânica do capital e o crescimento da automação do processo produtivo, tudo isso conduzindo a uma progressiva redução do tempo de trabalho vivo incorporado a cada nova unidade de produto gerada, passa a se fazer sentir, evidentemente, uma cada vez maior **redundância do trabalho vivo**.

A esse respeito, nos *Grundrisse*, apresentam-nos Marx algumas abordagens bastante esclarecedoras, como:

“Na maquinaria o trabalho objetivado se apresenta ao trabalho vivo, dentro do processo de trabalho, como o poder que o domina e no qual consiste o capital – segundo sua forma – enquanto apropriação do trabalho vivo. A inserção do processo de trabalho como mero momento do processo de valorização do capital é posta, também, do ponto de vista material, pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, em meio para a sua ação. Tal como vimos, o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital. A realização dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria o trabalho objetivado se confronta materialmente com o trabalho vivo como poder que o domina e como subsunção ativa do segundo no primeiro, não através da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção; no capital fixo que existe como maquinaria, a relação do capital como valor que se apropria da atividade valorizadora, está por sua vez colocada como a relação do valor de uso da capacidade de trabalho; o valor objetivado na maquinaria se apresenta ademais como suposto pe-

rante o qual a força valorizadora da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; ...” (MARX, 1973:219-220; vol.2).

-E, um pouco mais adiante:

“Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido no objetivado, que opera de maneira autônoma. O trabalhador se apresenta como supérfluo na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade (do capital)”. (idem, p.221)

E, ainda:

“Dar à produção um caráter científico é, em consequência, a tendência do capital, e o trabalho fica reduzido a mero momento desse processo”. (idem, p.221)

E, uma vez mais:

“...na mesma medida, o trabalho imediato se vê reduzido quantitativamente a uma proporção mais exígua, e qualitativamente a um momento sem dúvida imprescindível, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais por um lado, e por outro frente à força produtiva geral resultante da estruturação social da produção global, força produtiva que aparece como dom natural do trabalho social (ainda que [seja, em realidade, um] produto histórico)”. (idem, p.222)

Ainda neste sentido, comentando o papel da elevação da composição técnica do capital e da progressiva automação do processo de produção como fontes da superfluidade do trabalho vivo, manifesta-se Belluzzo:

“...todos os métodos que nascem dessa base técnica, não podendo senão confirmar sua razão interna, são métodos de produção de mais-valia relativa em escala crescente, cuja aplicação **continuada** torna o trabalho imediato cada vez mais redundante”. (BELLUZZO, 1987:96)

Prossegue Belluzzo, comentando a autonomização da estrutura técnica, que implica, em decorrência da manifesta tendência à divisão do trabalho, o surgimento de um setor que se especializa na produção de meios de produção, que se autonomiza frente ao setor produtor de meios de consumo:

“A produção pela produção encontra agora seu veículo material apropriado, consubstanciado numa divisão social do trabalho em que o tempo de trabalho social se vincula de modo autônomo à produção de meios de produção. Isto significa que a regulação de todo o tempo de trabalho social é dada pela dinâmica da transformação do setor de meios de produção. E esta dinâmica se exprime pela diminuição constante do trabalho vivo ou, sob outro prisma, pela elevação continuada da composição orgânica do capital, o que equivale a dizer, pela exacerbação da busca da produção pela produção”. (BELLUZZO, 1987:97)

Nestes termos, diante do fato de que “não são as necessidades existentes que determinam o nível de produção mas de que é a escala de produção – sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção – que determina a massa de produto”, passa a se constituir em meta, para o capitalista, que tudo que seja por ele produzido “**contenha o máximo possível de trabalho não pago**, e isso só se alcança mediante a **produção para a própria produção**”<sup>10</sup> (MARX, 1985:107-108).

No ritmo e nas condições por esta impostos, na busca compulsiva de sua progressiva valorização, o capital, cuja composição orgânica cresce continuamente, acaba por determinar um estreitamento da própria base em que se apoia o processo de valorização, ou seja, o capital variável, a fonte liberadora “essência valorativa”. Em outras palavras, há uma tendência, inerente à própria evolução do capitalismo, de que ocorra uma progressiva compressão, ao longo do processo produtivo, do trabalho necessário (isto é, do valor

<sup>(10)</sup> Os grifos são do autor.

da força de trabalho), até um ponto extremo em que o capital, na busca irrefreada da realização de seu caráter progressivo, tenderá “a negar suas determinações mais simples através da própria negação do trabalho”, o que significará que, para que o capital possa assumir o papel implícito em seu conceito, ele poderá ser levado a negar o seu próprio fundamento. (MAZZUCHELLI, 1985:32)

Ressalta-se, nas colocações acima feitas, a natureza contraditória do capital, não somente no que se refere às condições específicas que levam o capitalismo a uma situação extremada em que impera a “produção pela produção”, com uma inimaginável amplitude do ganho de expressão relativa, no delineamento da composição orgânica do capital, da massa de recursos produtivos, mas, também, no referente ao fato de que os superabundantes meios de produção que controla se contrapõem a uma cada vez mais minguante e redundante base de capital variável. Estas circunstâncias, juntamente com a clara consciência existente de que “o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital”, sinalizam na direção de que se possa viver uma situação em que o tempo de trabalho necessário tenda a se anular, na qual poderia se tornar questionável a imprescindibilidade do concurso do trabalho vivo para o desenvolvimento do processo produtivo, em cujo decurso é gerada a mais-valia.

Poderemos estar nos confrontando, pois, com circunstâncias em que:

“O afã desmedido de apropriação da mais-valia relativa se choca, assim, com a tendência à ‘supressão’ do trabalho necessário, na medida em que a unidade que prevalece na relação entre o trabalho excedente e o necessário tende a ser rompida pela autonomização do primeiro e pela eliminação do segundo.

Mas não é apenas o trabalho necessário que tende a ser suprimido: na medida em que a finalidade do capital é a de ‘dar à produção um caráter científico’, reduzindo o trabalho ‘a um mero momento deste

processo’, é o próprio trabalho que se torna progressivamente redundante para os fins da produção capitalista. E isto envolve uma abrupta contradição, já que o capital tende a negar a base sobre a qual se apóia a produção de valores e, portanto, a própria valorização.

Deste modo, ‘na mesma medida em que o tempo de trabalho – o mero *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante, desaparecem o trabalho e sua quantidade como princípio determinante da produção’; na mesma medida em que o suposto da produção fundada no valor ‘é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho (...) a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado’; na mesma medida que a apropriação de trabalho não-pago constitui o fundamento da valorização do capital, ‘o roubo de tempo de trabalho alheio (...) aparece como uma base miserável’ na grande indústria erigida sobre a base da maquinaria; na mesma medida em que o capital ‘tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho (...) põe ao tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza’; na mesma medida em que numa economia mercantil o trabalho só é mediatamente social, ‘no processo de produção da grande indústria (...) o trabalho do indivíduo em sua existência imediata está posto como trabalho individual superado, isto é, como trabalho social’.

Daí que ‘o capital mesmo é a contradição em processo’; os impulsos que o levam a suprimir o trabalho necessário; a se separar do tempo de trabalho como elemento determinante, suposto da produção, medida e fonte de riqueza; a se ‘libertar’ do roubo do trabalho alheio e a converter o trabalho direta e imediatamente em trabalho social – indicam que o capital tende a negar determinações que lhe são essenciais,

constitutivas e, por isso mesmo, impossíveis de ser negadas.

É por essa razão que, na visão de Marx, o capitalismo constitui um regime de produção limitado, historicamente determinado, que cria – através do movimento de suas próprias contradições – as condições de sua superação: ‘tão pronto como o trabalho em sua forma imediata cessa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso (...). Com isto se esvai a produção fundada no valor de troca, e ao processo de produção material se retira a forma da necessidade urgente e o antagonismo’. É assim que o ‘capital trabalha em favor de sua própria dissolução como forma dominante de produção’.

A tendência à negação do trabalho se ajusta, portanto, ao próprio conceito de capital e remete, naturalmente, à lei da tendência decrescente da taxa de lucro<sup>11</sup>. Na verdade, a progressiva redundância do trabalho vivo está posta no próprio enunciado da lei de tendência, que, (...), condensa as contradições iminentes da produção capitalista. Mais ainda, na mesma medida em que a lei se exterioriza nas crises, é nas crises que são recompostas as condições de valorização do capital. O que significa dizer que é através das crises que o capital reafirma sua unidade originária com o trabalho. Vale dizer, é então que se revela a impossibilidade de o capital se separar de suas determinações primeiras, apesar de seu impulso permanente em fazê-lo”. (MAZZUCHELLI, 1985: 33-35).

## 9. O Exército Industrial de Reserva

Conforme já foi visto, o aumento da composição orgânica do capital reflete o fato de que, com o crescimento da acumulação capitalista e a evolução da ciência, há uma evolução nas técnicas produtivas, que leva a uma expansão da massa de meios de produção (trabalho morto) em comparação com a quantidade de força de trabalho (trabalho vivo) usada na produção, ou seja, reduz-se a proporção da participação do capital variável na conformação do capital global.

Mas, uma vez que a procura de força de trabalho é determinada não pelo capital global, mas, exclusivamente, por sua parte variável, a elevação da composição orgânica sinaliza no sentido de que a procura relativa de trabalho pela produção tende a se reduzir.

Por outro lado, em decorrência do avanço dos processos de concentração e de centralização do capital, com frequência cada vez maior, inovações tecnológicas, resultantes de descobertas que se devem à evolução do conhecimento científico, são implantadas no processo produtivo, permitindo que os novos capitais que vêm sendo acumulados, quando postos em função, mobilizem, relativamente ao seu montante, um número cada vez menos expressivo de trabalhadores, enquanto que o antigo capital, ao sofrer periódicas e cada vez mais frequentes expansões em sua composição orgânica, libera grande parte dos trabalhadores que antes empregava.

Além do mais, outros fatores contribuem para intensificar a parcela da população lançada ao desemprego, tais como o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do processo de trabalho, a ruína de pequenos produtores independentes e a incorporação ao capital, como

<sup>(11)</sup> Para Marx: “A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro [m/C, onde m é a mais-valia e C o capital global] é (...) expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não-paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro [m/C], que por consequência tem que ir diminuindo.” (MARX, 1980:243-244 – Livro 3)

trabalho disponível, da força de trabalho da mulher e da criança, uma vez que a automação dispensa o uso de trabalhadores adultos e resistentes, bem como de operários destros e hábeis.

Em conseqüência de tudo isso, aumenta sem cessar o número dos trabalhadores que não encontram onde empregar o seu trabalho. Parte da classe operária torna-se supérflua diante dos novos requisitos impostos pela acumulação capitalista. Forma-se, então, a chamada **superpopulação relativa** ou, em outras palavras, o **desemprego**.

A existência permanente dessa superpopulação relativa é uma expressão da lei capitalista da população, formulada por Marx, segundo a qual quanto maior for a massa de mais-valia, maior será a acumulação de capital e, conseqüentemente, mais elevada será a composição orgânica deste, o que levará a uma redução relativa da quantidade de força de trabalho absorvida pelo sistema produtivo; ou, expressando-se isto de outro ângulo, poder-se-ia dizer que a população trabalhadora, durante o processo produtivo, não se limita a produzir acumulação de capital, ela produz, também, concomitantemente, as condições para gerar o seu próprio excesso. Nas palavras de Marx:

“...a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”. (MARX, 1980:732)

Essa população trabalhadora excessiva, remanescente ou sobranete é o que Marx chamou de **exército industrial de reserva**. Essa massa de trabalhadores desempregados, por meio de sua concorrência ativa no mercado de trabalho, exerce uma pressão permanente no sentido da redução dos salários.

Marx faz sobre a superpopulação relativa, entre outras, as seguintes considerações:

“Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza

no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele”. (MARX, 1980:733-734)

A esse respeito, escreveu Nikitin:

“Um exército de reserva de mão-de-obra na indústria é essencial ao capitalismo como meio de pressão sistemática sobre os operários empregados; permite ao capitalista baixar os salários sob a ameaça de demissão e aumentar a intensidade do trabalho, isto é, intensificar a exploração da classe operária. É por isso que os capitalistas têm interesse em manter certo grau de desemprego.” (NIKITIN, 1967:97)

Roger Garaudy, comentando o papel do exército industrial de reserva, cuja importância se conserva mesmo nas formas capitalistas atuais, cita alguns exemplos concretos:

“Ainda hoje os dirigentes do mundo capitalista consideram como normal e necessário um certo desemprego que impeça os salários de subir ‘exageradamente’. O Presidente Kennedy, em seu discurso de 1961 sobre o estado da União, explicava que a ‘cota de alarme’ só era atingida para os Estados Unidos a partir de quatro milhões de desempregados. O Presidente Truman proclamava essa tese com maior nitidez ainda: ‘É uma boa coisa para a higiene econômica que haja sempre uma volante de mão-de-obra à procura de emprego’.” (GARAUDY, 1967:174)<sup>12</sup>

O exército industrial de reserva tem um incremento de suas fileiras à medida que: 1) novos trabalhadores chegam à idade de trabalho e não conseguem emprego; 2) mulheres e crianças, por se apresentarem no mercado como mão-de-obra mais barata e menos exigente em termos de

<sup>(12)</sup> Garaudy indica, como fontes da referência que faz sobre o fato dos dirigentes capitalistas considerarem o desemprego como um freio necessário à alta exagerada dos salários, o “Economist” de 20 de agosto de 1935 e, como fonte da citação sobre o pronunciamento do Presidente Truman, o “Echo de la Bourse” de 15 de dezembro de 1959.

condições de trabalho, deslocam trabalhadores de seus lugares de trabalho, lançando-os ao desemprego; 3) migram para a cidade, em busca de oportunidades de trabalho, camponeses que perderam condições de trabalho ao serem expropriados de suas terras ou em função do avanço de técnicas produtivas que elevam substancialmente a produtividade do trabalho rural; 4) artesãos se arruinam por não poderem concorrer com a produção industrial e se proletarizam; 5) em decorrência do crescimento da composição orgânica do capital e da evolução tecnológica, há uma crescente liberação, pelas indústrias, dos detentores de uma cada vez mais redundante capacidade de trabalho; 6) ocorrem crises cíclicas que reduzem a atividade industrial, provocando o desemprego temporário de trabalhadores; e 7) são recebidas, no território nacional, levas de imigrantes que vêm em busca de oportunidades de trabalho. De outro lado, reduz-se o exército de reserva de trabalhadores quando: 1) parte dos trabalhadores envelhece ou adoce, perdendo condições de continuar a trabalhar; 2) há trabalhadores que voluntariamente, ou por desânimo, desistem de continuar procurando emprego; 3) há reabsorção de trabalhadores pelas empresas após o término de um período de crise conjuntural; 4) emigram para o exterior trabalhadores desempregados ou que buscam melhores oportunidades de trabalho; e 5) novos empregos industriais são criados.

## 10. A Lei Geral de Acumulação Capitalista

O desenvolvimento do capitalismo conduz a que, como resultado da progressiva acumulação do capital, haja a concentração, num dos pólos da sociedade burguesa, de imensas riquezas, que estimulam o luxo, o parasitismo, o esbanjamento e a ociosidade das classes exploradoras, enquanto, concomitantemente, no pólo oposto, cada vez mais se evidencia o jugo da exploração, o crescimento do desemprego, da indigência e do pauperismo e o império da ignorância e da degradação moral, caindo cada vez mais o nível de vida daqueles que, por meio de seu trabalho, são os responsáveis pela criação de todas as riquezas.

<sup>(13)</sup> O grifo é do autor.

<sup>(14)</sup> A **taxa de exploração** é igual à relação entre trabalho excedente (mais-valia) e trabalho necessário, sendo também chamada de **taxa de mais-valia** ou de **relação de expropriação**, e cresce na razão direta do aumento da composição orgânica do capital.

Isto posto, eis como Marx enuncia a lei geral de acumulação capitalista:

“Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e a energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior [será] a massa da superpopulação consolidada, [ou as camadas da classe operária] cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se uma terminologia oficial, o pauperismo. **Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista**”.<sup>13</sup> (MARX, 1980:747)

A acumulação capitalista tem como um de seus elementos propulsores a **taxa de exploração**<sup>14</sup>, relação que se constitui num importante indicador para a avaliação da pujança de uma economia, ou seja, uma economia tende a ser tanto mais rica quanto maior for a taxa de exploração nela praticada.

Assim sendo, a busca desenfreada de uma maior taxa de exploração leva a uma crescente acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas, ocasionando, ao mesmo tempo, uma piora da situação material da massa proletária. Portanto, a ampliação do grau de exploração promove uma contínua elevação do grau de intensidade do trabalho desenvolvido pelos operários (o que os leva a produzir a maior quantidade possível de produtos no menor intervalo de tempo possível), contribuindo dessa forma, ao reduzir maciçamente

o trabalho necessário, para a expansão do exército industrial de reserva. No dizer de Marx:

“O capital não produz (...) apenas capital; produz também uma massa operária constante, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo, e numa escala cada vez mais ampla, produz condições de trabalho enquanto **capital**; também o capital produz numa escala cada vez maior os **assalariados** de que tem necessidade. (...) na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva do trabalho social, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como **riqueza que o domina**, como **capital**; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolvem a sua pobreza, a sua indignação e a sua sujeição subjetivas. (...)

Por conseguinte, **o crescimento do capital e o aumento do proletariado** apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo.

A relação não apenas se reproduz, não produz apenas numa escala cada vez mais massiva, não busca apenas mais operários e se apodera continuamente de ramos produtivos que antes não dominava: reproduz-se também em condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavorável para a outra, os operários, tal como se expôs na análise do modo de produção especificamente capitalista”.<sup>15</sup> (MARX, 1985:134-135)

Estas condições criam para a massa proletária uma situação de subordinação (dependência), que Marx chama de **subordinação social** e que caracteriza uma **subordinação absoluta do trabalhador ao capitalista**, que inexistia no período manufatureiro, quando os capitalistas, para submeterem os trabalhadores a seus interesses, tinham que lançar mão de modificações imprimidas à

legislação vigente ou de formas violentas de coerção. A esse respeito, assim se expressa Marx, com uma certa dose de ironia:

“A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, que o economista político em casa, (...), pode metamorfosear em relação contratual entre comprador e vendedor, entre dois possuidores igualmente independentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho.” (MARX, 1980:888-889)

O trabalhador, submetido de maneira absoluta pelo capitalista, experimenta uma crescente alienação com relação ao seu trabalho, no qual em vez de se afirmar ele se nega. Ele só se sente à vontade quando não está trabalhando. No trabalho sente-se infeliz e inadaptado. Seu trabalho não é voluntário, ele é coagido a trabalhar. O trabalhador, ademais, através de seu trabalho, cria uma riqueza objetiva que dele se afasta, não lhe pertencendo e sim ao capitalista. Quanto maior o processo de acumulação de capital, pior a sensação de alienação vivida pelo operário. Além do mais, como fruto da acumulação, o crescimento da produtividade do trabalho social faz com que uma quantidade cada vez maior de meios de produção possa ser operada por um número progressivamente menor de trabalhadores, o que provoca o aumento do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, por, em decorrência disto, tenderem a minguar os salários, a pauperização de camadas cada vez mais espessas do exército ativo (os trabalhadores empregados). Sobre isto, comenta Marx:

<sup>15</sup> Os grifos são do próprio autor.

“...dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente; desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. (...) Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça a sua remuneração. A lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de

Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”. (MARX, 1980:748-749)

## 11. O Trabalho Alienado

Sendo a concentração progressiva da riqueza, ao mesmo tempo, responsável por proporcionar uma vida plena de deslumbramento e de desfrute para a classe que detém o capital e por manter os verdadeiros envolvidos na geração da riqueza numa situação de crescente afastamento daquilo que produziram, cuja destinação final nem sequer conhecem, é importante que se procure esclarecer a instigante questão do por quê resultam tão dispares situações aos integrantes das duas classes de agentes envolvidas nos processos de produção e de distribuição do produto, quais sejam: trabalhadores e capitalistas. O conceito-chave que pode permitir o esclarecimento desta questão é o de **alienação**<sup>16</sup>.

<sup>(16)</sup> Ernst Mandei (1978:19-20), reportando-se aos primórdios da sociabilização humana, assim justifica a forma através da qual se originou a crescente alienação que se faz sentir na atual sociedade capitalista: “... o fenômeno da alienação não existe manifestamente – pelo menos sob esta forma – numa sociedade que não conheça a produção mercantil, onde há uma unidade de vida individual e de atividade social muito primitiva. O homem trabalha, e em geral não trabalha só, mas num conjunto coletivo com uma estrutura mais ou menos orgânica. Este trabalho consiste em transformar diretamente as coisas materiais. Quer dizer que a atividade do trabalho, a atividade da produção, a atividade de consumo, e as relações entre o indivíduo e a sociedade são reguladas por um certo equilíbrio que é mais ou menos permanente. Com certeza que não existem motivos para embelezar a sociedade primitiva submetida a pressões e catástrofes periódicas causadas por sua extrema pobreza. O equilíbrio está sujeito a todo o momento a ser destruído pela penúria, pela miséria, pelas catástrofes naturais, etc. Mas (...), sobretudo a partir de um certo grau de desenvolvimento da agricultura, e de certas condições climatológicas favoráveis, foi criada uma certa unidade, uma certa harmonia, um certo equilíbrio entre praticamente todas as atividades humanas.

As conseqüências desastrosas da divisão de trabalho, como a separação completa de tudo o que é a atividade estética, esforço artístico, ambição criadora, das atividades produtivas, puramente mecânicas, repetitivas, não existiam na sociedade primitiva. Pelo contrário, a maior parte das artes, tanto a música e a escultura como a pintura e a dança estavam originalmente ligados à produção, ao trabalho. O desejo de dar uma forma agradável, bonita, aos produtos que se consumia quer individualmente, quer em família, quer num grupo de parentesco mais longo, integrava-se normal, harmoniosa e organicamente no trabalho de todos os dias.

O trabalho não era sentido como uma obrigação imposta do exterior, em tensão muito menos esgotante que o trabalho na sociedade capitalista atual, e isto porque estava em maior escala sujeito aos ritmos próprios do organismo humano e aos ritmos da natureza. O número de dias de trabalho raramente ultrapassava os 150 ou 200 por ano, enquanto que na sociedade capitalista aproxima-se perigosamente dos 300 e ultrapassa-os algumas vezes. Em seguida, porque subsiste a unidade entre o produtor, o produto e o consumo, porque o produtor geralmente produzia para o seu próprio uso, ou para o de seus próximos, e o trabalho conservava então um aspecto diretamente funcional. A alienação moderna nasce, sobretudo, da separação do produtor e do produto, o que é por sua vez resultado da divisão do trabalho e resultado de mercadorias, isto é, do trabalho para um mercado, para um consumidor desconhecido, e não para o consumo do próprio produtor”.

Vejamos como o jovem Marx, na parte final do primeiro dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), explica isso:

“O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a **valorização** do mundo das coisas aumenta em proporção direta a **desvalorização** do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma **mercadoria**, e isto na proporção em que produz **mercadorias** em geral.

Este fato nada mais expressa senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser **alheio**, como um **poder independente** do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a **objetivação** do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como **desefetivação** do trabalhador, a objetivação como **perda e servidão do objeto**, a apropriação como **alienação**, como **exteriorização**.

A realização efetiva do trabalho tanto aparece como desejetivação que o trabalhador é desejetivado a ponto de morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador se vê roubado dos objetos mais necessários não só à vida, mas também dos objetos de trabalho. Sim, até mesmo o trabalho se torna um objeto do qual ele só pode se apoderar com os maiores esforços e com as mais irregulares interrupções. A apropriação do objeto tanto, aparece como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio do seu produto, do capital.

Todas estas conseqüências estão na determinação de que o trabalhador se relaciona com o **produto do seu trabalho** como [com] um objeto **alheio**. Pois segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos [coisas] lhe pertence[m] como seu [suas] próprio [as]. (...) A **exteriorização** do trabalhador em seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência **exterior**, mas também que ela existe **fora dele**, independente de e alheia a ele, tornando-se um poder autônomo frente a ele, [o significado] de que a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga e alheia”.<sup>17</sup> (MARX, in FERNANDES, 1989:148-151 )

Entretanto, a questão da objetivação (produção do trabalhador) e, também, a da alienação e a da expropriação de seu produto, não se resumem somente no que foi visto acima, uma vez que, prossegue Marx:

“...o trabalhador se torna portanto um servo de seu objeto, primeiro ao receber um **objeto de trabalho**, isto é, receber **trabalho**, e segundo ao receber **meios de subsistência**. Portanto, para que possa existir primeiro como **trabalhador** e, segundo, como **sujeito físico**. O extremo desta servidão é que apenas como **trabalhador** ele [pode] se manter como **sujeito físico** e apenas como **sujeito físico** ele é trabalhador.

**A Economia Política oculta a alienação na essência do trabalho por não considerar a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção.** É claro. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para

<sup>(17)</sup> Os grifos são do próprio autor.

o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador.

**A relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção.** A relação do abastado com os objetos da produção e com ela mesma é só uma **conseqüência** desta primeira relação. E a confirma. (...) Se portanto perguntarmos qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do **trabalhador** com a produção".<sup>18</sup> (idem, p.152)

É importante frisar que a alienação do trabalhador não se restringe tão somente à sua relação com os produtos de seu trabalho. Ela está presente, também, no decurso do próprio ato (ou processo) de produção, no seio mesmo da atividade produtiva.

Por se defrontar diretamente com aquilo que produz, torna-se o trabalhador a "matriz de todas as relações sociais: 'Através do trabalho alienado o homem não só engendra suas relações com o objeto e com o ato de sua produção como poderes estranhos e hostis a ele mesmo, mas também engendra a relação na qual os outros homens se situam diante de sua produção e seu produto, e a relação em que se encontram com os outros homens'. A alienação do trabalho corrompe as demais relações sociais e o *status* de cada pessoa reflete a sua situação em face do trabalho." (GIANNOTTI, 1966:137) Além do mais, temos que levar em conta que: "Apagando a dimensão consciente da produção humana, o trabalho alienado inverte o sentido da atividade vital: transforma-a num instrumento de garantia da **existência** de cada um, seja ela qual for, ao invés de fazer dela a manifestação de sua **essência**"<sup>19</sup> (GIANNOTTI, 1966:138).

<sup>(18)</sup> Os grifos são do próprio autor.

<sup>(19)</sup> Os grifos são do autor.

O alheamento do trabalhador aos frutos de seu trabalho reflete a alienação relativamente a si próprio enquanto agente produtivo. O trabalho, ao invés de contribuir para a sua auto-afirmação como produtor, reflete a sua própria negação, provoca-lhe infelicidade, mortifica-o fisicamente e arruina o seu equilíbrio mental e emocional. O trabalhador, nessas condições, não sente qualquer prazer ao trabalhar, fazendo-o somente a contragosto, forçado pelas circunstâncias, premido que é pela obrigação que sente de atender às exigências ditadas pelas necessidades de suporte material de seus encargos familiares e de preservação do *status* que mantém em termos de inserção social. Trata-se, pois, de uma situação em que ele se vê compelido a trabalhar, sem qualquer contrapartida de prazer ou de realização, independentemente de ser submetido, para assim agir, a qualquer tipo de coerção física ou de qualquer outra natureza, exceto, eventualmente, se esta tiver origem nos seus próprios condicionamentos morais ou psíquicos.

Assim sendo, o seu abatimento e o seu desavoro ao trabalhar tomam patente o alheamento de que se encontra possuído. Para ele o trabalho representa auto-sacrifício, deprimindo-o física e psiquicamente. O trabalho aparece para ele como algo que não lhe pertence e durante cuja execução ele próprio deixa de se pertencer. A obrigação de trabalhar passa a representar para o trabalhador, mesmo que ele desfrute de condições excepcionalmente favoráveis de trabalho, uma perda do controle sobre si mesmo, uma sensação de subjugação, como se ele pertencesse a outrem.

## 12. Conclusão

Marx, como pôde ser visto, considera a lei de miséria crescente do proletariado como correlativa à lei de concentração progressiva do capital. Dessa forma, paralelamente ao processo de desenvolvimento do capitalismo, há, na sua visão, o desenvolvimento do processo de paupe-

rização do proletariado, quer em termos relativos, quer em termos absolutos. A pauperização relativa do proletariado é decorrente do fato de que, com o aumento da riqueza social, há uma redução da participação dos trabalhadores no produto gerado pela sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que cresce a participação dos detentores do capital.

O incremento da produtividade do trabalho e da exploração dos operários acarreta uma redução da parcela do tempo de trabalho que é paga aos trabalhadores (o trabalho necessário) e provoca uma expansão da parcela do trabalho não pago que é apropriada pelos capitalistas. Eis o motivo pelo qual se torna cada vez mais evidente a disparidade entre a vida de luxo e de prazeres, que a riqueza proporciona à minoria exploradora da sociedade, e o nível de vida cada vez mais precário que corresponde a aqueles que efetivamente produzem a riqueza.

À proporção que cresce a riqueza social, há uma tendência inexorável no sentido de que se aprofunde e se alargue o abismo que separa os capitalistas da classe trabalhadora, aguçando-se, em conseqüência, as contradições entre essas duas classes, a tal ponto que segmentos crescentes da população do mundo capitalista se vêem hoje condenados à pauperização absoluta, vivendo numa situação em que se manifesta, no mais alto grau, a deterioração das condições de vida e de trabalho do proletariado, como resultado de uma série de fatores, uma parte dos quais derivados das seqüelas da exploração pelos capitalistas da classe trabalhadora, tais como: a cada vez maior concentração da renda, o aumento do grau de intensidade do trabalho, o crescente desemprego na cidade e no campo, a elevação do custo de vida, a queda dos salários reais, a eclosão de crises cíclicas, os descalabros cometidos na gestão da "coisa pública", a corrupção e as atitudes corporativistas dos parlamentares e das autoridades públicas e o correspondente grau de descrédito junto à população que disso decorre, a piora das condições habitacionais, o aumento da violência urbana etc.

Assim sendo, à medida que se expande e se concentra a riqueza — desenhando-se, para alguns poucos favorecidos, um futuro risonho e uma perspectiva de vida plena de oportunidades, de prazeres, de desfrute e de realizações —, a miséria, a doença, a fome, a desnutrição, o desabrigo, a incultura, a desesperança e outras mazelas que acompanham a pobreza vão se disseminando entre os grandes contingentes de marginalizados do mercado de trabalho existentes na sociedade capitalista, e, até mesmo, no seio de parte considerável daqueles que têm acesso a um emprego, formal ou informalmente.

Parece, portanto, bastante cristalino o fato de que, sob o regime capitalista, o crescimento das forças produtivas não alivia, antes piora, a situação das massas trabalhadoras. E isto se deve à perversidade intrínseca dos mecanismos que movem o processo de acumulação capitalista. Ganha consistência, pois, diante das constatações acima feitas, a visão marxiana de que a melhoria ou a deterioração do nível de bem-estar do proletariado, num dado momento, será sempre resultante das conquistas obtidas ou das perdas que tenham que ser assimiladas, por qualquer uma das duas classes em conflito, no processo incessante de contraposição de forças (via luta de classes) entre capitalistas e trabalhadores.

### 13. Bibliografia

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Bial, 1987.
- FERNANDES, Florestan (Organizador). *Marx/Engels*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- GARAUDY, Roger. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MANDEL, Ernst. *Iniciação à teoria económica marxista*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, Karl. *O capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores S/A, 1973.

\_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: O capitalismo e suas crises*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de O capital*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *O valor na Ciência Econômica*. Porto: Editorial Presença, 1980.

NIKITIN, P. *Fundamentos de Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

# POR QUEM OS SINOS DOBRARÃO?: A DICOTOMIA ESTADO/MERCADO E OS RESULTADOS DAS DISTINTAS OPÇÕES POR ELA ENSEJADAS<sup>1</sup>

## *FOR WHOM THE BELLS RING? THE STATE/MARKET DICHOTOMY AND THE RESULTS OF THE DISTINCT OPTIONS DESIRED BY THEM*

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>2</sup>

### 1. Introdução

Em meados dos anos 70, após três décadas de constante crescimento econômico comandado pelo Estado através de gastos públicos (intervencionismo keynesiano), esgotou-se o dinamismo desse padrão de formulação e execução de políticas econômicas, abrindo-se, então, a este respeito, espaço para o avanço de posições (neo) liberais.

O presente artigo tem por finalidade analisar as conseqüências resultantes, mundo afora e particularmente no Brasil, de distintas posturas, em termos de políticas econômicas, adotadas por nações que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento que, desde a década de 70, têm optado por graus diversos de intervenção estatal ou pela entrega das atividades econômicas à condução pela “mão invisível” que rege os mercados, a despeito desta, sempre que foi acionada, ter se demonstrado bastante canhestra quando se envolveu na condução da questão do emprego e de outros aspectos relativos ao desenvolvimento social.

### 2. Decisões de Política Econômica Tomadas no Cenário Internacional e suas Conseqüências

No decurso da década dos 70, qual uma fênix que renascia de suas próprias cinzas, a ideologia liberal, renovada, adentrava, como *primadonna*, no amplo palco construído pela globalização.

Teve êxito, sob as luzes da ribalta, o seu desempenho?

Vejamos. Os resultados das experiências desenvolvidas pelo Thatcherismo e pela *Reaganomics* não foram dos mais animadores. Com o dismantelamento, em seus países (e em diversas outras nações desenvolvidas ocidentais), do *Welfare State*, houve um dramático incremento dos índices de pobreza. Nos Estados Unidos, os déficits orçamentário e da balança de pagamentos cresceram de forma sem precedentes, acumulando-se gigantescas dívidas interna e externamente. A Inglaterra, em decorrência das políticas ultraliberais que praticou, da opção estratégica equivocada pelos serviços de alto valor e da

<sup>(1)</sup> Este artigo foi extraído, com algumas adaptações, de outro artigo mais amplo, de minha autoria, publicado na Revista *Pesquisa & Debate* da PUC-SP, a seguir referido: CAMARGO NETO, Fernão Pompêo de. Considerações sobre alguns aspectos do debate liberalismo X intervenção estatal. *Pesquisa & Debate*, vol.8, nº 2(11), 1997, p. 69-92.

<sup>(2)</sup> Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

especulação financeira desenfreada, “ficou no pior dos mundos” (TAVARES, 1992:30), passando por um intenso processo de desindustrialização e assistindo à dramática redução da competitividade externa dos seus produtos manufaturados. Nos NICs asiáticos, o propalado êxito do neoliberalismo não passou de pura ilusão, uma vez que a estratégia de industrialização voltada às exportações – adotada, por exemplo, na Coreia do Sul e em Taiwan-pouco teve de liberal e, pelo contrário, só se tornou possível devido a uma forte dose de apoio estatal. Além disso, é digno de nota o fato de que, com o crescimento sem precedentes da produtividade do trabalho, o desemprego passa a ter, no mundo todo, uma conotação estrutural, atingindo, na Europa, taxas que não se verificavam desde as décadas dos 30 e dos 40.

Por outro lado, foram flagrantes as vantagens relativas que tiveram os países em que o Estado foi o grande artífice dos ajustes estruturais procedidos – o Japão e a Alemanha em especial – frente aos países que optaram pela via neoliberal.

Os resultados obtidos na América Latina também deixaram muito a desejar. Os festejados “sucessos” alcançados no Chile, na Argentina e no México mascaram os resultados reais. As altas taxas de crescimento da produção anunciadas para esses países foram calculadas sobre a carcomida base do final da por nós brasileiros chamada “década perdida”, sendo, portanto, ilusórias. Na realidade, se tanto, o que se logrou obter, via utilização de capacidade produtiva ociosa, foi a recuperação das perdas ocorridas na década dos 80. Ademais, em dezembro de 1994, logo após ter sido a economia mexicana indicada, por renomados consultores financeiros internacionais, como uma ótima alternativa para investimentos, o México quebrou, caindo, logo em seguida, a menos da metade o poder aquisitivo de sua moeda em dólares, apesar da vultosa injeção de recursos na sua economia que foi orquestrada, e bancada em parte, pelo Governo dos Estados Unidos. Na Argentina, também ocorreram desastres econômicos, financeiros e sociais: desindustrialização,

quebra de empresas, desemprego elevado e miséria crescente.

No tocante às relações econômicas centro/periferia (Norte/Sul), ocorreu uma significativa deterioração nas relações de troca em detrimento dos interesses periféricos. Entre 1989 e 1991, os preços dos produtos primários exportados pelos países pobres caíram, em média, 20% (FURTADO, 1993:7). Esses preços “deixaram já faz muito tempo de estar em relação direta com seus custos de produção e são fixados a nível mundial. É a colusão de oferta e procura mundial que fixa tais preços e em função deles regula as vantagens e desvantagens dos países (empresas) exportadores” (VILLA, 1993:156). Não se pode, de outra parte, esquecer “a dolorosa história dos ajustes impostos aos países devedores”, os quais de receptores de capitais internacionais passam, a partir dos anos 80, a supridores, devendo, para isto, aumentar o seu esforço de poupança e cortar o investimento interno (FURTADO, 1993:7).

A “estratégia da dívida” então adotada, concebida pelos credores e avalizada pelo FMI, refletia “essencialmente necessidades de recebimento dos bancos credores”, sem levar em conta a capacidade de pagamento dos países devedores e, tampouco, as necessidades de recursos que estes tinham para poderem implementar suas políticas de desenvolvimento. Entre 1982 e 1991, a transferência líquida de capitais dos países latino-americanos para o exterior somou 195 bilhões de dólares, o que representa “quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall” (BATISTA, 1994:22-23), e os ônus do ajuste requerido para o reescalonamento das dívidas dos países latino-americanos agravaram-se ao serem distribuídos de forma particularmente iníqua, uma vez que, pela via da estagnação (ou mesmo recessão), ocorreu nesses países uma substancial redução do salário real e um aumento do desemprego, o que acentuou ainda mais a miséria, sendo que “a participação dos salários numa Renda Nacional estagnada se reduziria à metade do que fora no início da crise da dívida externa” (BATISTA, 1994:23). Em paralelo, ainda nas palavras do falecido embaixador, é

importante que se leve em conta que, “entre 1989 e 1992, os Estados Unidos evoluíram, no seu comércio de mercadorias com os países sul-americanos e o México, de um déficit de US\$ 11,2 bilhões para um saldo da mesma ordem de grandeza, resultado conseguido, praticamente, dentro de um mesmo nível de intercâmbio global” (BATISTA, 1994:26). E o pior ainda está por acontecer! Se as nações latino-americanas vierem a participar da ALCA nos termos que vêm sendo propostos pelos Estados Unidos, as balanças comercial e de pagamentos tenderão a se tornar ainda mais favoráveis aos interesses norte-americanos.

Antonio Barros de Castro, em artigo que escreveu em 1996 (p. 52), considera que, na periferia, uma das mais importantes conseqüências da “restauração do paradigma neoclássico” foi o abandono das políticas desenvolvimentistas, que passaram a ser responsabilizadas por todas as dificuldades dos países em desenvolvimento. Segundo ele, a “restauração neoclássica” não considera as ações governamentais no sentido da promoção do desenvolvimento nos países periféricos como sendo inerentes à sua condição histórica, e atribui a elas todas as mazelas decorrentes da não visualização e do não aproveitamento das oportunidades de mercado existentes nesses, e para esses, países. Ao ser isto admitido, tornar-se-ia sem sentido a existência da teoria do desenvolvimento como um campo especial do conhecimento, diante do que “a presumida especificidade dos países em desenvolvimento poderia inclusive voltar a circunscrever-se ao âmbito da história, com o que se restabeleceria o ideal da unificação das idéias que conformam o núcleo do saber econômico, a qual só se havia visto ameaçada pela diferenciação entre economia central e economias periféricas”.

### **3. A Escalada Neoliberal no Brasil: suas Seqüelas e a Análise de algumas Alternativas Sugeridas para a Minimização dos Danos dela Decorrentes**

No que se refere ao Brasil, a partir do início dos anos 90, conforme Reinaldo Gonçalves

(1994:127-128), ele, sob a condução do Presidente Collor, estreitou suas relações com os Estados Unidos, alinhando-se, de forma praticamente automática, às diretrizes formuladas por Washington no referente “ao ideário político-ideológico, à estratégia diplomático-militar e aos interesses econômicos norte-americanos”. Ocorreu, em conseqüência disto, durante o governo Collor, uma “perda substantiva de grau de autonomia na política externa brasileira”, a qual tornou-se a tal ponto submissa aos interesses e estratégias dos Estados Unidos que “difícilmente encontram-se na história contemporânea do Brasil registros de uma política externa tão subordinada”.

No plano interno, imensas dificuldades vêm sendo encontradas para a compatibilização do processo de ajuste econômico com o de promoção de uma nova ordem institucional de cunho democrático. Dificuldades que se agravaram quando, no início dos anos 90, a desordenada prática de políticas neoliberais pelo Estado promoveu a desestruturação de “aparatos e instituições indispensáveis ao funcionamento de um bom governo e da economia” (FIORI, 1994 a:32), cuja reconstrução é morosa. Entretanto, apesar dos avanços recentes, conquistados ao longo dos primeiros anos de vigência do Plano Real, não terem de todo aplainado as angustiosas incertezas que ainda persistem quanto ao porvir de nosso país, temos que ter presente que essas incertezas que remanescem são, no dizer de José Luiz Fiori (1994 a:32), especialmente devidas ao fato de que “uma transição histórica não é um programa técnico, mas uma construção política que passa por conflitos, negociações e recomposições de forças cujo desenlace é cientificamente imprevisível, mesmo que o seu formato ideal possa ser objeto de recomendações”.

Diante de situações como as que vivemos ao longo dos anos de 1997 e de 1998, quando, em meio às negociações e concessões de toda ordem que permearam o processo no qual se buscava a aprovação pelo Congresso Nacional do direito de vir o Presidente Fernando Henrique Cardoso a se candidatar à reeleição, e durante as peripécias, que foram e estão sendo feitas, para a obtenção

dos votos necessários para que se possa promover uma série de alterações constitucionais necessárias para a efetivação do ajuste econômico do Brasil, muitas delas decorrentes de imposições que vêm de fora do país, é importante, para que nos conformemos com as decepções que experimentamos em razão da forma pela qual o processo político vem sendo conduzido, que possamos acreditar nas considerações feitas por Laurence Whitehead (*apud* FIORI, 1994 a: 33) no sentido de que “exigir pureza democrática escandinava de um frágil regime latino-americano poderia ser irrealista e contraproducente”, uma vez que o avanço que se faz “rumo à democratização tem que ser avaliado no contexto da própria história de uma nação”.

Tendo em vista as crescentes pressões que, nestes últimos anos, vêm o Brasil e os demais países da América Latina sofrendo, da parte de porta-vozes oficiais norte-americanos, no sentido da total liberação de suas relações externas, sem idêntica contrapartida do lado dos Estados Unidos – que mantém pesadas barreiras alfandegárias e de outras naturezas a inúmeros produtos de seus parceiros comerciais latino-americanos (o que também acontece na Comunidade Econômica Européia, na qual as restrições impostas à entrada de produtos da América Latina são bastante significativas) –, é oportuna a indagação: Até que ponto não seria uma política equivocada a abertura geral e irrestrita de nossas fronteiras, ao mesmo tempo em que se franqueia à exploração externa o imenso potencial dinâmico, em termos de desenvolvimento econômico, que pode derivar da produção para o suprimento de nosso mercado interno?

A resposta a esta questão pode estar em Celso Furtado (1993:9), que sugere ser um erro, para um país com as características que tem o Brasil, deixar de lado a estratégia de construção do mercado interno como impulsionadora do crescimento econômico. Para ele, “Os sistemas econômicos de grandes extensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais”, entre os quais se destacam Brasil, China e Índia, “difícilmente sobreviverão se perderem a força

coesiva gerada pela expansão do mercado interno”. Lembra ele, todavia, que uma teoria do desenvolvimento econômico que contemple esses grandes sistemas heterogêneos “ainda está por ser escrita”.

Assim sendo, usando palavras de José, Luiz Fiori, a estratégia mais correta a ser adotada por nosso país, na busca da definição de seu próprio destino, “implicaria a existência de um Estado nacional capaz de assumir o comando estratégico de um esforço de construção de cenários e trajetórias de crescimento”. Tal Estado, que deveria ser ao mesmo tempo “forte e ágil, (...) autônomo e democrático”, e “responsável pelo desenho e articulação estratégica de um novo estilo de desenvolvimento, compatível com o avanço da cidadania social e política das populações até hoje marginalizadas”, teria, para vencer a crise atual, que atuar politicamente no sentido do “realinhamento dos velhos compromissos entre o Estado, os capitais privados e os trabalhadores”. Além disto, este Estado deveria “ser ‘forte’ sem ser extenso e autoritário como foi o Estado desenvolvimentista” (FIORI, 1994b: 144), para que pudesse estar preparado para enfrentar as pressões contrárias à sua existência que, com certeza, seriam exercidas por grande parte das elites intelectuais, políticas e empresariais brasileiras – em cujas fileiras encontra considerável eco a ideologia neoliberal – e pelos organismos financeiros internacionais multilaterais (Banco Mundial, FMI e BID), cujos economistas, no final de 1989, juntamente com funcionários do governo norte-americano, formularam o chamado “Consenso de Washington”.

Para Paulo Nogueira Batista (1994:40-41), o “Consenso de Washington”, responsável pelo “escancaramento das economias latino-americanas”, parece ter feito da América Latina “um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington” (...) “busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração”.

O foco das atenções do “Consenso de Washington” se concentrou em 10 áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1993:1332-1333), convergindo as propostas feitas para essas áreas, de acordo com Paulo Nogueira Batista, no sentido de dois objetivos básicos: “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1994:27). Quanto ao primeiro objetivo, complementa Batista (1994:30) que: “São tantas as limitações que se deseja impor ao Estado, que este pareceria estar sendo objeto de uma estratégia de solapamento da própria idéia de nação, da qual o Estado nada mais é do que a sua forma jurídica organizada”.

Todavia, alvissareiras são as notícias que nos dá Michael Hirsh (1994) no sentido de que os economistas do Banco Mundial, o “baluarte da ortodoxia do livre mercado” (p. 4), já passam a admitir que “são necessários alguns ajustes em sua visão de mundo” (p. 8). Observa ele, ainda, que “a sabedoria econômica oscila, dependendo das condições econômicas”, e que, “na esfera do debate, que é sempre um arauto da política, o pêndulo já está se movimentando em direção a uma nova e, ao mesmo tempo, antiga noção: o Estado, corretamente esclarecido, pode revelar-se uma coisa boa” (p. 10).

Não deveremos, entretanto, deixar-nos entusiasmar por fiapos de esperança como o que procura transmitir Michael Hirsh. Adverte-nos o embaixador Paulo Nogueira Batista, entre as críticas que faz à adesão brasileira ao “Consenso de Washington” – no momento em que, pouco antes de sua morte, julgou oportuno “botar a boca no trombone” (1994:3) –, no sentido de que se faz importante “uma leitura mais atenta e atualizada do que se diz e do que se faz no mundo para termos

uma idéia mais objetiva dos verdadeiros rumos que a História estaria realmente tomando, a fim de não nos enganarmos de caminho, tomando um atalho ou retrocedendo. Teremos mais claro, enfim, se estamos, como pretendem equivocadamente os neoliberais, na ‘contra-mão da História’, ou se, como nos parece mais provável, estamos na ‘mão da História’ ainda que com velocidade insuficiente”. (BATISTA, 1994:46).

#### 4. Uma Advertência Usada à Guisa de Conclusão

Como fecho deste artigo, julgamos oportuno destacar a advertência, feita pelo embaixador Batista (1994:55), de que só poderemos alcançar o desenvolvimento em todos os sentidos e a plena realização das autênticas aspirações nacionais se não “nos resignarmos a trabalhar sobre a base de ‘consensos’ construídos de fora para dentro”. O que precisamos é de “um consenso made in Brazil e, para produzi-lo, de uma grande aliança”, a qual não deve incluir apenas, como no passado, governo e empresários, mas também partidos políticos, intelectuais e trabalhadores, unidos todos num “entendimento capaz de permitir a emergência no Brasil, senão de um projeto nacional com metas precisas em cada setor, pelo menos de um ‘consenso nacional’ com uma visão comum e abrangente dos grandes problemas brasileiros, institucionais, econômicos e sociais”.

#### 5. Bibliografia Citada

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: PEDEX, Caderno Dívida Externa n. 6, 1994. 56p.

CASTRO, Antonio Barros de. El Estado, la empresa y la restauración del paradigma neoclásico. *In: Revista de la Cepal*, Nações Unidas, n. 58, abril de 1996. p. 51-61.

FIORI, José Luiz. *Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994a. 39p. (Textos para discussão 16).

\_\_\_\_\_. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. *In: Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 40, novembro de 1994b. p.125-144.

FURTADO, CELSO. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 1 n. 4, março de 1993. p. 3-10.

GONÇALVES, Reinaldo. *Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 175p.

HIRSH, Michael. A volta do Estado. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 3 n. 1, junho de 1994. p. 3-16.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *In: Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 1, agosto de 1992. p. 21-57.

VILLA, José María Vidal. Mundialización de la economía vs. Estadonación: cambio tecnológico y migraciones. *In: Investigación Económica*. México: Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autónoma, n. 205, julho-setembro de 1993. p. 151-172.

WILLIAMSON, John. Democracy and the "Washington Consensus". *In: World Development*, v. 21, n. 8, 1993. p. 1329-1336.

# ECOS DO SILÊNCIO DE MINAS: QUE ESPÉCIE DE ESCRAVIDÃO EXISTIU NO CORAÇÃO DE MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XVIII E XIX?

## *THE ECHOES OF THE SILENCE FROM MINAS GERAIS STATE: WHAT KIND OF SLAVERY EXISTED IN THE HEART OF MINAS GERAIS STATE IN THE 18th AND 19th CENTURIES*

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo focaliza a polêmica em torno da forma de escravidão que existiu no coração de Minas Gerais, nos séculos XVIII E XIX. Acreditava-se originalmente que a viabilidade da escravidão como sistema de trabalho estava condicionada à existência da plantation, voltada às exportações. A economia de Minas no século XIX, após o declínio da mineração, ter-se-ia estagnado e o contingente de escravos subutilizados teria sido exportado a outros estados. A partir do trabalho dos irmãos Martins sobre esse tema, verificou-se que o contingente de escravos de Minas na verdade cresceu substancialmente numa economia caracterizada por diversificação, auto-suficiência e isolamento relativamente aos mercados externos. Constatou-se a possibilidade da existência de um sistema de escravidão com poucas vinculações ao mercado externo.

**Palavras-chave:** escravidão, historiografia, tráfico de escravos, mercado interno.

### ABSTRACT

*The present paper focuses on the issue of the form of slavery that existed in the heart of Minas Gerais in the 18th and 19th centuries. It was previously assumed that the viability of slavery depended on the existence of plantations with the objective of exporting. The economy of Minas Gerais in the 19th century, after the decline of mining, was supposed to be stagnated and the contingent of under-used slaves was exported to other states. After the research on this issue published by the Martins brothers, it was recognized that the contingent of slaves in Minas Gerais had effectively grown substantially in an economy characterized by diversification, self-sufficiency and isolation in relation to external markets. The possibility of existence of a different type of slavery, with few links to the external market, has been verified.*

**Key words:** slavery, historiography, slave trade, domestic market.

<sup>(1)</sup> Professor Titular do CEA/PUC-Campinas e Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP.

## 1. Considerações Iniciais

Dando uma nova abordagem ao estudo da escravidão que teve lugar no centro-sul brasileiro – num espaço físico que englobava especialmente as províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais –, Roberto Borges Martins mantém a mesma linha de raciocínio que desenvolvera em sua tese de doutorado, apresentada em 1980 na Vanderbilt University, intitulada *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Publicou ele, ainda, em agosto de 1983, um estudo em co-autoria com seu irmão Amilcar Martins Filho, que foi por eles intitulado *Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited*. Como contraponto às idéias contidas neste artigo, que tinham o intuito de estimular o debate sobre as questões levantadas, a *HAHR*<sup>2</sup> publicou críticas e comentários sobre o mesmo feitos por Robert Slenes, Warren Dean, Stanley L. Engerman e Eugene Genovese, que são apresentados ao longo deste artigo.

Essa publicação suscitou na época, com as repercussões que provocou, uma interessante controvérsia, que envolveu, inclusive, uma réplica dos irmãos Martins e a tréplica de Slenes<sup>3</sup>, bem como estimulou a co-participação, em outras facetas do mesmo debate, de outros autores, entre os quais Wilson Cano<sup>4</sup> e Francisco Vidal Luna.

Cabe, todavia, ressaltar que, grosso modo, as constatações que fizeram os Martins a respeito das características bastante peculiares apresentadas pela economia mineira das primeiras décadas dos anos oitocentos, que serão a seguir comentadas, não constituíam uma completa novidade, pois em 1979 Alcir Lenharo já havia apresentado, em seu livro *As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*, sem que, todavia, tivesse sido

alcançada a repercussão que teve o debate desencadeado pela publicação da *HAHR* acima referida, uma análise daquele “momento favorável à produção de gêneros de abastecimento e à integração de um mercado interno” que “já vinha florescendo nas últimas décadas do século XVIII” (LENHARO, 1979:17).

## 2. As Constatações feitas pelos Martins

Os irmãos Martins, em seu artigo acima referido, partiram da constatação que haviam feito de que a província de Minas Gerais vinha sendo sistematicamente apresentada, na historiografia da escravidão no Brasil, como sendo, no século XIX, após o declínio da mineração, uma economia estagnada exportadora dos seus subutilizados escravos (oriundos do imenso plantel que se formou no apogeu da mineração) para áreas limítrofes mais dinâmicas, onde a grande lavoura exportadora (especialmente a cafeicultura) era predominante e se encontrava em vertiginosa expansão.

Com o apoio de copiosos dados empíricos, buscam os dois irmãos demonstrar a falsidade dessa visão, uma vez que, pelas conclusões que apresentam em seu artigo, Minas, em vez de constituir fonte supridora de escravos para outras províncias nas quais se fazia sentir o dinamismo gerado pelas grandes lavouras atreladas à exportação, revelou-se uma formidável importadora líquida de escravos, tendo absorvido, enquanto durou o tráfico, parcela substancial dos enormes contingentes de africanos importados através do porto do Rio de Janeiro. Apontam, ainda, os Martins que, entre 1819 e 1872, a participação relativa dos escravos mineiros na população escrava existente no Brasil cresceu de 15,2% para 24,7% e que a população mancipia mineira cresceu, nesse período, a uma taxa quase duas vezes e meia maior

<sup>(2)</sup> *Hispanic American Historical Review* (HAHR).

<sup>(3)</sup> SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos* v.18 n.3 Set./Dez. 1988. p. 449-495.

<sup>(4)</sup> Wilson Cano, em livro que escreveu recentemente, revisita a extração do ouro em Minas Gerais (CANO, 2002:31), observando que, por meio de *insights* que teve então, reuniu idéias que o auxiliaram para que, no final do ano de 1973, já houvesse conseguido delinear as hipóteses que, alguns anos mais tarde, serviram de referencial para que pudesse vir a escrever partes de sua tese de doutorado.

que a média nacional, sendo o seu ritmo de crescimento inferior somente aos apresentados pelo Rio de Janeiro e pelo Rio Grande do Sul (MARTINS & MARTINS, 1983:542). Estimam os autores, em paralela, que a participação de Minas no total das importações brasileiras de escravos, no século XIX, foi de pelo menos 30% (MARTINS & MARTINS, 1983:549).

Mas não param aí os Martins. Contrariando a praxe corrente entre os historiôgrafos da escravidão americana, que vinculava a escravidão à *plantation*, apontam eles que, em Minas – que era detentora do mais expressivo plantel provincial de escravos (cerca de 380.000 em 1873) ao longo do século XIX e até a Abolição – uma significativa maioria dos cativos era absorvida por atividades econômicas não vinculadas à exportação, atividades estas que, na sua visão, constituíam a parte mais importante da economia mineira, que era marcada pelo isolamento relativamente aos mercados externos, pela diversificação da produção e pela auto-suficiência.

Neste contexto, procuraram os Martins demonstrar que, discrepando, de certa maneira, das conclusões a que havia chegado Wakefield em sua obra clássica *A view of the art of colonization* (escrita em 1849) – que apontavam a incompatibilidade existente entre o fácil acesso às terras disponíveis para ocupação e a disponibilidade de amplos contingentes de trabalhadores livres –, foi a ampla acessibilidade a terras apropriáveis, acessíveis aos camponeses livres, e não a existência da *plantation*, a condição crucial para a sobrevivência da escravidão em Minas Gerais.

Na visão dos autores, a abundância, na fronteira agrícola, de terras passíveis de apropriação – cuja posse, em pequenas porções, poderia vir a dar a trabalhadores rurais livres condições para, de forma relativamente independente, garantirem a sua subsistência – estimulava, no sertão mineiro, a cupidez de colonos ambiciosos que atravessavam uma sociedade, na qual, a partir de suas características originais, o trabalho escravo se apresentava como embasamento único de atividades produtivas justificadoras de todo e qualquer esforço de expansão patrimonial.

Os irmãos Martins não admitem a idéia de que a cafeicultura e a mineração desenvolvidas na província de Minas, no século XIX, tivessem relevância suficiente para justificar a imensa população escrava lá existente. Apesar de a Zona da Mata – que se apresentava como a principal região cafeeira de Minas – aparecer como a principal importadora de escravos, não se pode afirmar que isto estivesse sendo feito por meio da exaustão da população escrava do resto da província. A maior parte das regiões da província de Minas Gerais era importadora líquida de mancipios, sendo que dos 34 municípios importadores apenas 5 eram voltados à cafeicultura. A noção de que a Zona Sul era uma expressiva região produtora de café, amplamente difundida pela literatura histórica recente, não passava, até meados dos anos 1880, de um mito, como demonstraram suficientemente os autores nas apreciações que fizeram a este respeito. Como seria, entretanto, constituída a economia provincial? Quais seriam, então, as atividades que dariam ocupação à imensa população livre e ao enorme contingente de escravos existente, na época, em Minas Gerais?

As principais atividades desenvolvidas na província eram relacionadas, na visão dos autores, ao cultivo de gêneros de subsistência e à criação de gado para consumo local ou para a venda nas cidades vizinhas, bem como à pequena produção manufatureira, também dirigida ao mercado local. Somente em pouquíssimos casos era a produção de Minas direcionada a mercados externos à província (caso do café e, no início do século, do algodão cru). Em paralelo, durante a maior parte do século XIX, consideráveis quantidades excedentes de bovinos, suínos, tabaco, laticínios e tecidos de algodão eram exportadas às províncias limítrofes. Havia, portanto, algumas poucas áreas da província que supriam mercados externos a ela – especialmente o da cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte –, durante todo o século XIX, com alimentos básicos, entre os quais se destacavam laticínios, carne suína e carne bovina. Estas vendas, todavia, eram de excedentes de produção e os fluxos quantitativos que envolviam eram

bastante diminutos em relação às significativas quantidades dessas mercadorias então produzidas, na pro-vincia, pela “pequena lavoura”, cuja produção era, ademais, bastante diversificada, apesar de estar apoiada em técnicas de cultura já bastante superadas.

Ressaltam, também, os autores (MARTINS & MARTINS, 1983:560) que, contrariamente aos argumentos que associavam a escravidão com uma economia voltada para a exportação, a natureza auto-suficiente da economia mineira não prejudicou a existência de um vasto sistema escravista na província e até, pelo contrário, foi a “quase absoluta auto-suficiência que permitiu a sobrevivência da escravidão em Minas Gerais”. E, se “de um lado, a província consumiu internamente a maior parte de sua produção, exportando somente um pequeno excedente, ela não dependia do exterior para muito de qualquer coisa, sendo importadora de apenas alguns poucos itens, como pólvora, algumas ferragens, vinho, sal, e escravos”. Assim sendo, afirmam os autores, era natural que sobrassem recursos para o incremento da população provincial de escravos.

Observam, ainda, os irmãos Martins que o setor cafeeiro provincial estava concentrado em uma área relativamente muito pequena e tinha um impacto limitado na vida econômica do resto da região. Mesmo no apogeu da expansão cafeeira, o núcleo e a parte mais expressiva, irradiadora de dinamismo, da vida econômica em Minas não se encontravam na *plantation* e sim nas fazendas, nos sítios, nas roças de subsistência e nas unidades criatórias. Este complexo agrícola, por não ser facilmente distinguível e por ter deixado poucos registros para a posteridade, foi ignorado pela maioria dos historiadores que apreciaram esta questão, apesar de compreender, nas décadas finais do Império, cerca de 96% do território, 79% dos escravos (dos quais, em 1872, 32,5% apareciam como prestadores de serviços domésticos) e 80% da população livre. Todavia, apesar da expressividade desses números, a participação deste complexo agrícola nas exportações da província era inferior a 30%, podendo isto ser atribuído, especialmente, ao fato de ser, com

alguma freqüência, o custo do transporte, que era feito quase que exclusivamente em lombo de mula, maior do que o preço de mercado que poderia ser obtido por ocasião da venda das mercadorias transportadas (MARTINS & MARTINS, 1983:559).

### 3. Os Principais Comentários de Slenes

Para Robert W. Slenes, a avaliação feita pelos Martins da dimensão do tráfico de africanos para Minas pareceu correta. Chegou ele a esta conclusão pelo fato de que, a despeito de serem pouco confiáveis os dados demográficos disponíveis na virada do século XVIII para o XIX, mesmo que os números mais elevados apresentados pelos Martins para esse período correspondessem a 50% da população real, ainda assim, a menos que os nascimentos de escravos iguaissem ou superassem as mortes – o que, então, se apresentava, dadas as evidências disponíveis para outras áreas e períodos, como pouco provável –, haveria como implicação a necessidade de uma moderada importação de mancipios para que se chegasse aos números apontados pelo censo de 1872. A suposição acima seria, também, indicadora de uma extraordinária entrada de escravos ao longo do século XVIII, o que viria a constituir mais um problema a ser resolvido. Dessa forma, Slenes considera difícil que se pudesse “escapar da conclusão de que Minas foi invulgar, em pleno século XIX, seja no entusiasmo de sua população livre por escravos, ou nas taxas vitais apresentadas por estes últimos” (SLENES, 1983:570).

Além disso, para Slenes, apresentava-se como evidência adicional, dando suporte à tese dos Martins, a conclusão a que chegaram estudos feitos sobre a população existente, em 1804, em diversos municípios mineiros, a maioria dos quais antigos centros de mineração, indicando que uma proporção considerável dos escravos então existente em Minas provinha da África. Constatou-se, naquela oportunidade, entre os adultos, a ocorrência de uma alta participação do sexo masculino e as pirâmides de idade levantadas apresentavam uma pequena base e uma incomum concentração

da população escrava nas faixas dos vinte e dos trinta anos. No outro extremo do período em análise, os dados do censo de 1872 sobre os escravos de origem africana igualmente apontavam para uma forte participação mineira no tráfico (20% dos escravos procedentes diretamente da África estavam em Minas, contra 41% no Rio de Janeiro e 9% em São Paulo), estando estes dados, na ótica de Slenes, rigorosamente de acordo com os apurados por outras fontes que estudaram a distribuição dos africanos trazidos para o Brasil no século XIX<sup>5</sup>, o que reforça a sua confiabilidade.

Deixando aos Martins o encargo de confirmarem que o caso que constataram em Minas seria prova suficiente da existência de um divórcio entre tráfico de escravos e economia de exportação, Slenes lembra que restava ainda ser comprovada a peculiar ligação estabelecida pelos mesmos entre escravidão e livre acesso à terra.

Quanto à primeira dessas duas lacunas de informação, Slenes chama a atenção para o fato de que os dois irmãos apresentaram, em pontos cruciais de sua argumentação, uma definição muito pouco usual de “economia exportadora”, por vezes inferindo que se tratasse esta de uma economia “na qual uma grande parcela dos trabalhadores estivesse diretamente comprometida na produção de itens para venda a outras economias” (SLENES, 1983:572).

Destaca, ainda, Slenes que o problema suscitado por essa definição se evidencia de forma mais efetiva quando, ao discutirem sobre os anos 70 e 80, os Martins afirmam que, na economia mineira, “o papel da cafeicultura foi de relativamente pouca expressão, mesmo nas décadas finais da escravidão”. Afirma Slenes não ter dúvidas de que os Martins tenham levado em conta em seus cálculos, como sendo escravos “no café”, os

tropeiros, carpinteiros e cozinheiros; entretanto, manifesta sua dúvida quanto a terem sido computados os escravos de fazendeiros das adjacências – que não cultivavam café, mas engordavam porcos e plantavam milho e feijão para suprir as fazendas e as cidades em cujas cercanias as mesmas estavam sediadas –, o que, a seu ver, no contexto considerado, deveria efetivamente ocorrer.

Após ressaltar a importância da contribuição dos Martins ao mostrarem a surpreendente diferença existente – ao serem comparadas em termos do grau em que se especializaram na produção cafeeira – entre as fazendas que se utilizavam de trabalho escravo localizadas no Rio de Janeiro e as de Minas e de São Paulo, Slenes lança a questão que julga ser a mais relevante para direcionar o estudo sobre o grau de especialização na produção cafeeira apresentado pelas fazendas usuárias de trabalho escravo: Onde estaria localizado o “centro dinâmico” da economia escravista, ou seja, qual teria sido a atividade produtiva que determinou, a longo prazo, a demanda por bens e serviços e o forte nível existente de emprego do trabalho escravo? (SLENES, 1983: 572-573).

Em resposta a esta questão, assevera Slenes que, fora de qualquer dúvida, nos anos 1870 e 1880, a cafeicultura constituiu o centro dinâmico das atividades produtivas desenvolvidas na Zona da Mata, que era a principal região cafeeira de Minas. A Zona da Mata, em 1873, comportava 26% dos escravos de Minas e, em meados dos anos 1880, tinha cerca de 35% deles, o que, por si só, constituía um bom argumento para caracterizar Minas, nesse período, como sendo uma província cafeeira.

Todavia, o impacto exercido pelo café na economia provincial, pelas vias direta (produção

<sup>(5)</sup> As estimativas feitas pelo British Parliamentary Paper, em 1845, apontavam como tendo sido desembarcados abaixo da Bahia 85% dos escravos africanos com destino conhecido que entraram no Brasil entre 1819 e 1843, dos quais 84% teriam desembarcado em portos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isto parece estabelecer uma vinculação direta da importação de escravos africanos feita pelo Brasil com a expansão da cafeicultura. Entretanto, após a revisão dos dados acima, feita por David Eltis, houve uma sensível redução do percentual de escravos desembarcados ao Sul da Bahia, que passou a ser de 73%. Isto permitiu constatar a consistência das estimativas feitas pelos Martins das importações mineiras de escravos, uma vez que um quinto de todos os escravos que ingressaram no Brasil entre 1819 e 1850 corresponde a cerca de 219.000, o que na média representa o ingresso em Minas de cerca de 7.000 cativos por ano (SLENES, 1983:570-571).

cafeeira) e indireta (fornecimento de gêneros de primeira necessidade às populações envolvidas com a lavoura cafeeira), ultrapassa bastante a idéia que se tem quando se analisa as parcelas do plantel mineiro de escravos, acima citadas, envolvidas com o café na Zona da Mata. Isto acontece em virtude de ter cabido a Minas Gerais suprir parte substancial da demanda de gêneros alimentícios, bem como de algodão (necessário para a confecção de roupas de escravos e de sacaria) nas regiões cafeeiras da Zona da Mata, do Rio de Janeiro e de São Paulo, incluindo os seus centros urbanos – fato este que se encontra bem documentado –, o que, sem dúvida, exerceu um papel relevante na estruturação do emprego de escravos em outras partes do território de Minas.

Slenes destaca, ainda, o fato de que as “exportações” *per capita* e por escravo das zonas não cafeeiras de Minas Gerais, apontadas pelos Martins, quando comparadas às da Zona da Mata mineira e às de outras regiões do Brasil, são insignificantes, o que vê com reservas. Para ele, os dados relativos às “exportações” mineiras colhidos, para efeito de tributação, nas barreiras localizadas nos caminhos que ligavam Minas às províncias limítrofes estão distorcidos, ficando aquém da realidade, pelo fato de ser a evasão fiscal, quando as mercadorias (especialmente os escravos) são “exportadas” por terra, muito maior do que a que ocorre quando elas são despachadas através dos portos. Além disso, considera ele que os dados em que se baseou ao fazer sua análise seriam referentes a um momento em que a produção do setor não cafeeiro de Minas estaria deprimida quando comparada à registrada no início do século XIX, o que é reconhecido pelos Martins ao afirmarem que o valor real das exportações não cafeeiras de Minas se restringiu drasticamente entre 1819 e 1873, sendo, entretanto, bastante arriscado fazer generalizações sobre o que aconteceu na economia mineira durante o meio século que antecede o período por ela coberto.

Assim sendo, considerando a expressividade do contingente de escravos existente em Minas e as aparentemente diminutas taxas de exportação *per capita* e por escravo mantidas pela

província, Slenes infere que: 1) o valor da produção dos escravos mineiros para consumo doméstico ou para ser vendida dentro da província foi muito maior do que o da produção destinada à “exportação”; e 2) havia uma clara concentração dos escravos em atividades voltadas à subsistência e ao atendimento do mercado interno.

Entretanto, Slenes ressalva que, mesmo que se venha a considerar corretas estas conclusões, não se pode deduzir que o setor exportador da economia mineira fosse pouco expressivo, ou que ele não constituísse o centro dinâmico da economia provincial. Para ele, a mensuração do setor exportador da economia mineira deveria passar, necessariamente, pela definição dos encadeamentos então existentes entre esse setor e o de produção voltada para o mercado interno. Questiona ele, assim pensando, os dados elaborados pelos Martins, que mostram que, em 1873, um grande número de trabalhadores livres e relativamente pouquíssimos escravos estariam empregados na indústria têxtil mineira – responsável, especialmente por meio da linha de produção de panos para o mercado, por substancial parte dos empregos dos trabalhadores têxteis –, uma vez que muitas escravas registradas no censo como empregadas domésticas poderiam, então, estar trabalhando, em tempo integral ou parcial, como costureiras.

Mostra Slenes, ainda a título de ilustração, o impacto que poderiam ter tido a indústria têxtil mineira e outras atividades típicas da região, a partir dos encadeamentos que poderiam provocar, no desenvolvimento do mercado interno, porque os trabalhadores aos quais davam emprego precisavam comer e pelo fato de que, provavelmente, pelo menos uma parte de sua comida era comprada por eles de terceiros. Além disso, da mesma forma que os alimentos comprados em outras regiões da província, o algodão que servia de matéria-prima para a indústria têxtil e os produtos de algodão que eram vendidos para as regiões cafeeiras precisavam ser transportados, o que dava emprego a tropeiros livres ou escravos, o que, por sua vez, poderia estimular o mercado doméstico para milho, ferraduras e cravos. Em paralelo, a produção de

queijo, gado e toicinho defumado para as áreas cafeeiras e seus centros urbanos poderia manter encadeamentos primários e secundários similares com a economia doméstica, aumentando a demanda por gêneros alimentícios, ferragens e produtos de algodão. É assim estimulado o emprego nesses setores e no de transportes, o que, por seu turno, traz novos reflexos no mercado para produtos agrícolas e manufaturados. Além disso, ocorrem encadeamentos terciários, como o suprimento das necessidades pessoais dos tropeiros e dos condutores de porcas e de boiadas no setor exportador e o aprovisionamento dos fazendeiros que cultivavam os gêneros alimentícios para esses trabalhadores, o que poderia possibilitar a criação de novos empregos nos transportes, os quais, posteriormente, voltariam, por sua vez, a estimular a demanda doméstica por bens e serviços diversos.

Todavia, lembra Slenes que, sem que se promova pesquisas em arquivos locais, o máximo que se pode fazer é especular sobre os encadeamentos e os efeitos multiplicadores da economia exportadora em Minas. Mas, adverte ele que, qualquer que venha a ser o resultado dessa pesquisa, nem a abundância de terras, nem os encadeamentos de exportação, nem a existência de um vigoroso mercado interno, nem tudo isso junto seria suficiente para explicar o dinamismo do escravismo mineiro antes de 1850, quando se deu o fim do tráfico africano para o Brasil. Apesar da influência de todos esses fatores sobre a demanda mineira de escravos, o afluxo deles a Minas não seria tão significativo não fossem as peculiaridades da oferta africana, responsável pela introdução no Brasil de mais de 1.500.000 escravos entre 1801 e 1850. A situação do lado da oferta era tal que mesmo um forte crescimento da demanda pouca influência teria sobre os preços dos cativos. Assim, sendo, no Brasil, antes de 1850, não só a terra era livre, mas havia uma oferta de escravos tão grande que os tornava acessíveis a muita gente que não tinha capital suficiente para ser agricultor. Nesse contexto, afirma Slenes, “Minas não foi a exceção, mas a regra” (SLENES, 1983:576).

Empregando um método de análise similar ao dos Martins para avaliar as transferências interprovinciais ocorridas no Brasil entre 1872-73 e 1886-87, Slenes detecta que algumas áreas de Minas – Alto Parnaíba (22%), Paracatu (19,7%) e Metalúrgica-Mantiqueira (18,3%) – estavam entre as maiores regiões “exportadoras” de escravos, sendo que a região Metalúrgica-Mantiqueira, em números absolutos, exportou mais escravos que qualquer província brasileira. Esta constatação leva Slenes a considerar que, diante dos dados que levantou, falharam os Martins na sua tentativa de mudar a visão corrente na historiografia brasileira de que as antigas regiões mineiras, ao decaírem, se tornaram grandes exportadoras líquidas de escravos. Em compensação, reconhece ele que os dois irmãos demonstraram cabalmente que a Zona da Mata e diversas outras regiões não cafeeiras de Minas aparecem, nos anos 70 do século XIX, como formidáveis importadoras líquidas de mancipios.

Afirma, ainda, Slenes concordar com os Martins no sentido de que a abundância de terra desocupada e a conseqüente inexistência de um mercado de trabalho livre constituem uma das chaves para o entendimento de por que, na Zona da Mata mineira e em São Paulo, os escravos “não estavam no café” e de por que, no período em análise, a escravidão se apresentava em franca expansão, em grande parte da província de Minas.

Slenes conclui seus comentários destacando que, apesar de discordar em numerosos pontos dos Martins, foi graças ao trabalho deles que a visão que os historiadores tinham sobre Minas Gerais no século XIX foi profundamente modificada, tudo levando a crer que, como decorrência da nova perspectiva que eles abriram, o enfoque de pesquisas futuras voltadas à compreensão das características da escravidão brasileira venha a se concentrar mais em direção a estudos locais, dando-se menos ênfase à importância da *plantation*.

#### 4. A Posição de Warren Dean

Warren Dean admite que os Martins “demonstraram conclusivamente uma muito impor-

tante realidade histórica” que é a de que, após o colapso de um sistema exportador apoiado na mineração, durante todo um século manteve-se, no coração do Império brasileiro, um imenso contingente de população escrava africana. Afirmo ele, ainda, que a constatação que haviam feito os irmãos Martins entra em choque direto com a tendência que têm os historiadores de considerarem anteriormente que a escravidão brasileira estava intrinsecamente vinculada ao setor exportador, sendo, pois, dele indissociável. Entretanto, os Martins, afirma Dean incluindo-se entre os historiadores a que se refere, “esfregaram nossos narizes” numa situação muito diversa da que era incontestavelmente aceita.

Todavia, como Dean reconhece ser costumeiro, por ocasião da “demolição” de interpretações históricas até então incontestes, os dois autores “supervalorizaram seu caso”, procurando negar a existência de qualquer possibilidade de ter a cafeicultura contribuído significativamente para a manutenção da escravidão em Minas no século XIX, apesar de terem mostrado, em seu artigo, que Minas forneceu 17% das exportações de café das três províncias da região sudeste, onde se concentrava parte substancial de toda a produção brasileira.

Os Martins indicam que a população escrava da Província de Minas diretamente ocupada na cafeicultura era muito pequena e que, em 1873, apenas 5,6% da força de trabalho escrava estava no café, não obstante se concentrarem na Zona da Mata – que respondia pela quase totalidade da produção cafeeira de Minas – nos anos de 1873 e 1886, respectivamente 26,3% e 36,4% de todos os escravos da Província, sendo essa região absolutamente auto-suficiente. Fica, portanto, claro que, mesmo que o café não exercesse o papel de indutor do crescimento da população escrava, nem por isso constituiria um mero coadjuvante desse processo.

Na visão de Dean, há um certo grau de lógica na vinculação que se faz da escravidão africana com as exportações de produtos da *plantation* ou das áreas de mineração, uma vez que os africanos não podem auto-reproduzir-se como escravos e,

ao serem adquiridos, têm de ser, de alguma forma, pagos em moeda corrente, sendo, portanto, muito difícil imaginar que o setor exportador permitisse que seus lucros fossem desviados para atender às necessidades de escravos apresentadas pelos setores não-exportadores.

Dean manifesta-se céptico quanto a poderem os habitantes das regiões não cafeeiras de Minas, com os seus parcos 2 mil-réis de exportação *per capita* – que mal dariam para pagar “algumas poucas caixas de fósforos, algumas poucas libras de sal e pólvora, e uma ou duas garrafas de remédio” –, bancar a importação de 4.000 escravos por ano. Assim, como alternativa de explicação para a crescente população escrava de Minas, afirma ele querer sugerir, por lhe parecer ser esta a forma mais plausível, que os dois autores deixassem de lado sua assunção da ocorrência de taxas de mortalidade excessivamente elevadas entre os mancipios, passando a admitir a idéia de que, enquanto a população escrava da Zona da Mata cresceu principalmente por meio de importação, a das regiões não cafeeiras o fez por meio do puro crescimento vegetativo. Isto estaria apoiado no fato de que se constatou para a população livre brasileira, no século XIX, um crescimento em torno de 1,5% ao ano, o que permitiria supor que, crescendo a população escrava das regiões não cafeeiras a uma taxa um pouco mais baixa que essa, poder-se-ia descartar a hipótese de importação de escravos para essas regiões. Observa, ainda, Dean, que a alternativa sugerida coincide com muitos dos argumentos dos próprios autores, que inferem que a eliminação da importação de escravos reduziu as taxas de mortalidade locais e que o declínio da mineração minorou a crueldade do regime de trabalho escravo. Além disso, os proprietários de escravos do setor não exportador, diante do aumento do preço dos cativos, provavelmente passaram a modificar o seu relacionamento com os membros remanescentes de seus plantéis, suavizando-o bastante.

Por outro lado, considera Dean (1983:583) que a explicação que os autores deram para o fenômeno que detectaram em Minas “parece desapontadoramente abstrata e incompleta”, por

não terem eles conseguido explicitar a presunção de Wakefield – cuja teoria englobava as relações entre classes sociais, versando apenas parcialmente sobre a questão da terra – da existência de uma classe dominante aristocrática que desejava instalar-se na zona rural e desfrutar um alto padrão de vida sem assumir qualquer tarefa produtiva. Argumenta Dean que o esquema de imigração montado pelos ingleses na Austrália visava tornar possível aos aspirantes ingleses à aristocracia realizarem suas ambições à custa de uma classe trabalhadora oprimida para lá transportada e que, no contexto mineiro, a escravidão aparecia como sendo uma perversão da posição peculiar da classe mais baixa, que Wakefield considerava inevitável onde o acesso à terra fosse livre, e que pensou poder evitar elevando artificialmente os preços da terra.

No Brasil, argumenta Dean, este processo de transformação se deu de modo bastante incompleto. Entretanto, a terra, com certeza, nunca foi livre, pelo menos para a classe menos favorecida, uma vez que a classe dominante estabeleceu um sistema de titulação que restringiu a propriedade da terra a seus próprios membros ou àqueles que desejava favorecer.

Também em outro sentido, para Dean, o conceito de “terra livre” aparece de forma muito abstrata, não abarcando as condições típicas de um sistema agrícola que celeremente devastava a cobertura vegetal e destruía a fertilidade do solo. Os posseiros que se assentaram em terras devolutas não deram origem a uma classe de pequenos proprietários de terra, vindo a se constituir verdadeiros párias da sociedade. Na maior parte do território de Minas as florestas primitivas transmutaram-se, num lapso de poucos anos, em pastagens mirradas com baixíssima capacidade de suporte de gado.

Dean, finalmente, elogia o pioneirismo dos Martins e afirma que, apesar das críticas que fez, considera o artigo que eles publicaram válido e proveitoso, uma vez que demonstra cabalmente que a escravidão que se processava nos sertões de Minas, no século XIX, foi muito diferente da que,

durante quase quatro séculos, teve por cenário as áreas contíguas à imensa faixa litorânea do Brasil.

## 5. As Críticas de Engerman e Genovese

Stanley L. Engerman e Eugene D. Genovese comentaram, em conjunto, o “estimulante artigo” escrito pelos irmãos Martins, em que estes levantaram diversas questões importantes sobre a utilização do trabalho escravo em Minas Gerais “e ofereceram desafiantes (...) hipóteses sobre o contexto teórico em que suas questões e seu impressionante trabalho empírico deveriam ser entendidos” (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:585).

Engerman e Genovese observaram que a economia escravista de Minas era dividida regionalmente numa zona cafeeira que absorvia uma quarta parte da população provincial escrava em 1873, e uma zona maior na qual a economia era diversificada, tendo, entretanto, um baixo acesso aos mercados de além-mar. Alegaram eles, também, que, nas décadas de 70 e de 80, mesmo sendo descartada a tendência existente de se subestimar esse tipo de questão, só uma parte relativamente pequena dos escravos e do trabalho que faziam estava alocada ao café. Mais objetivamente, seria necessário destacar a produção da colheita de exportação da linha completa de produção agrícola na *plantation* escravista, incluindo alimentos para consumo dos escravos. De outro lado, apontaram Engerman e Genovese que a presença de diversos trabalhadores especializados e domésticos nessas plantações compelia-os a reduzirem o seu cálculo sobre a parcela da população que efetivamente se ocupava nesse tipo específico de trabalho. E consideraram, ainda, necessário fazer uma distinção entre os trabalhadores plenamente capacitados e aqueles que conseguiam produzir apenas uma parcela daquilo que os capacitados produziam como, por exemplo, os afetados por algum grau de invalidez parcial, as crianças e os idosos. Se essa distinção vier a ser feita para todos estes casos, a parcela provável de escravos dedicados à zona do café que vive

nas plantações poderá parecer extraordinariamente alta, mesmo em comparação com a da faixa algodoeira dos Estados Unidos.

No tocante à região cafeeira da Zona da Mata, afirmam Engerman e Genovese, os irmãos Martins fazem-nos lembrar que a população escrava tinha uma produção muito maior do que aquilo que era destinado somente às exportações, e que o trabalho escravo deveria ser responsável por uma ampla gama de produtos agrícolas e de outras naturezas, que possivelmente poderiam responder pela satisfação das necessidades de subsistência da população local.

Com referência à região não cafeeira, os cálculos são dos mais intrigantes e provocativos, uma vez que não se evidenciam colheitas de exportação para explicar a duradoura importância da escravidão local. Aparentemente, existiriam algumas exportações de gêneros alimentícios para o Rio – e, perguntam os comentaristas, será que elas também não existiriam para a região produtora de café? Ou então eram feitas algumas vendas de tecidos, ou vendas locais de açúcar e de outros produtos típicos da *plantation*? –, mas, reiteradamente, os Martins sustentaram que a região era auto-suficiente. Os comentaristas, apesar de intrigados com as condições econômicas da região estudada, levantam o fato de que uma situação similar teria acontecido na Virgínia, em 1860, a qual até então tinha mais escravos do que qualquer outro estado americano. Apesar de ela apresentar alguma concentração regional na produção do tabaco, em muitos aspectos ela lembrava as regiões não cafeeiras de Minas Gerais, pois também ela apresentava um grande número de minifúndios e um pequeno volume de exportações. A despeito da Virgínia haver exportado alguns gêneros alimentícios, inclusive algum trigo e, mesmo, alguns escravos para o baixo-sul, alguém que para ela olhasse (e isto, também, poderia ser válido relativamente ao Kentucky e à Carolina do Norte), isoladamente, “ficaria intrigado a respeito do papel da escravidão e das razões para sua persistência e sobrevivência” (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:586).

A existência de um enorme contingente de escravos nas regiões não cafeeiras de Minas coloca, conforme a visão dos dois comentaristas, um problema adicional: Qual o tamanho das unidades produtivas em que os escravos trabalhavam? Eram elas unidades familiares ou mais ampla, mesmo que não fossem tão grandes que pudessem ser consideradas como *plantations*? Elas produziam as mesmas *commodities* que eram produzidas pelos agricultores livres?

Os comentaristas afirmam que os Martins chamaram a atenção para o fato de que “o livre acesso à terra torna desejável a propriedade de escravos, mas, na ausência de resultados em escala significativa, a escravidão não precisa ser o resultado de tal condição”, e para confirmar isto argumentaram que, no norte dos Estados Unidos, a existência de abundância de terras trouxe um resultado radicalmente diferente do que aquele que se verificou nos estados sulinos.

Tais questões, afirmam os comentaristas, nos levam a termos que nos confrontar com o principal argumento teórico dos Martins, o qual julgamos inaceitável, uma vez que nada, nesse artigo, refuta a amplamente aceita tese de que, na paráfrase dos autores, “a existência da *plantation* voltada às exportações” constituiu “uma [condição] *sine qua non* para a viabilidade e sobrevivência da escravidão como um sistema de trabalho”. Os irmãos Martins mostraram, pois, que a tese contra a qual eles questionavam deve ser compreendida, num contexto mais amplo do que é, em geral, fornecido. Portanto, “ao tentarem ca-minhar da sua valiosa demonstração para a sua extrema conclusão, eles caíram (...) num provincialismo indigno da sofisticação que eles normalmente exibem” (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:587).

Os Martins escreveram: “O caso mineiro desafia não só a teoria de que a *plantation* de exportação e o regime de escravidão devem ter sempre marchado mão na mão e de que o último não poderia sobreviver sem o anterior.” Ao que contestaram os comentaristas no sentido de que, apesar de ele desafiar e qualificar o dogma até então existente de que a *plantation* e o regime de

escavidão marchavam *pari passu*, não reúne força de argumentação suficiente para o refutar, uma vez que eles conseguiram provar que a economia provincial permaneceu, na sua maior parte, na produção de subsistência e em mercados locais, sem deixar de apresentar constantemente uma forte demanda por trabalho escravo, e que terra livre e uma classe camponesa indômita tornam possível a existência de um sistema de escravidão que poucas vinculações mantém com o mercado mundial. Eles não começaram a provar – e nós temos todas as razões para duvidar que eles possam – que este sistema de escravidão provinciano pudesse sobreviver por muito tempo na ausência de um mercado mundial para os produtos gerados pela *plantation*". (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:587).

Os comentaristas consideram, ainda, que a demonstração feita pelos dois irmãos da dependência que o sistema produtivo tinha do tráfico negreiro confirma, *pari passu*, que a economia de Minas Gerais, por mais autárquica que fosse, deve ser analisada no contexto mais amplo da sociedade brasileira como um todo. A simples oferta de escravos, que eles reconhecem como vital para a economia provincial, seria impensável sem a existência, nas demais províncias limítrofes, das *plantations* voltadas para as exportações. Os autores do texto em discussão argumentam que os escravistas mineiros podiam pagar pelos escravos importados em mil-réis, mas retrucam os comentaristas que isto só era possível porque as exportações feitas pelas economias das províncias ligadas comercialmente ao exterior garantiam as divisas necessárias para trazer para o Brasil os escravos que os mineiros compravam, dos comerciantes do Rio de Janeiro, com os mil-réis de que dispunham (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:588).

Continuando com suas críticas à argumentação usada pelos Martins, Engerman e Genovese consideram que "aquilo que os dois irmãos demonstraram não foi que a escravidão poderia existir sem o mercado mundial, mas que de um sistema de trabalho escravo – neste caso o do Brasil como

um todo, o qual é dependente do mercado mundial – poder-se-ia extrair e sustentar subsistemas econômicos baseados na escravidão e não obstante isolados do setor de mercado". Além disso, os comentaristas sugerem que a servidão e uma ampla gama de relações de dependência comprovaram, ao longo dos séculos e mundo afora, ser muito mais adaptáveis do que a escravidão para as espécies de condições que foram descritas como existentes em Minas Gerais (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:589).

E, finalmente, a atormentadora pergunta, que aparece no título deste artigo é retomada por Engerman e Genovese: Que espécie de escravidão existiu no coração de Minas Gerais? Acrescentam estes, ainda, completando o quadro em cujo contexto essa indagação é feita, que tanto Saint-Hilaire quanto Burton, nas citações – feitas pelos Martins – de suas respectivas considerações sobre as manifestações de relações sociais que constatarem localmente, durante as suas respectivas viagens, demonstraram que não puderam percebê-las claramente como sendo típicas da escravidão. Diante disto, demonstrando estarem experimentando uma certa dose de perplexidade, afirmam os comentaristas: "Deixem-nos admitir que, em alguns aspectos especiais e brutais, escravidão era escravidão – e que os vastos efeitos, psicológicos e ideológicos bem como políticos e econômicos, da capacidade humana para possuir o corpo de outrem assumem um toque especial em qualquer parte. Também, na prática diária, diferenciando-se da teoria legal e mesmo da prática legal definitiva, a história revela muitos exemplos nos quais a escravidão formal foi se transformando, devagar e quase imperceptivelmente ao longo do tempo, em alguma forma de servidão". (ENGERMAN & GENOVESE, 1983:589-590).

Encerrando seus comentários, Engerman e Genovese (HAHR, 1983:590) consideram que, ao fazerem suas críticas e ao sugerirem algumas questões para estudos posteriores, era clara a sua convicção de que o artigo dos Martins "havia contribuído para melhorar, substancialmente, a sua compreensão da complexidade da escravidão moderna

e proveu uma forte base para o desenvolvimento de futuros trabalhos que se demonstrou serem necessários “.

## 6. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido pelos irmãos Roberto e Amilcar Martinsa respeito das peculiaridades da escravidão de Minas Gerais, bem como o grande número de desdobramentos que ele provocou, teve o condão de fazer voltarem-se para as profundezas dos sertões dos altiplanos das Gerais os olhares percucientes de um grupo de historiadores cujos corações e mentes se encantaram com as possibilidades de poderem encontrar – ao serem as conclusões a que puderam chegar confrontadas com aquelas que tradicionalmente vinham sendo apresentadas pelos historiadores interessados em devassar, procurando entendê-los – os segredos que se escondiam nas brenhas dos sertões mineiros.

Assim sendo, comungamos a convicção demonstrada por Engerman e Genovese de que os Martins, ao publicarem o seu artigo, contribuíram de forma bastante efetiva para que se pudesse melhor compreender a grande complexidade apresentada pelas múltiplas formas que assumiu a escravidão moderna.

## 7. Referências Bibliográficas

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

DEAN, Warren. Comments on “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”. In: *HAHR*, v.63, n.3, 1983. p.582.

ENGERMAN, Stanley L. & GENOVESE, Eugene D. Comments on “Slavery in a Nonexport Economy”: In: *HAHR*, v.63, n.3, 1983. p.585.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARTINS FILHO, Amilcar & MARTINS, Roberto B. Slavery in a Nonexport Economy: *Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*. In: *HAHR*, v.63, n.3, 1983. p.537.

SLENES, Robert W. Comments on “Slavery in a Nonexport Economy”: In: *HAHR*, v.63, n.3, 1983. p.569.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos* v.18 n.3 Set./Dez. 1988. p. 449-495.

# A TENDÊNCIA À EXACERBAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO

## THE TREND TO THE EXACERBATION OF THE MERCHANTILIZATION

Prof. Dr. Fernão Pompêo de CAMARGO NETO<sup>1</sup>

### RESUMO

No presente artigo, há uma preocupação central no sentido de exploração de uma série de conceitos que são fundamentais para a compreensão do processo de colonização, enquanto desdobramento, da expansão comercial européia, seguindo para isto, a linha de pensamento adotada e desenvolvida por autores como Caio Prado Jr., Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello e Ronaldo Marcos dos Santos.

**Palavras-chave:** Mercantilismo; Acumulação de Capital; Brasil-colônia; Escravidão; Colonização; Antigo Sistema Colonial

### ABSTRACT

*In this article, there is a main preoccupation in the sense of exploring a series of concepts that are fundamental for the understanding of the process of colonization, as a development of the expansion of the commerce in Europe; to do this, text follows the thoughts adopted and developed by authors like Caio Prado Jr., Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello and Ronaldo Marcos dos Santos.*

**Key words:** *Mercantilism; Capital Accumulation; Brazil-Colony; Slavery; Colonization; Old Colonial System*

### 1. Considerações Iniciais

O processo de colonização, na sua gênese, apresentou-se como um desdobramento da expansão comercial européia, e se constituiu no meio, pelo qual se verificou, nas colônias, a combinação de atividades puramente comerciais com determinados atos produtivos, através dos quais se tornou possível produzir novas mercadorias para ali-

mentar os novos circuitos comerciais que se originaram através da exploração produtiva do continente americano e do estabelecimento de novas rotas de comércio marítimo voltadas à extração de especiarias e das demais riquezas do Oriente.

Esse processo, *a priori*, tinha por objetivo estabelecer uma reorganização dos processos de produção, de modo a se poder promover, com maior efetividade, a reprodução da riqueza.

<sup>(1)</sup> Doutor pelo IE/UNICAMP. Professor titular do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas.

Consistiu, pois, a produção colonial, um modo de produção mercantil bastante especializado, cujos resultados eram acumulados, de forma dominante, externamente às áreas produtoras. Dessa forma, a economia colonial revelou-se como uma economia que promovia, no centro do sistema (na metrópole), a acumulação de capital comercial, do qual se apropriava na esfera da circulação. Este tipo de acumulação ficou conhecido, no debate que se estabeleceu sobre a evolução do Capitalismo, como “acumulação primitiva”, por ter o capital comercial um alto grau de autonomia, existindo antes mesmo que o capital propriamente dito viesse a dominar a esfera produtiva.

## 2. O Mercantilismo

No capitalismo comercial (Mercantilismo), verificava-se a existência da produção para o capital (visando a sua acumulação) e não pelo capital. O capital comercial autônomo resultava, pois, da inequivalência das trocas que eram processadas na sua origem, havendo necessidade, para a garantia da sua reprodução, de que se lançasse mão de meios extra-econômicos de indução.

No processo de exploração típico do sistema colonial, em situações em que o acesso à terra apresentasse alto grau de liberdade, por estar a fronteira agrícola aberta – ou seja, em condições em que a terra fosse abundante e ainda passível de apropriação –, fazia-se necessário que o regime de trabalho que viesse a ser adotado envolvesse uma grande dose de compulsoriedade. Quanto maior fosse, no processo produtivo, a parcela do trabalho compulsoriamente extraída, maior tenderia a ser o montante do excedente da renda por ele gerada. Assim, por ser o trabalho escravo a forma extrema de coercitividade do trabalho, era natural que o seu emprego, em geral, proporcionasse a existência, entre os produtores escravistas, de um elevadíssimo grau de concentração de renda.

A produção colonial apresentava um caráter evidentemente mercantil, o que fazia com que os lucros decorrentes da mercantilização dos produ-

tos que ela gerava fossem acumulados externamente ao espaço em que ela acontecia (ou seja, no espaço territorial metropolitano). Além disso, era ela fundamentalmente baseada na exploração do trabalho escravo africano (constatando-se, portanto, uma situação dominante de extraterritorialidade na oferta de trabalho). Uma outra característica inerente à economia colonial era a de constituir uma economia subordinada. Dessa forma, reportando-nos à economia do Brasil-colônia, pode-se caracterizá-la como uma economia apêndicula, cujo grau de autonomia era, por isso, relativamente reduzido. Nestas condições, o trabalho tendia, nas colônias, a ter um elevado grau de compulsoriedade, por ser mercantil a produção e também pelo fato de que, se ele não tivesse caráter compulsório na periferia do sistema colonial, tenderia a ser menor a margem de acumulação que poderia vir a ocorrer no centro.

Fazia-se também importante criar, no Mercantilismo, as condições para que, nas áreas produtoras das colônias, a renda concentrasse, pois isto criaria um espaço de mercado consumidor mais expressivo para os gêneros que fossem comercializados a partir da metrópole.

No que se refere ao trabalho escravo, era importante que se tivesse em mente o fato de que, enquanto a escravização dos negros criava condições que favoreciam a acumulação cêntrica, a do ameríndio propiciava uma acumulação interna na Colônia (NOVAIS, 1970:105). Assim, a boa lógica do lucro conduzia os comerciantes, por ocasião da montagem das suas bases produtivas coloniais, a optarem pelo tráfico africano como fonte preferencial de trabalhadores forçados.

É, portanto, evidente que o capitalismo da época da transição foi típico de uma situação em que a economia era predominantemente mercantil. Tratava-se, porém, de uma economia mercantil simples, cuja forma típica era a de capital autônomo (que não representava alíquota do capital produtivo), cuja acumulação se processava, em termos de agregação de valor, na esfera da circulação.

Assim, este tipo de capital tinha uma participação meramente marginal no processo de

acumulação cêntrica, uma vez que os mecanismos de mercado não eram suficientes para sustentar a acumulação, havendo para isto a necessidade de indução política (através de uma atuação coercitiva do Estado).

Não era, pois, por mero acaso que, para os mercantilistas, a riqueza fosse identificada com moeda (metal nobre) e a acumulação acontecesse no processo da circulação.

O Mercantilismo passava a ser no sistema econômico típico e dominante do período da transição do Feudalismo para o Capitalismo, desenvolvendo-se num ambiente bastante competitivo, em que, na visão colbertiana, o ganho de que alguém pudesse se apropriar viria a se constituir em perda para outrem e, exceto no caso do emprego de processos pouco recomendáveis que alguém pudesse usar para a ampliação de seu patrimônio pessoal, o comércio representava a única fonte possível de enriquecimento. Neste contexto, a acumulação pela via do comércio dependeria diretamente, por ser este um de seus principais elementos indutores, do desenvolvimento do processo de colonização.

Assim sendo, na base do Mercantilismo estava a preocupação das nações colonizadoras (metrópoles) em resguardar os seus respectivos domínios coloniais, formando-se o monopólio do comércio colonial na “medula do sistema”, sendo através dele que “as colônias preenchem a sua *função histórica*, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido” (NOVAIS, 1976:51).

À medida que a metrópole reservava a si própria o monopólio do mercado colonial (exclusivo metropolitano), criava ela as condições para que, simultaneamente, através da atuação do seu corpo de comerciantes nos mercados coloniais, pudesse se assegurar das vantagens de uma situação de oligopsônio, por deterem seus agentes da esfera comercial a exclusividade do direito de compra dos produtos coloniais, e de outra de oligopólio, uma vez que esses mesmos agentes detinham, também, o privilégio do controle do suprimento de

todas as mercadorias necessárias ao abastecimento da colônia.

Chegava-se, pois, a uma situação em que, por controlar a metrópole os comércios de exportação e de importação de suas colônias, podiam os seus comerciantes se apropriar de parte substancial da renda criada pela produção colonial. Concomitantemente, ao dar garantias para a atuação desses comerciantes, realizava o Estado a sua política burguesa, criando as condições para o seu próprio fortalecimento, através da abertura de novas fontes de arrecadação de tributos.

Dessa forma, a economia colonial dava suporte à metropolitana, criando as condições para que esta pudesse adotar, em toda a sua extensão, os preceitos mercantilistas, o que permitiria fortalecer crescentemente o Estado e dar uma maior organicidade à atuação, nos distintos mercados então acessíveis, de seus comerciantes.

Nesse contexto, procurava-se conciliar os elementos propulsores típicos dos circuitos mercantis coloniais, bem como os condicionamentos que eram a eles transferidos pelas distintas fases de evolução experimentadas, no decurso da era moderna, pela disputa que se travava entre as potências hegemônicas no sentido de conquistarem o controle de novos circuitos de comércio, bem como o dos mercados já existentes.

### 3. Mudanças Estruturais e Institucionais nos Circuitos Mercantis Coloniais

Os circuitos comerciais americanos – que, ao longo do século XVIII, ainda eram tipicamente coloniais, e cujas autonomia e autopropulsão eram bloqueadas pelos interesses metropolitanos – subentendiam especificidades distintas daquelas que viriam a ser constatadas nos circuitos de comércio característicos do século XIX, os quais, apesar de comercializarem as mesmas mercadorias, estavam inseridos na fase em que as bases territoriais, que até então eram constituídas por colônias, vieram a adquirir o *status* de economias nacionais, quando o Capitalismo ainda vivia sua etapa concorrencial. O marco divisório

entre essas duas etapas foi a Revolução Industrial inglesa.

Assim, as antigas colônias ibero-americanas, ao se tornarem independentes, por volta da passagem do século XVIII para o XIX, ingressaram num mercado mundial capitalista típico da fase concorrencial, mas em que os circuitos comerciais conservavam as marcas deixadas pela prolongada subordinação colonial, mantendo os determinantes e as características típicos da constituição de economias em que, todavia, ainda imperava o capital mercantil. Isto quer dizer que ao Novo Mundo cabia continuar a concentrar sua produção em artigos que guardavam as mesmíssimas condições que tinham os produtos coloniais, ou seja, artigos requeridos pelo mercado europeu cuja produção na Europa houvesse se demonstrado pouco compensadora ou, até mesmo, inviável. Garantia-se, com isso, a continuidade da inequivalência nas trocas que era típica da acumulação mercantil, em que se comprava barato e se procurava vender caro, no intuito de se buscar ampliar a margem existente entre os preços de venda dos produtos europeus e os de compra das *commodities* produzidas nas novas nações americanas. No sentido de tornarem as suas margens de lucro ainda mais expressivas, passaram os Estados absolutistas europeus a impor condições de monopolização dos circuitos mercantis que garantiriam a possibilidade de acesso ao mercado somente aos grandes mercados, alijando do mesmo os que fossem detentores de menos expressivos cabedais (SANTOS, 1996:68).

Nessa etapa – em que ainda se promovia a chamada “acumulação primitiva” –, para se garantir margens diferenciais de preços cada vez mais expressivas nos negócios efetuados por esses dois tipos de comerciantes, de forma a expandirem-se relativamente as massas de lucros apropriadas pelos de mais grosso trato, tornou-se necessária a penetração do grande capital comercial na esfera produtiva, criando-se as condições para que se conseguisse, através da busca de escalas de produção adequadas, manejar os preços e as quantidades produzidas no intuito de se lograr

expandir o máximo possível a acumulação mercantil.

Todavia, os mecanismos econômicos convencionais demonstraram-se insuficientes para assegurar a continuidade do processo de valorização do capital, o que induziu os detentores do capital mercantil a recorrer ao apoio do Estado, o qual vai agir nas colônias através de instrumentos legais voltados a procurar garantir a continuidade dos diversos graus e formas existentes de monopolização, ou de controle de mercados, cujo objetivo último era acicatar a apropriação pela metrópole dos excedentes gerados em seus diversos redutos coloniais (SANTOS, 1996:69).

Os distintos circuitos nativos montados para a produção e o comércio de produtos primários tropicais, internos às economias coloniais, podiam ser diferenciados pelo poder que tinham de aprofundar o processo de divisão social do trabalho, ocasionando, à medida que ocorria um processo de diversificação das atividades ligadas à sua área principal de atuação, a redução do espaço de mercado para os novos ramos articulados pelos circuitos comerciais metropolitanos, e, em compensação, quando promoviam a concentração de seus esforços produtivos num rol menor de atividades, especializando-se num ou em poucos tipos de produção, criavam a abertura de espaço para a introdução de novos produtos ou para a ampliação da participação no mercado até então existente para os produtores ou fornecedores já estabelecidos. Ao se concentrar a atenção sobre as colônias em que preponderaram atividades ligadas à mineração, sentir-se-á uma tendência muito maior à revelação do caráter mercantil, decorrente da especialização do trabalho, que tipificava este setor de atividade, enquanto se podia constatar que, em colônias voltadas à agricultura, por serem produzidos localmente os alimentos requeridos pela mão-de-obra por elas empregada, eram reduzidas as oportunidades de negócios que se abriam para os mercados abastecedores já existentes (SANTOS, 1996:69).

Constatava-se, assim, que, nas colônias que exploravam a mineração, as atividades produtivas tinham um caráter claramente mercantil,

ao mesmo tempo que as grandes propriedades agrícolas eram auto-suficientes em alimentos, não abrindo estas, portanto, no que toca ao suprimento de gêneros alimentícios, novas oportunidades de negócios aos mercados abastecedores extracoloniais ávidos por virem a controlar o expressivo filão de mercado representado pelos diversos redutos coloniais americanos.

É, entretanto, importante que não seja esquecido o fato de que a própria produção de gêneros coloniais, em maior ou em menor grau, encontrava, pelo fato da existência de um escravismo amplamente difundido, fortes restrições ao aprofundamento do seu grau de mercantilização.

O Estado Nacional Brasileiro foi constituído tendo por base mecanismos típicos do Antigo Sistema Colonial. Por exemplo, a Economia Escravista Colonial (em que a escravidão constituía o regime de trabalho dominante) vai aparecer como a forma limítrofe e típica do referido sistema, uma vez que passava a ser uma economia mercantil, dominada politicamente pela metrópole, em que o trabalho era predominantemente compulsório e que dependia das economias centrais, sendo essa dependência expressa pela acumulação externa (cêntrica) de capital.

A produção era meramente uma atividade coadjuvante no processo de acumulação do capital comercial, a qual vai acontecer, fundamentalmente, no processo da circulação. No longo processo de transição do capitalismo comercial para o industrial, o capital comercial autônomo não tem condições de endogenamente se reproduzir. O regime de produção dominante é o da produção independente e a dinâmica de acumulação que predomina é a da acumulação primitiva de capital.

Assim sendo, a economia mercantil escravista colonial se apresentava como altamente especializada, estando a sua produção centrada em alguns poucos produtos – produtos agrícolas tropicais, metais nobres e especiarias (drogas do sertão) – com um setor de exportação voltado à produção de um número relativamente reduzido de artigos e um setor de subsistência bastante diversificado. Caracterizava-se este tipo de economia

pelo fato de que ela era desenvolvida em pequenas propriedades, com produção independente e um número relativamente reduzido de escravos, sendo o ritmo da produção determinado pelo setor exportador.

Em termos da sua dinâmica, a economia colonial cumpria o seu papel tendo em vista que se expandia, ocupava novas áreas e promovia a ocorrência de uma acumulação cêntrica, ao mesmo tempo que desenvolvia mecanismos tendentes a reverter esse processo (visando com isto à internalização da acumulação). Concomitantemente, no centro do sistema vai haver um fortalecimento – com recursos gerados pela economia colonial, através da acumulação que se processava na esfera da circulação e da criação de novos mercados – dos mercados metropolitanos. Contribuía, dessa maneira, a economia colonial para a criação das condições básicas que se faziam necessárias para o surgimento de formas propriamente capitalistas de produção.

Nas economias produtoras de gêneros coloniais cabia, em geral, aos escravos o exercício de três funções: 1) o escravo passava a ser um patrimônio que representava uma reserva de valor, podendo ser vendido ou alugado; 2) a exploração, no cotidiano, de sua capacidade de trabalho poderia redundar na obtenção de uma produção excedente comercializável; e 3) o amplo conjunto de atividades em que podia ser aplicável o seu trabalho, bem como a flexibilidade com que podia ele ser deslocado de uma atividade para outra, reduzia substancialmente o interesse que pudessem ter os colonos no emprego alternativo de outras formas de produção (SANTOS, 1996:69).

Essas três funções do escravo prejudicavam um melhor aproveitamento da renda mercantil do produtor escravista das seguintes formas: 1) pela retenção de parte significativa do fluxo mercantil referente ao tráfico e por criarem, via crédito, mecanismos de subordinação do produtor colonial ao grande capital mercantil-usurário da metrópole; 2) ao vedarem ao escravo a obtenção de rendas autônomas quando ele atuava como produtor direto e, até mesmo, que pudesse ele consumir parte de sua própria produção de gêneros alimentícios;

e 3) por não cederem espaço econômico para o surgimento de camadas médias da população que tivessem condições e interesse de integrar tanto o mercado produtor quanto o consumidor.

Eram, pois, evidentes, desde o princípio, as diferenças fundamentais que existiam entre a economia mineira das Gerais, no século XVIII, e as economias açucareiras de Pernambuco e da Bahia, fato que deve ser atribuído às especificidades que tinha o ouro de aluvião encontrável naquela economia, que podia ser explorado mediante o emprego de técnicas deveras rudimentares, o que permitia que mesmo colonos detentores de reduzidos cabedais a ele tivessem condições de acesso. Na visão de Ronaldo Marcos dos Santos, isto ensejou o surgimento, nas regiões auríferas, de camadas médias de população, que se encontravam posicionadas entre os senhores e os escravos, o que vai trazer, como conseqüências sobre o fluxo interno de renda, condições que ocasionariam sensíveis reflexos dinâmicos favoráveis a uma maior integração inter-regional, o que propiciaria a abertura de espaço para uma progressiva internalização das decisões de investir. As possibilidades de mobilidade social a que alude, vai chamar o autor de “democracia das Minas” (SANTOS, 1996:71).

A pequena quantidade de moeda em circulação foi uma circunstância que prejudicou bastante a mercantilização da economia açucareira. Na mineração, a escassez de recursos monetários era relativizada em virtude das características peculiares que tem o ouro, como mercadoria especial que é. Estas propriedades, que serão a seguir analisadas, fazem com que ele venha a inverter “a lógica da acumulação mercantil ao tomar a forma social de equivalente geral das demais mercadorias do Universo”. Assim que o ouro é extraído da natureza e vai para as mãos (os bolsos) do homem, passa a ser dinheiro, o que facilita tanto a mercantilização interna no espaço colonial quanto o contrabando com o exterior, além de permitir a criação das condições para acumular recursos monetários transmutáveis em capital-dinheiro. Além disso, eram também criadas as condições para que se pudesse contornar os

apertos financeiros decorrentes da constante falta de numerário, situação esta que dificultava o financiamento das transações correntes internas à Colônia (SANTOS, 1996:71).

A descoberta maciça de ouro possibilitou o desenvolvimento na Colônia de um número bastante significativo de circuitos mercantis, que envolviam, Brasil afora, muitas vezes com as bênçãos da Metrópole, um significativo número de comerciantes, detentores de cabedais dos mais diversos portes. Surgia, assim, “o rascunho de uma burguesia mercantil colonial”, cujo núcleo dominante era constituído pelos mercadores de mais grosso trato ligados ao comércio exterior, os quais mantinham relações estreitas de colaboração com outros agentes comerciais que dispunham de menores montes de capitais – como os varejistas, comboieiros e tropeiros – os quais persistiram em suas atividades mesmo muito após a decadência da mineração (SANTOS, 1996:72).

O grande saldo positivo deixado pela mineração decorreu de ter esta atividade econômica passado a ser um pólo de acumulação autônoma, que reunia comerciantes e produtores coloniais que souberam aplicar adequadamente seus recursos, tendo muitos deles se assenhoreado de expressivas fortunas, articulando-se às novas atividades produtivas então desenvolvidas, que puderam, muitas vezes, estimular por meio das compras que faziam e dos créditos que concediam. Tudo isto contribuiu para que o estatuto colonial passasse a ser reiteradas vezes negado, culminando este processo com a abertura dos portos brasileiros, em 1808.

Estavam, então, cumpridos alguns dos pré-requisitos para que surgisse o Estado Nacional, e isto vai acontecer “com as modificações introduzidas pela estadia da Corte, que deu novo caráter ao Rio de Janeiro, como cidade que passa a representar a ascendência do capital mercantil nacional sobre o próprio setor produtivo”. Além do mais, “a internalização de um padrão monetário e a fundação do Banco do Brasil permitem agilidade ao novo Estado para antecipar seu gasto com o vasto funcionalismo civil e militar transplantado para o Rio de Janeiro”, bem como para a implantação

de obras públicas condignas da sede de uma monarquia que se prezasse. A partir daí, céleres passos foram dados no sentido de se completar as condições para o surgimento de um poder autônomo centralizado no Rio de Janeiro, tendo sido a Independência o último – e, provavelmente, o mais importante – desses passos no sentido da criação do novo Estado Nacional (SANTOS, 1996:75).

#### 4. A Visão de Caio Prado Júnior

Em 1942, Caio Prado Júnior inaugurou, com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* – cujo capítulo inicial, intitulado “Sentido da colonização”, veio a se constituir, a partir da análise e divulgação dos fundamentos estruturais nele contidos, num importante marco da historiografia brasileira –, uma nova fase dos estudos históricos sobre o Brasil, tornando-se esta sua obra uma referência obrigatória para quem quer que tivesse a intenção de estudar seriamente a história do nosso país, especialmente a do período colonial.

Nesta obra, o autor destaca o caráter claramente heteronômico das decisões básicas relativas ao processo de colonização – tomadas sob a égide do chamado “exclusivo metropolitano” –, o qual reservava ao capital mercantil lusitano, bem como ao Erário real português, um conjunto de privilégios de natureza comercial e/ou fiscal nas negociações efetivadas nos mercados coloniais. Esse conjunto de decisões vai exercer, sobre a economia e a sociedade coloniais, efeitos estruturantes, que têm como objetivo último promover um contínuo fluxo de transferência de excedentes comerciais gerados na colônia para os comerciantes e para a Coroa metropolitanos. Este processo se baseia na exclusividade do comércio de cada uma das distintas colônias existentes com as suas respectivas metrópoles, dentro de um arcabouço institucional montado para canalizar para estas os excedentes produtivos naquelas apropriados, e ficou conhecido como “pacto colonial”.

De acordo com os padrões em voga no chamado Antigo Sistema Colonial, o sistema produtivo-exportador do Brasil-colônia estava fundamentado em três elementos básicos: latifúndio, monocultura e escravidão.

Em tal sistema, notava-se uma clara subordinação da produção colonial ao capital mercantil metropolitano, que promovia a apropriação e a transferência para a metrópole dos excedentes que as atividades coloniais produziam.

Além disso, o fato de estarem os fatores produtivos concentrados, de forma quase absoluta, na produção para exportação, fazia com que o abastecimento do mercado interno colonial tivesse que ser feito através de importações, cujo controle representava, para o capital mercantil metropolitano, a outra face do processo de apropriação dos excedentes gerados na Colônia. No tocante ao abastecimento de gêneros alimentícios para os colonos, este era em grande parte garantido através de atividades extrativas, agrícolas e pecuárias de subsistência, desenvolvidas por eles, em geral, nas suas próprias terras. Atividades mercantis voltadas ao abastecimento de gêneros alimentícios para a população estavam restritas ao atendimento das necessidades verificadas nos centros urbanos mais populosos. No mais, imperava uma situação de relativa autonomia na busca de gêneros que pudessem satisfazer às necessidades alimentares apresentadas pela população dispersa pelo sertão.

Em 1945, Caio Prado Júnior, com a publicação de *História Econômica do Brasil*, trouxe mais uma importantíssima contribuição para a interpretação e para a compreensão da evolução da conformação da sociedade brasileira. Mostra ele, então, que a sociedade colonial era constituída por uma classe senhorial, seus escravos e um grande número de agregados livres e pobres, com absoluta hegemonia da elite agrária no plano local e/ou no regional. No contexto resultante da conjugação desses elementos, em que se fazia notar uma nítida dominância do capital mercantil metropolitano, não sobraria, na visão de Caio Prado, como será mostrado nos parágrafos seguintes, espaço para que se formassem, no território colonial, circuitos internos de acumulação (PRADO JÚNIOR, 1963: 126-128).

Para Caio Prado Júnior, já a partir da segunda metade do século XVIII, as nações ibéricas passaram a enfrentar crescentes dificuldades. O Antigo Sistema Colonial – fundado no chamado Pacto Colonial, e que representava o controle exclusivo do comércio das colônias por suas respectivas metrópoles – entrou em sensível declínio, que pode ser atribuído, *grosso modo*, a uma profunda transformação de caráter estrutural, que se traduzia no “aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial”. Até então, prevalecera o capital comercial, de modo quase absoluto, nas transações financeiras e nas operações mercantis, tanto as realizadas no mercado colonial quanto as que tiveram lugar no mercado internacional.

Por não ter a indústria ainda ingressado na sua fase capitalista, a produção ainda era basicamente artesanal. Todavia, a partir do século XVIII, especialmente na Inglaterra, a indústria passa a assumir vulto crescente, ofuscando o capitalismo comercial, e assume um espaço e uma preeminência que sequer poderiam ter sido sonhados durante a vigência deste último. Em decorrência disto, tornava-se cada vez mais evidente o declínio do Antigo Sistema Colonial, representado pelo então ainda dominante Pacto Colonial, que expressava os interesses do Capitalismo Comercial, que cada vez mais definhava.

Para os industriais, o monopólio comercial, de que não participavam por não serem comerciantes, não trazia qualquer benefício. E pior, ao se restringir as relações mercantis, como acontece por ocasião da criação de um monopólio, a nova situação criada bloqueava o que mais lhes interessava, que seria o seu acesso aos mercados existentes. Assim sendo, na ótica dos industriais, nessa fase em que o Capitalismo, ainda bastante incipiente, dava seus primeiros passos, o principal ideal a ser perseguido era o da maior liberdade possível de mercado, para que se multiplicassem as oportunidades comerciais em geral, eliminando-se quaisquer barreiras que pudessem prejudicar o livre desenvolvimento de seus negócios.

Nesse contexto, os impérios coloniais ibéricos, que até então haviam se escudado em

monopólios, se viam sem saídas possíveis para a sua situação, uma vez que as suas indústrias não haviam acompanhado a evolução experimentada pelas demais nações européias, achando-se, portanto, bastante defasadas, tecnicamente e no que tange às práticas de controle de mercados, diante das condições vigentes naquelas nações que haviam optado pela industrialização.

Assim sendo, praticamente sobravam às nações ibéricas, naqueles momentos críticos de mudança universal do padrão de acumulação, somente as atividades que giravam em torno dos privilégios que haviam mantido para si no comércio colonial, dos quais não poderiam abrir mão por torna-se elemento aglutinador de seus vastos domínios territoriais. Ao se agravarem os conflitos internacionais que abalaram a Europa no final do século XVIII, foram as monarquias ibéricas esmagadas pelas transformações em curso, perdendo grande parte dos seus outrora vastos e ricos domínios americanos. A partir de então estava estabelecida para o mundo uma nova ordem, eliminando-se, com isto, os obstáculos que vinham sendo estabelecidos pelo hermético fechamento político e comercial dos dois colossais impérios coloniais ibéricos, os quais obstruíam a marcha dos acontecimentos internacionais. Dessa forma, na visão de Caio Prado, as recém-libertas nações ibero-americanas, “abertas ao comércio e intercuro do universo”, tomaram, no concerto das nações, o lugar que pertencera “aos estanques impérios ibéricos”, desafogando o mundo, que ficava livre, a partir de então, “daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento”.

Quanto a Portugal, já havia atingido, no que se refere ao Brasil, o limite extremo de sua capacidade realizadora e colonizadora, achando-se a sua obra neste terreno terminada, tendo o Reino – que, protegido pelo monopólio de comércio, impunha-se como parceiro forçado e oneroso no comércio exterior – se convertido “em simples parasito de sua colônia”. Portugal, escudando-se no monopólio comercial, sequer tinha condições para o exercício de simples operações de intermediação mercantil, e nem mesmo representava um mercado consumidor que pudesse ser considerado como sendo de dimensões expressivas.

Finalmente, no crepúsculo do século XVIII, podendo-se já sentir os albores do século XIX, todo o sistema, cujos sintomas de crise já vinham a longo tempo sendo pressentidos, agravando-se a cada dia, entrou em pane total. A marinha portuguesa arruinava-se crescentemente, não tendo mais sequer condições de reprimir a escandalosa prática do contrabando, que se dava às escâncaras. Nestas circunstâncias, a Metrópole, para manter e proteger o seu deveras ineficiente comércio, impunha à sua colônia as mais drásticas e pesadas medidas restritivas, proibindo que ela internalizasse a produção dos gêneros que alimentavam o seu comércio marítimo.

Não se poderia mais procrastinar. O regime colonial se apresentava, então, como um intolerável obstáculo a impedir o crescimento produtivo do Brasil.

Foi por meio de circunstâncias externas fortuitas que o sistema de barreiras restritivas assentado contra a Colônia veio a ruir, a começar pelo "exclusivo metropolitano", que foi removido. E as medidas liberalizadoras não pararam mais de acontecer. Foram, assim, gestadas e ganharam corpo as condições para que se iniciasse um processo paulatino de transmutação do regime vigente, no conjunto de seus aspectos, de colônia em nação.

Este bloco de transformações já estava, de algum modo, maduro, quando, no início do século XIX, circunstancialmente, emergiram as condições para a sua implantação. Explodiram, então, em toda a sua plenitude, as forças transformadoras latentes que lograram fazer da antiga colônia lusitana uma comunidade nacional independente. Iniciou-se, a partir daí, um longo processo, até hoje inconcluso, de busca, pelo Brasil, de uma forma autônoma e soberana de inserção no concerto das nações.

## 5. A Contribuição de Fernando Novais

Fernando Novais prosseguiu na senda analítica (*O sentido da colonização*) aberta por Caio Prado Júnior, vinculando, de maneira mais siste-

matizada, nos modelos explicativos que veio a construir, a existência de colônias ao processo de acumulação primitiva de capital mercantil por parte dos comerciantes metropolitanos, que extraíam, então, nos redutos coloniais de suas respectivas metrópoles, os excedentes produtivos neles gerados. Para Novais, os lucros apropriados através da aplicação do "pacto colonial" eram decorrentes do processo de acumulação primitiva de capitais em que se apoiou, no seu processo de formação e de consolidação, o capitalismo mercantil europeu.

Fernando Novais considera ter sido, em todo o interregno que vai do "Renascimento às Luzes", a crescente imbricação que se manifestava entre as esferas do público e do privado uma das características mais marcantes da Época Moderna. Foi durante este longo período que, no plano econômico, a humanidade defrontou-se, não mais com a economia "natural" dominante no Feudalismo, mas com uma produção de caráter predominantemente mercantil (pelo menos, foi o setor mercantil que imprimiu a dinâmica ao conjunto), a qual, todavia, ainda não era capitalista, pois a força de trabalho ainda não se mercantilizara, ou, noutros termos, o salariedade não era ainda o regime dominante, nem tampouco a servidão, em franco declínio; o que parecia, então, dominar era a produção independente (NOVAIS, 1998:15).

À medida que, na Europa da Época Moderna, as manifestações sociais, econômicas e políticas iam se definindo em relação à formação dos Estados nacionais, na Colônia, no mesmo período, elas estavam vinculadas "à passagem da colônia para a nação, ou melhor, à própria gestação da nação no interior da colônia". (NOVAIS, 1998:17).

A colonização moderna tornava-se fenômeno global, no sentido de envolver todas as esferas da existência, mas seu eixo propulsor tinha lugar nos planos político e econômico, o que indica que estava perfeitamente inserida no contexto da época, que veio a se constituir no pano de fundo do processo de modernização da sociedade europeia. Naquele contexto, despontou Portugal pelo seu pioneirismo, em virtude, especialmente,

da precocidade com que se deu a sua centralização política. Pode-se perceber facilmente que a ordem seqüencial, em que os países colonizadores (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Províncias Unidas dos Países Baixos) vão se adentrando nos cenários econômico e político da era moderna, é a mesma da formação dos Estados e das suas respectivas expansões mercantil e marítima (NOVAIS, 1998:18-20).

Ao ser implantada a exploração colonial da Época Moderna, trouxe ela consigo, de roldão, “a compulsão do trabalho como um de seus componentes estruturais”; e a América portuguesa se caracterizou por ser uma área onde essa situação foi levada ao limite, com a adoção do escravismo. Nesse contexto, “as populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos. Entre os dois pólos, [há] toda uma imensa gama de situações intermediárias.” (NOVAIS, 1998:27). Dessa forma, “a atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação”, compelindo a força de trabalho a um incremento do seu esforço produtivo, cujo objetivo último era promover uma crescente intensificação do processo de acumulação capitalista que tinha lugar nos centros metropolitanos” (NOVAIS, 1998:30).

Disso resultou um estímulo à constante mobilidade das populações e ao estabelecimento de uma clivagem entre os vários estratos sociais. É nisso, pois, que reside o ponto essencial a ser considerado, que é o de que as sociedades de estamentos, em geral, se caracterizam por uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto verticalmente. A sociedade colonial, ao contrário, configura-se como uma sociedade estamental com grande mobilidade, “e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade”. Assim sendo, “a sociedade da Colônia, ao mesmo tempo, estratificava-se de forma estamental e apresentava intensa mobilidade; o que prova-

velmente criava uma sensação de ambigüidade, pois a junção dessas duas características envolvia, simultaneamente, tendência de aproximação e distanciamento das pessoas”. (NOVAIS, 1998:30).

Essa mesma ambigüidade também está presente quando levamos em conta o estrato superior dos colonos, composto pelos senhores de terra e de escravos, uma vez que “a dominação direta sobre os homens (escravidão) e a posse das terras (grande parte delas recebidas por doação) imprimiam-lhes na mentalidade uma configuração fortemente senhorial”; mas, “agentes [que eram] de uma produção mercantilizada em extremo, defrontavam-se no dia-a-dia com o mercado, o que lhes exigia um comportamento fundamentalmente burguês”. Além disso, “era através do mercado que obtinham os escravos, e, através deles, a sua condição senhorial” (NOVAIS, 1998:30-31).

O já mencionado elevado grau de exclusão da elite comercial era uma natural decorrência das condições estruturais típicas de uma sociedade fundamentalmente escravista (a tal ponto extrovertida que estava organizada para que pudesse acumular externamente), a cujos estratos mais elevados de sua esfera mercantil só tinha acesso um grupo extremamente reduzido de integrantes. Uma vez que estava a exploração colonial diretamente articulada ao processo de formação do capitalismo, era natural a sua extroversão, essencialmente comercial, uma vez que ela era um componente importante do processo de “acumulação primitiva de capital mercantil autônomo no centro do sistema”. Lembra, ainda, Novais que “a outra face da externalidade da acumulação era a extraterritorialidade do provisãoamento da mão-de-obra” (NOVAIS, 1998:31).

Era voz corrente que as colônias apresentavam-se como verdadeiros apêndices de suas respectivas metrópoles. Entretanto, não era essa opinião compartilhada pela totalidade dos coetâneos, que conviviam, no seu cotidiano, com “formas sociais muito diferentes e em certos sentidos negadoras da Europa moderna”. Na realidade, a colônia “é tão diversa da metrópole, quanto a região dependente o é da dominadora”. Por exemplo,

comparando-se as formas de evolução da organização do trabalho nos dois pólos do sistema, constatar-se-á que, enquanto na Europa há uma evolução da servidão feudal para o salariedade, via trabalho independente de camponeses e de artesãos (*putting-out*), nas colônias era dominante a compulsoriedade do trabalho, tendendo esta, no limite, para a escravidão. Tal descompasso tinha origem na contradição existente, no plano mais geral da colonização do Antigo Regime, entre a sua ideologia (catequese, europeização) e a sua realidade (exploração pelos colonizadores), contradição esta extremamente importante, uma vez que “o Estado absolutista precisava controlar a Igreja, e ao mesmo tempo dependia de sua legitimação.” (NOVAIS:1998:33).

## 6. A Abordagem de João Manuel Cardoso de Mello

Para João Manuel Cardoso de Mello, não teria sentido se falar num modo de produção escravista colonial, tendo em vista que a reprodução de suas relações de produção não poderia ocorrer endogenamente, pois o tráfico transatlântico de escravos existia sob a égide do capital mercantil metropolitano. Dessa forma, a economia colonial não teria uma lógica própria e seria a contraface de um modo de produção capitalista em instalação. Se na Europa o trabalho já estava formalmente subordinado ao capital, o mesmo passaria a ocorrer nas colônias, uma vez que, nestas, segundo ele, “há, formalmente, capitalismo, porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial.” (CARDOSO DE MELLO, 1982:44).

De acordo com João Manuel, nenhum modo de produção poderia ainda ser considerado dominante no Brasil, e muito menos o modo de produção capitalista, que existia apenas formalmente na colônia. Segundo ele: “A economia colonial organiza-se (...) para cumprir uma função:

a de instrumento de acumulação primitiva de capital”; constituindo, neste intuito, “mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser”, o que possibilitaria a geração de um excedente que, uma vez comercializado no mercado internacional, produzisse lucros, criasse mercados coloniais que pudessem absorver a produção metropolitana e proporcionasse excedentes produtivos significativos que pudessem ser apropriados pela burguesia metropolitana. Neste sentido, a produção colonial deveria ser mercantil, não qualquer uma, mas uma produção mercantil que fosse amplamente aceita no mercado internacional e que não concorresse com a produção metropolitana, pois se assim não fosse inviabilizar-se-ia o comércio que dela se poderia fazer. Produção colonial significaria, pois, em suma, “produção mercantil complementar, produção de produtos agrícolas coloniais e de metais preciosos” (CARDOSO DE MELLO, 1982:39).

A economia colonial apresentava-se, então, como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. O seu caráter de complementaridade era traduzido através de um determinado padrão de comércio: exportação de produtos coloniais se contrapondo à importação de produtos manufaturados e, em se tratando de economias escravistas, de escravos. Em paralelo, a articulação comercial entre a economia metropolitana e a economia colonial não estava restrita a isto, uma vez que este padrão de comércio era efetivado através do monopólio de comércio (“exclusivo metropolitano”) que era exercido pela burguesia comercial metropolitana (CARDOSO DE MELLO, 1982:37).

É importante, também, que se leve em conta que o monopólio de comércio passava a ser mecanismo fundamental através do qual o excedente produzido na colônia era transferido à burguesia comercial metropolitana, ao mesmo tempo que se cuidava no sentido de que fossem por ela abastecidos os mercados coloniais. Como resultado direto da situação de monopólio comercial, procurava-se garantir à burguesia comercial da Metrópole o máximo diferencial possível entre os preços de compra pagos aos produtores metro-

politanos (os quais se procurava reduzir ao mínimo possível) e os preços mais elevados de venda que se conseguisse arrancar à clientela colonial (CARDOSO DE MELLO, 1982:40). Era, pois, desfrutada pelos comerciantes lusitanos uma situação de oligopólio, por deterem os mesmos o privilégio de controlar a venda das mercadorias que abasteciam a Colônia. Em paralelo, fazia-se presente nos mercados coloniais uma situação de oligopsônio, uma vez que os mercadores da metrópole gozavam também do direito de exclusividade, ou pelo menos de primazia, na compra dos produtos coloniais.

Chama João Manuel a atenção do leitor para o fato de que a passagem que então se anunciava rumo ao capitalismo propriamente dito representava o "canto do cisne" da economia colonial e, a partir daí, o que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Os interesses que moviam a Economia Colonial e o Capitalismo se contrapõem. A produção mercantil complementar pouco ou nada tinha a ver com a produção colonial, uma vez que a produção agrícola ou mineral colonial passara a ser preterida relativamente à produção periférica, esta sim importante, de alimentos e de matérias-primas gerados em massa pelo conjunto das economias periféricas, porque dali para a frente "só produção em massa pode[ria] significar preços baixos". A preocupação central deixava de ser a de expandir a acumulação primitiva e passava a ser a de incrementar a produção mercantil complementar no sentido de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho, buscando-se, em paralelo, condições que pudessem permitir a redução do custo dos elementos componentes do capital constante (CARDOSO DE MELLO, 1982:44-45).

Novos padrões de integração produtiva e comercial internacional passaram a representar, cada vez mais, mundo afora, as novas tendências impostas pela Revolução Industrial. A partir de então as relações entre Economia Colonial e Capitalismo perderam o seu caráter de complementaridade e assumiram uma situação em que seus interesses passaram a ser contraditórios, criando-se as condições para que, enquanto se generalizavam

as relações mercantis estimuladas pelo Capitalismo Industrial, as contradições disso decorrentes pudessem se acentuar de tal forma que (conforme as palavras que Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo usou, em 1982, fechando o prefácio da primeira edição de *O capitalismo tardio*) se tornasse inevitável o fim do "exclusivo metropolitano", e o assalariamento, finalmente, passasse a ser o principal instrumento de mobilização da força de trabalho.

## 7. Conclusão

Na América Latina, os reflexos da preeminência crescente do capitalismo industrial portavam consigo os germens da crise que engolfaria, dali para a frente, as economias de caráter colonial. Apesar da persistência no seu seio da compulsoriedade do trabalho, grande avanço foi conquistado através da ruptura do Pacto Colonial e da constituição de Estados nacionais.

As condições vigentes não eram, então, de natureza que justificassem que se despendesse maiores esforços na liquidação do trabalho compulsório, uma vez que ele em nada prejudicava o ingresso de artigos industriais ingleses e, em paralelo, porque a transmutação de trabalho compulsório em trabalho livre passava, então, a ser uma decisão nacional. Isto vai ter um alcance, insuspeitado talvez na época, mas que dificilmente poderia ser reduzido em suas conseqüências, e que muito vai prejudicar os interesses portugueses (e, logo em seguida, por extensão, os brasileiros), pelo fato de que, com a queda do monopólio de comércio e da dominação política metropolitana, escancararam-se os mercados latino-americanos, sendo expostos irrefreavelmente à sanha do capitalismo industrial inglês (CARDOSO DE MELLO, 1982:46), circunstância esta que, por si só, inviabilizaria qualquer aspiração que pudesse existir ou surgir no sentido de se endogeneizar, na nova nação que então se conformava, um parque industrial nacional com alguma expressividade, no que se refere à produção e à comercialização de bens de consumo e de produção, bem como de serviços de alto valor agregado, no contexto internacional.

## 8. Bibliografia

- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- \_\_\_\_\_. "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 47-63.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Condições da Privacidade na Colônia". In: *História da Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil: 1).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *O Rascunho da Nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Campinas, SP: UNICAMP/IE (Tese de Doutorado), 1986.
- \_\_\_\_\_. "Mercantilização, decadência e dominação". SZMRECSÁNYI, Tamás. In: *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP e Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica, 1996.

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA CADERNOS DA FACECA

## 1. TEXTOS A SEREM PUBLICADOS

A revista Cadernos da FACECA tem como propósito publicar trabalhos técnicos e científicos nas áreas de Economia, Administração e Ciências Contábeis. Os textos poderão ser dos seguintes tipos:

### a) Artigos

Reflexões teóricas, revisões, relatos de pesquisas, estudos de casos, traduções autorizadas pelos autores, limitados a 20 páginas.

### b) Ensaio

Textos breves contendo ponto de vista sobre assuntos relevantes, limitados a 3 páginas.

### c) Resenhas

Apresentação e análise de livros publicados na área, limitados a 3 páginas.

## 2. CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- Poderão ser submetidos para publicação textos inéditos, que se enquadrem nas normas para publicação de cada uma das seções do periódico. Os artigos deverão conter resumo e título em português e inglês, assim como termos de indexação nesses dois idiomas.
- Não devem ter sido apresentados na íntegra, em nenhum outro veículo de informação nacional (exceto em Anais de Congresso);
- Podem ser de autoria individual ou conjunta, devendo o(s) autor(es) indicar qualificação profissional e título acadêmico, no rodapé da 1ª página;
- Devem incluir: Resumo (em português) e Abstract (em inglês) de exatamente 10 linhas cada um (ABNT NBR 6028); Palavras-chave (ABNT NBR 6022); legenda bibliográfica de acordo com ABNT NBR 6026;
- As notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da ABNT;
- Devem ser formatados em página tamanho A4, com espaço entre linhas 1,5; letra arial 12; margem esquerda 3,0; margem direita 2,5; superior 3,0; inferior 3,0.

## 3. PROCEDIMENTOS DE APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, PUBLICAÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

- Os trabalhos deverão ser apresentados na forma de arquivo em formato Word for Windows e poderão ser entregues pessoalmente no CEA, enviados por correio convencional ou eletrônico. O

endereço eletrônico para remessa de trabalhos é cea.revista@puc-campinas.edu.br. Se entregue pessoalmente ou pelo correio convencional, enviar para CEA/PUC-CAMPINAS a/c do Conselho Editorial, incluindo uma via impressa, além do arquivo em disquete ou CD.

- Para publicação, os trabalhos deverão ter a aprovação de pelo menos dois (2) Revisores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento dos autores nem das respectivas instituições, exceto quando essa informação faça parte do conteúdo. Os autores serão informados dos comentários sobre seus trabalhos mas a identificação dos revisores será confidencial. No caso de julgamento contraditório, o trabalho será encaminhado a um terceiro revisor para desempate.
- Os critérios de avaliação dos trabalhos compreenderão: fundamentação teórica e conceitual; relevância, pertinência e atualidade do assunto; consistência metodológica; formulação em linguagem correta, clara e concisa.
- Os trabalhos recebidos poderão ser aceitos sem restrições, com alterações ou rejeitados. No caso de aceitação com alterações o autor encarregar-se-á das reformulações, que deverão ser verificadas por um revisor. Os trabalhos recusados serão devolvidos. Pequenas alterações formais visando à formatação homogênea dos textos, sem mudança de conteúdo, poderão ser feitas, a critério dos Editores, na revisão final.
- Os Revisores deverão incluir em seus pareceres as sugestões cabíveis visando à melhoria de Conteúdo e de forma. Os pareceres serão encaminhados aos autores pelo Editor Responsável, preservando o anonimato dos revisores.
- O autor receberá correspondência informando da seleção ou não do trabalho pelo Conselho Editorial.
- Antes da publicação, o autor deverá encaminhar declaração de aceitação das normas da Revista, da qual fará constar não ter apresentado o trabalho, na íntegra, em nenhum outro veículo de informação nacional, bem como a autorização ou declaração de direitos cedidos por terceiros, caso reproduza figuras, tabelas ou textos com mais de 200 vocábulos.
- Para cada trabalho publicado, os autores terão direito a receber um total de cinco (5) exemplares da Revista.

## RULES FOR PUBLISHING PAPERS IN “CADERNOS DA FACECA”

### 1. TEXTS TO BE PUBLISHED

“Cadernos da FACECA” has as its objective to publish technical and scientific papers on Economics, Business Administration and Accounting. The following kinds of texts can be published:

a) **Articles**

Theoretical analysis, reviews, research reports, case studies and translations authorized by the authors – up to 20 pages.

b) **Essays**

Short texts expressing points of view on expressive subjects within the fields mentioned – up to 3 pages.

c) **Summaries**

Presentation and analysis of books in the fields mentioned – up to 3 pages.

### 2. CONDITIONS FOR SUBMITTING PAPERS

Unpublished texts can be submitted, as long as they fit into one of the sections of the magazine.

- The articles must have an abstract and a title in both Portuguese and English, once they will be indexed in these two languages.
- They must not have been totally presented in any other national information vehicle (except Congress Annals);
- They can be written by only one or several authors and their authors must mention their professional qualifications and academic titles at the bottom margin of the first page;
- Papers must include: one abstract in English and another in Portuguese, with exactly 10 lines each (ABNT NBR 6028); Key-words (ABNT NBR 6022); bibliography according to ABNT NBR 6026;
- The notes on the margins and quotations must follow ABNT specifications;
- Papers must be formatted in A4 size, 1.5 between lines; font Arial 12; left margin 3 cm; right margin 2.5 cm; top margin 3.0 cm; bottom margin 3.0 cm.

### 3. PROCEDURES FOR SUBMITTING, ANALYZING, PUBLISHING AND RETURNING PAPERS

- Papers must be submitted in a Word for Windows file and can be sent by e-mail ([cea.revista@puc-campinas.edu.br](mailto:cea.revista@puc-campinas.edu.br)), by regular mail or delivered in person at CEA/PUC-CAMPINAS

a/c do Conselho Editorial, including a hardcopy besides the file in a CD or floppy disk in the last two options.

- Before being published, the papers must have been approved by at least two (2) revisors, who will make comments anonymously, except when this piece of information is part of the contents. The authors will be informed about the comments on their papers but the identification of the revisors will be kept confidential. In case of controversial judgements, the paper will be forwarded to a third revisor.
- The evaluation criteria for the papers will include: theoretical support; relevance, pertinence and importance of the subject; methodological coherence; clear, concise and correct format.
- The papers submitted can be accepted without restrictions, accepted with alterations or rejected. In case of its being accepted with alterations, the author will be in charge of the necessary reformulations, which must be checked by a revisor. The papers refused will be returned. Small formal modifications aiming at the improvement of the format and homogeneity of the text can be made, without, however, altering the contents of the paper.
- The revisors must include in their reports the viable suggestions aiming at improving the format and contents of the paper. These comments will be forwarded to the authors by the Chief-Editor, keeping the names of the revisors anonymous.
- If selected, the author will be notified by the Publishing Council.
- Before having a paper published, the author must send a declaration accepting the regulations of the magazine, mentioning not having published the paper integrally in another national information vehicle, as well as the authorization for publishing pictures, tables and texts with more than 200 words of others.
- For each paper published, the authors are entitled to five (5) samples of the magazine.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)**

**GRÃO-CHANCELER**  
Dom Bruno Gamberini

**MAGNIFICO REITOR**  
Prof. Pe. Wilson Denadai

**VICE- REITORA**  
Profa. Dra. Angela de Mendonça Engelbrecht

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
Prof. Germano Regacci Júnior

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
Profa. Dra. Vera Engler Cury

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**  
Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Prof. Marco Antonio Carnio

**DIRETOR DO CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**  
Prof. Antonio Carlos de Azevedo Lobão

**DIRETOR ADJUNTO**  
Prof. Eduard Prancic

**DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
Prof. Lineu Carlos Maffezoli

**DIRETOR DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO**  
Prof. Paulo Antonio da Graça Lima Zuccolotto

**DIRETORES ADJUNTOS**  
Prof. Ms. José Antonio Bernal Fernandez Olmos  
Prof. Dr. Marcius Fabius Henrique de Carvalho

**DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
Prof. Marcos Francisco de Souza

**COORDENADORA DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO**  
Profa. Dra. Nelly Maria Sansigolo de Figueiredo

3 **Editorial**

5 **Homenagem**

ARTIGOS/ARTICLES

- 7 Do calor dos acontecimentos ao assentamento da poeira: duas interpretações sobre os determinantes da crise dos anos 60  
*From the heat of the happenings up to the settling down of the dust: two interpretations on the determinants of the 1960 crisis*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 15 O processo que permite ao dinheiro tomar-se capital  
*The process that allows money to become capital*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 25 O crescimento da miséria como contraface da acumulação capitalista  
*The growth of misery as a counterface of capitalistic accumulation*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 47 Por quem os sinos dobrarão?: A dicotomia estado/mercado e os resultados das distintas opções por ela ensejadas  
*For whom the bells ring? The state/market dichotomy and the results of the distinct options desired by them*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 53 Ecos do silêncio de minas: que espécie de escravidão existiu do coração de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX?  
*The echoes of the silence from Minas Gerais state: what kind of slavery existed in the heart of Minas Gerais state in the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries?*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto
- 65 A tendência à exacerbação da mercantilização  
*The trend to the exacerbation of the merchantilization*  
Fernão Pompêo de Camargo Neto